

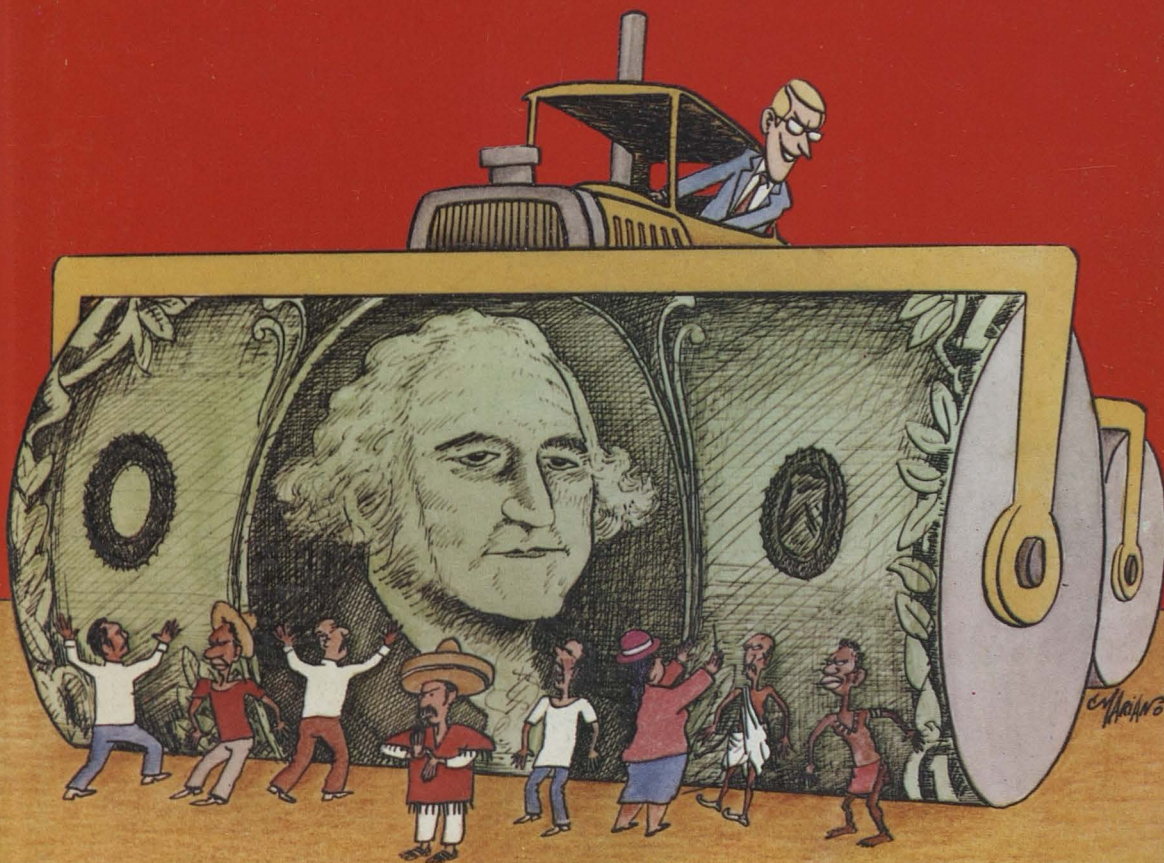
cadernos do

terceiro mundo

Outubro - 1983 - Cr\$ 700,00 - Ano VI - Nº 59

EXCLUSIVO:
A história da
Frente Sandinista

DÍVIDA EXTERNA



O Dilema dos Países Subdesenvolvidos

DE

Bairro:

Cidade:

Estado:

Endereço:

CEP:

20241

Os diamantes de Angola são mais brilhantes

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

aos leitores

Moratória ou convulsão social?

Há mais de 200 anos o Brasil convive com a dívida externa. A rigor, o país já nasceu endividado, quando os ingleses cobraram débitos vencidos, dias depois do Grito do Ipiranga. O México tem uma história muito parecida. A Argentina, idem. E os exemplos podem ser encontrados com uma frequência rotineira na África, no resto da América Latina e na Ásia. Hoje, no entanto, a convivência com a dívida está chegando a limites críticos. Não só o volume dos débitos passou a ser tão grande a ponto de desafiar até mesmo os ficcionistas, como também a capacidade de pagar tornou-se progressivamente tão pequena que nem os futurologistas conseguem imaginar malabarismos contábeis verossímeis. Os remédios clássicos para a dívida se mostram inefetivos. O "doente" passou a ser resistente ao receituário do FMI. E a perspectiva que se abre é a da convulsão

social, como única alternativa entre a pressão dos credores e a impotência dos devedores. Uma convulsão capaz de derrubar governos e regimes que caíram na "armadilha" da dívida, mas que pode também potencialmente levar a uma ameaça concreta de utilização do arsenal nuclear.

Mais ou menos, essas mesmas preocupações afligiam o nosso companheiro Wilfred Burchett no final de setembro, quando ele dava os retoques finais no seu último livro "Hiroshima hoje". Burchett, membro do nosso conselho editorial e o maior especialista em Ásia na imprensa mundial, não pôde terminar o seu trabalho. A energia física que o animou durante 50 anos de atividades jornalísticas acabou num hospital na Bulgária. Burchett deixou um trabalho crucial incompleto. Nós vamos continuá-lo.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro - Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

Revista Mensal nº 59
Outubro - 1983
Preço de Capa: Cr\$ 700,00
Nºs atrasados: ao preço do
último exemplar

• *Edições em português*

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Antônio Neiva

Secretário de Redação
José C. Gondim

Arte
Samara (editor de arte)
Sonia Freitas/Miguel Efe

Revisão
Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo
Lidia Freitas
Eunice H. Senna

Composição
Ronaldo Fonseca

Distribuição e Assinaturas
Inácio D. Santos
Maria José S. Santos

Divulgação
Henrique Menezes

Representantes
Clóvis Senna (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 - CEP 05033

Josemar Pinheiro Silva
Rua Tamandaré, 1 - Sala 1
65000 - São Luís (Maranhão)

Beatriz Schiller (Estados Unidos)
18 East, 18th Street ap. 3E
Nova York - NY 10003
Tels.: (212) - 691-9142/929-5783

Fotolito e Impressão
Ebano Gráfica e Editora Ltda.
Rua Gal. Bruce, 799
Tels.: 580-4476/580-4316

Circulação em 70 países
editora terceiro mundo ltda.
Rua da Glória, 122 - grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP 20.241 - Rio de Janeiro - RJ
Registrado na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 - P. 209/73

ANGOLA - CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Editor
Artur Baptista

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos

tricontinental editoria ltda.
Calçada do Combro, 10/19
telefone: 32 06 50 - Lisboa - 1200

Birô Africano
Angola
Eduardo Segui - Luis Henrique
Caixa Postal 3.593 - Luanda
Moçambique
Ezevaldo Hipólito - João Escadinha
Rua do Kongwa, 153 - Maputo

• *Edições em espanhol*
MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
Calle California, 98A - Coyacán
México, 21 DF - telephone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

BOLÍVIA - CHILE - COLÔMBIA
EQUADOR - PERU - VENEZUELA

(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 - Peru - Telephone: 724-712

• *Edições em inglês*
ESTADOS UNIDOS - CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 - México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S. R. L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **CANADÁ:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. **COLÔMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Ediciones sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205. Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijota, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 - Papyrus Bookellers, 2915 Broadway at 114th St., New York, N. Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRÁ BRETANHA:** Latin American Book Shop, 29 Ilington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edición-Difusión do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humboldt No. 47, México 1, D. F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D. F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D. F. - Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 Ilustraciones en todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUA:** IMELSA, A. P., nº 2705, Managua. **Nicaragua:** PANAMÁ: Librería Cultural Paramela, S. A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runemarka, Camaná 878, Lima 1. **PORTUGUAL:** DiJornal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. **PORTO RICO:** Librería La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras - Pensamiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th Inf. Station, Río Piedras, P. R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S. A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Con. Medien und Vertriebs GMBH, Osterstr. 36, 2800 Bremen. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:** Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S. A., Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S. A., Rua Teodoro de Silva, 907 - Rio de Janeiro.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), Africa (Espanha), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet), Dialogo Nord/Sud (Itália), e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Capa: Mariano

*LEITOR: Você é indispensável
na divulgação de nossa revista. Mostre CADERNOS
aos amigos e participe desta promoção.*

ARRANJE 3 ASSINANTES E GANHE UM BRINDE

Escolha entre: • uma assinatura grátis para você ou de presente a um amigo(a), ou • um livro da "Estante do Terceiro Mundo" constante desta edição.

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou va le postal no valor correspondente a 3 assinaturas. Não deixe de escolher seu brinde no cupom próprio.

CUPOM DO BRINDE

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 6.600,00). Remeto ☐ **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou ☐ **vale postal** no valor acima. 59

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 6.600,00). Remeto ☐ **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou ☐ **vale postal** no valor acima. 59

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 6.600,00). Remeto ☐ **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou ☐ **vale postal** no valor acima. 59

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

Por conseguir mais três assinaturas de cadernos, pelas quais remeto Cr\$ 19.800,00 em ☐ **cheque nominal** ou ☐ **vale postal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., tenho direito a receber: () Uma assinatura anual de cadernos ou () dois livros da Estante do Terceiro Mundo: códigos () e ().

59
Nome: Idade:
Profissão: Bairro:
Endereço: Cidade:
CEP: Estado:

estante do terceiro mundo

O reembolso
que leva sua leitura a sério e... com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

"Estante" da revista nº 59, válida para pedidos no período de circulação da mesma. Não podemos atender a pedidos de livros de números anteriores.

Código	Quantidade

● Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.

● Comprador: ☐ não-assinante
☐ já assinante
☐ assinante novo:

estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchido e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome: Data:/...../.....

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP: Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

TABELA DE DESCONTOS

- 10% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 15% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 25% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito aodesconto especial de assinante (até 25%) desta seção.



MAYOMBE

de Pepetela

Misto de filosofia, realismo, poesia e história, MAYOMBE foi escrito durante um ano, à noite, em plena Floresta de Cabinda, onde o autor lutava. MAYOMBE gira, em essência, sobre a problemática dos valores e contradições da guerra de libertação, mais especificamente a realidade angolana.

E-19 Cr\$ 1.700,00



O MASSACRE DE SABRA E CHATILA

de Amnon Kapeliouk

Depois do inquérito feito tanto em Israel quanto no Líbano, o autor — correspondente do "Le Monde" — expõe, com o apoio de numerosos documentos, o que realmente se passou em Beirute, hora a hora, entre o assassinato de Bechir Gemayel e a descoberta, quatro dias após, de centenas de corpos nas ruínas de Sabra e Chatila. Quais as responsabilidades de Israel? A resposta está neste livro.

E-20 Cr\$ 2.200,00



A HORA DO TERCEIRO MUNDO

de Mário Augusto Jakobskind

O autor reúne aqui vários trabalhos sobre os países do Terceiro Mundo onde esteve como jornalista combativo. São reportagens sobre Angola, Nicarágua, Uruguai e outros. Nelas vêm à tona, num estilo comunicativo, a realidade terceiro-mundista de nossos dias.

E-21 Cr\$ 850,00

6 Cartas

9 Panorama Tricontinental

Matéria de capa – Dívida externa

13 Editorial – Há luz no fim do túnel?

- 17 Pagar ou não pagar
- 18 Nunca tantos deveram tanto, *Carlos Castilho*
- 20 Brasil: Pela terceira vez no Fundo, *Marcus Arruda*
- 23 Quem perde e quem ganha, *Theotonio dos Santos*
- 28 A síndrome do endividamento, entrevista com o economista Celso Furtado, *Moacir Werneck de Castro*
- 31 Argentina: A herança dos militares, *Horacio Verbitsky*
- 35 México: O modelo do FMI
- 38 América Latina: Quem deve o quê
- 40 África: O preço da dependência, *Kassahun Checole*
- 45 Como sair da crise
- 48 Algumas opiniões

América Latina

- 56 Nicarágua: Aprovada a lei dos partidos políticos

Oriente Médio

- 61 Líbano: Os drusos forçam uma saída negociada, *Beatriz Bissio*
Amnon Kapeliouk: "Falta um país no mapa da região",
José Carlos Gondim
- 66 Palestina: A escalada diplomática da OLP, *Agustín Castaño*
- 69 A situação em Israel está mudando

Comunicação

- 75 A informática no Brasil – Soberania versus transnacionais,
Nelson C. Quelé
- 79 Notas

Cultura

- 80 Os meninos da Malanga, *Etevaldo Hipólito*
- 82 Costa-Gavras faz um filme sobre a Palestina
- 83 Notas

Exclusivo/Documento

- 84 Nicarágua: A história da Frente Sandinista
- 96 Humor: Mariano



A saga palestina



Sandino: exemplo de luta

CARTAS



Solidariedade com a Nicarágua

No 2º Encontro Internacional dos Comitês de Solidariedade com a Nicarágua, realizado em julho último em Manágua, a Frente Sandinista de Libertação Nacional avaliou que a defesa da revolução sandinista contra uma possível invasão norte-americana passa hoje por três frentes:

1. a defesa interna, a cargo das milícias populares e do Exército Sandinista;

2. a pressão da opinião pública norte-americana contra a crescente intervenção do governo Reagan na América Central;

3. a solidariedade internacional.

A propósito da Nicarágua, nesse 2º Encontro Internacional os comitês recolheram como sugestões da FSLN para o trabalho de solidariedade e de defesa da Revolução:

a. que a defesa da soberania nacional nicaraguense e de sua revolução popular devem ser compreendidas dentro do quadro geral das lutas de libertação e defesa da soberania nacional dos povos centro-americanos;

b. que a solidariedade deve se expressar, também, em termos de ajuda material (equipamentos, alimentos, material médico-cirúrgico, remédios, dinheiro);

c. que deve ser implementado um intercâmbio de informações e experiências de trabalho entre os diversos comitês de solidariedade nos distintos países, além do natural envio de informações sobre solidariedade à Nicarágua;

d. que se deve buscar uma integração maior entre os comitês e outras entidades para o enriquecimento do trabalho de solidariedade;

e. que se devem prever mecanismos e formas de resposta imediata dos comitês em caso de deflagração de uma guerra.

Nesse sentido, o Comitê de Solidariedade aos Povos Latino-Americanos — Cosplam — patrocinou nos últimos meses, um trabalho de solida-

riedade coordenado entre cerca de 35 entidades sindicais, organismos de defesa dos direitos humanos e pela paz, organismos de solidariedade internacional, associações de moradores e de estudantes e partidos políticos.

Em comemoração ao 4º ano da vitória sandinista, essa Coordenação de Entidades para Solidariedade à América Latina promoveu uma série de atividades, tais como palestras, debates, exibição de filmes e slides, culminando na realização de um grande ato-show na Cinelândia, dia 10.07, e numa festa de solidariedade, "Uma Noite Nica", no Circo Voador, dia 21.07, que constituíram uma das mais massivas atividades de solidariedade no Rio de Janeiro nos últimos tempos.

Dando continuidade ao trabalho, a Coordenação de Entidades está planejando no Rio de Janeiro as seguintes atividades:

a. Seminário sobre Aspectos da Intervenção Norte-Americana na América Latina.

b. Seminário sobre História e Atualidade da América Central, com o Prof. Nilton Santos, na Rua da Lapa 180/504 (242-0126), por três meses, sempre às 2ªs feiras.

c. Exposição de fotos sobre Realidade da Nicarágua.

Maiores informações: Cosplam — Rua Pedro Lessa 35/2º andar.

Confiança no futuro

Senti-me fascinado pela sensibilidade com a qual tratam os problemas dos países em desenvolvimento, especialmente em relação aos da África Austral. (...) Acredito na força interior dos povos oprimidos. Haverá em breve um momento em que essa força agora contida se extravasará e a liberdade e o bem-estar por fim serão conquistados (...) e subscrevo-me confiante num amanhã de paz e liberdade para todos os povos oprimidos. Saulo de Oliveira Marins, Pres. Epitácio, SP, Brasil.

Israel/Palestina I

Agradeço muito a crítica feita pelo sr. Waldir L. Júnior (nº 55) a respeito de minha carta. Gostaria, entretanto de esclarecer meu ponto de vista. Eu não quis pôr em dúvida a veracidade das reportagens feitas pelos cadernos, porque se assim o fizesse estaria mentindo. Referi-me a uma certa generalização nos artigos sobre o confronto Israel/palestinos. Senti que quando se usava a palavra "Israel", estava se designando não apenas ao bárbaro governo israelense, mas a todos os habitantes desse país, como se estes fossem responsáveis pelos atos de Begin. Sabemos que nem sempre o governo representa a legítima vontade do povo. Gliciane Mendonça, Natal, RN, Brasil.

Israel/Palestina II

No nº 57 dos cadernos, li a carta do sr. Waldir L. Júnior sobre a questão palestinos versus judeus. O que me chamou a atenção na referida carta foi a seguinte observação: "Não devemos nos portar contra o semitismo, o que seria racismo (...)". A questão que gostaria de levantar, que julgo da maior importância, pois as análises do referido assunto normalmente a ela não se atêm, é o racismo. Pergunto: não seria o semitismo, na verdade, a expansão de uma ideologia racista? Não seriam racistas os judeus, ao se considerarem semitas? Ronaldo de Castro M. Vinagre, Curitiba, PR, Brasil.

Chade e Saara

Na edição do mês de julho de 83, deparei com a magnífica reportagem sobre o Saara Ocidental e o Chade, países cujas lutas mostram uma África desconhecida para nós, mas de uma grandeza ímpar devido à sua cultura e raça, dizimadas pela opressão dos imperialistas e colonizadores. Claudinei F. Trinca, Jaboticabal, SP, Brasil.

CARTAS



Publicações do Terceiro Mundo

Gostaria de saber como posso conseguir as publicações sobre a América Central divulgadas na Seção de Cartas do nº 56. Valéria Wanick Moreira, Vitória, ES, Brasil.

É a primeira vez que escrevo (...) e através desta quero que me mandem informações sobre a publicação de livros do Terceiro Mundo, e formas de pagamento. José Mateus Fernandes, Luanda, Rep. Pop. de Angola.

É com imenso prazer que lhes escrevo esta missiva, que se destina à solicitação do vosso catálogo informativo, que poderá manter-me a par de vossas publicações (...) Francisco Adriano Antônio, Luanda, Rep. Pop. de Angola.

Ao ler a Seção de "Cartas" do nº 56, chamou-me a atenção a coluna denominada "Publicações", sobre trabalhos editados pelos cadernos, no México. Interessada pelo destino histórico dos povos em geral, e particularmente de nossa América, (...) gostaria imensamente de ter em mãos a primeira série de publicações à qual se refere o artigo. Mara Cristina da Costa, São Paulo - SP - Brasil.

Para maiores informações, escreva diretamente para o Escritório Permanente de cadernos - Apartado Postal: 20572 - México, 20 - DF - México.

Sendero Luminoso

(...) Na matéria de capa do nº 55, sobre o Sendero Luminoso, há reportagens que não ficam claras (...) Mesmo assim, as matérias sobre o problema do Sendero são de altíssimo nível. André Avelino Mansan, Osório - RS - Brasil.

Gostei imensamente da retrospectiva sobre o Peru: "O desafio do Sendero Luminoso". Gostei muito também das entrevistas com alguns dirigentes do Paraguai e da entrevista com o ministro do Plano de Angola, Lopo do Nascimento, do número anterior de cadernos. José Manuel Seixas, Lunda Sul, Rep. Pop. de Angola.

CIA

Gostei muito da matéria "Como foi desbaratado o plano da CIA", publicada no nº 56. Dá uma boa amostra de como agem os terroristas da CIA nos países do Terceiro Mundo. Eduardo A. Campos de Aquino, Belo Horizonte - MG - Brasil.

Bolívia

Na qualidade de estudante de Ciências Políticas e Sociais da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, encontro-me com carência de dados e reportagens verídicas sobre o perfil político da nossa vizinha Bolívia. (...) Dessa forma, venho solicitar aos senhores uma indicação dos números que tenham mencionado tal assunto, bem como o local onde poderei obtê-los na capital paulista. Breno Rocha, São Paulo, SP, Brasil.

Enviamos diretamente ao leitor, o mais breve possível, as informações pedidas.

Parabéns

A gente está gostando muito dos cadernos e por isso conseguimos mais três assinaturas. Vocês estão de parabéns pelo seu trabalho. Continuem firmes nessa luta. Nicolau Schoenmaker, Sindicato Rural de Itanhém - BA - Brasil.

Gostaria de parabenizar os cadernos por edificar as mentes, destruídas pelo egoísmo e materialismo do capitalismo e por alertar o povo sobre o que são as colonizadoras empresas transnacionais. Gostaria que os cadernos fizessem uma reportagem sobre Fidel Castro. Amauri H. de Moraes Costa, Natal, RN, Brasil.

Quero parabenizar cadernos do terceiro mundo, entre outras coisas, pelo seu conteúdo, pela literatura abrangida, pelo terreno pesquisado, enfim pela maravilha de informações! José Marcos Ferreira da Silva, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.



Bolívia: uma realidade próxima e tão distante

CARTAS



Clube de Amigos

Mesmo sabendo que o "Clube de Amigos do Terceiro Mundo" está em fase de contatos informais, gostaria de formar um grupo de jovens para possíveis debates, na cidade de Curitiba e no estado de Santa Catarina. Os interessados deverão manter contatos com Pedro Chupil - Av. Iguaçu, 830 - Centro - Curitiba - PR - CEP 80000.

Intercâmbio

Eusébio Caneca Jaime

Centro de Formação de Telecomunicação, Bairro dos CTT, C. P. 1321, Luanda, Angola.

Jorge Manuel Baptista da Silva

Travessa das Antas, 240
4.300 - Porto - Portugal

Tomás Albergaria

R. Carlos Felgueiras, 65, 3º E
4470 - Vila de Maia - Portugal

Francisco Adriano António

C. P. 3048 - Luanda
República Popular de Angola.

Manuel Domingos Guimarães

C. P. 18539 - Luanda
República Popular de Angola.

Alexandre Carneiro

Rua Clemente Ferreira,
nº 61/ap. 904 - Cancela, Salvador,
BA, Brasil.

Joaquim C. F. da Cruz

C. P. 1624 - a/c de José Alberto
Ferreira - Benguela - República
Popular de Angola.

Gabriel José Matias

C. Postal 5165 - Luanda - Angola

José Isaías P. Francisco

C. Postal 18.455 - Luanda - Angola

Dantino Carlos António (Metró)

Delegação Municipal da Educação do
N'zetu, Província do Zaire
- República Popular de Angola.

Gregório Botozele

R. Dr. Silva Jardim, 17, São José do
Norte - Rio Grande do Sul - RS,
Brasil.

José Mateus Fernandes

C. P. 3048 - Luanda
República Popular de Angola.

Joaci Medeiros de Freitas

C. P. 118 - Teresina, Piauí
CEP: 64.000 - Brasil.

Amauri Hélder M. Costa

Conjunto Jardim Botânico
apt. 202/bloco 5 - Neópolis - Natal,
RN, Brasil.

Cordeiro Neto Domingos

a/c de Pascoal Pedro Neto
C. P. 6294 - Luanda - República
Popular de Angola.

Filipe Figueiredo

C. P. 679 - Luanda - República
Popular de Angola.

Jacinto Marrejo

C. P. 1247 - C. F. M. - Centro
Beira - Moçambique

João Pedro D. Lunualo

C. P. 232 - Uíge - República
Popular de Angola.

José Lumbu

C. P. 741 - Namibe - República
Popular de Angola.

Manuel Ganga Chino

C. P. 10566 - Luanda - República
Popular de Angola.

Artur Bastos C. da Silva Neto

C. P. 251 - Wako Kungo-Cela
Luanda - Rep. Pop. de Angola.

Troco selos, postais, adesivos e
correspondência.

Renato P. das Novas

Rua Leão 13, 785 - Suarão
Itanhaém - SP - CEP: 11.740 -
Brasil

Gostaria de trocar correspondên-
cia com pessoas interessadas na cul-
tura popular, cinema, fotografia, poe-
sia, teatro, música etc.

Miguel Angel Zuazo Sanchis

C. Postal 746 - Porto Alegre - RS -
CEP: 90.000 - Brasil

Guido Lang

C. Postal 14 - São Leopoldo - RS -
CEP: 93.000 - Brasil

Eunice de Lourdes Rebellato

Avenida Barroso, 654
Araraquara - SP - CEP: 14.800 -
Brasil

Pascoal P. Adão Neto

C. Postal 6294 - Luanda - Angola

Adauro Correia

C. Postal 2732 - Curitiba - PR -
CEP: 80.000 - Brasil

Carlos Alberto Lemos

Av. da República, 1774/6º E -
Corpo Sul - 4.400 - Vila Nova de
Gaia - Portugal

Carlos Manuel Bravo Rodrigues

Praça da Igreja, 7, c/v D.
2.700 - Amadora - Portugal

Estêvão Helder Falé Infante

Av. Combatentes, 80/2º D.
2.700 - Amadora - Portugal

Tomás da Conceição Delgado

Estação Central Postal - Vila Alice -
Luanda - C. Postal 18.539 - Angola

Em tempo

Por um lapso, deixamos de dar os
créditos da capa de nossa edição pas-
sada (nº 58, "América Central: a ur-
gente negociação"). Foto: Agência
Keystone; autor da capa: Mariano.

Wilfred Burchett (1911-1983)

“Fique em casa e escreva suas memórias”. Foi essa a recomendação que Wilfred Burchett recebeu de um médico cubano em setembro de 1979, depois de um prolongado exame do fígado. Mas o paciente já havia escrito suas memórias e não tinha nenhuma intenção de aposentar-se. Meses mais tarde, Burchett escreveu a seu velho amigo Cedric Belfrage, editor em inglês dos cadernos do **terceiro mundo**, para comunicar que “havia reiniciado o consumo alcoólico habitual” e acrescentava: “nunca viajei tanto e nem trabalhado tão intensamente como agora. Creio que algumas idéias ortodoxas sobre o funcionamento hepático deveriam ser revistas”.

O fígado terminou por vencê-lo. Burchett morreu em Sofia, no dia 30 de setembro passado, aos 72 anos, sem que os médicos tivessem alterado suas convicções hepáticas. Mas todos os que o conheceram são unânimes em apontar como característica básica da vida e da obra desse jornalista australiano, a sua permanente preocupação em questionar idéias ortodoxas, os estereótipos e as deformações quotidianas da imprensa ocidental, autodenominada de “objetiva”.

Burchett começou a sua carreira jornalística em 1940 cobrindo a derrubada do governo



Wilfred Burchett

colonial francês (ligado ao regime colaboracionista de Vichy) na Nova Caledônia, por forças antifascistas da França Livre. A partir de então, ele nunca deixou de estar no “olho do furacão”, ao cobrir a revolução chinesa, a guerra da Coreia, a intervenção norte-americana no Vietnã, a “guerra secreta” de Nixon contra Norodom Sihanouk no Camboja ou a batalha de Angola contra a África do Sul e seus mercenários.

Burchett ganhou fama em vez de dinheiro com seus escritos. Nos anos 50 e 60, no apogeu do macartismo, Burchett

foi classificado de “comunista” e proibido de escrever para a imprensa “séria” dos Estados Unidos. Teve que se exilar nas páginas de jornais de esquerda, sempre muito corajosos, mas à beira do colapso econômico. Suas reportagens no entanto eram demasiado importantes para serem ignoradas. Suas informações eram corretas demais para continuarem desconhecidas. Os mesmos artigos que os jornais norte-americanos recusavam como “parciais”, eram publicados pela imprensa japonesa e acabavam depois sendo reproduzidos nos Estados Unidos, através das agências telegráficas que citavam diários e revistas de Tóquio. Foi através de uma entrevista sua no Vietnã que os norte-americanos souberam da disposição de Hanói em negociar uma suspensão dos bombardeios.

Pouco antes de morrer, já com mais de 70 anos e carregando nas costas um fígado rebelde, Burchett realizou no Vietnã um de seus projetos mais ambiciosos: uma série de 13 documentários para a televisão francesa, inglesa e norte-americana, destinados a colocar pela primeira vez numa perspectiva correta, as lutas dos vietnamitas pela independência. Depois de duas semanas em que a equipe de filmagem nunca dormiu mais de duas vezes no mesmo lugar, Burchett havia entrevistado mais de 150 pessoas — desde o presidente até soldados e camponeses —,

tinha percorrido milhares de quilômetros e viu todos os seus colegas, menos o chofer, serem atacados pelas mais diversas doenças. No final do trabalho, o veterano correspondente de tantas revoluções e testemunha de tantas crueldades, confessou "ter recuperado um pouco da fé que depositara no

jornalismo".

A morte o surpreendeu dando os retoques finais do livro "Hiroshima hoje", em que recorda sua experiência como o primeiro jornalista ocidental a visitar a cidade depois do bombardeio atômico de 1945, e reflete sobre o significado atual da ameaça nuclear.

Uruguai: outra vez as painéis

□ A 25 de setembro se realizou no Uruguai, a 2ª jornada de protesto massivo contra o regime militar, um mês depois do primeiro *cacerolazo*. Como o anterior, esse protesto foi convocado pelos partidos políticos e pelas organizações sindicais que têm como núcleo o Plenário Intersindical de Trabalhadores (PIT).

Novamente se realizou um *black-out* voluntário às oito horas da noite e as painéis se fizeram ouvir, já com um pouco mais de audácia. Confinadas e com certo receio na primeira vez, agora saíram às ruas, se agruparam nos bairros.

Os panfletos distribuídos previamente exortavam à participação "para que as forças armadas tomem consciência da vontade democrática do cidadão".

Horas antes do protesto, uma manifestação de aproximadamente 80 mil pessoas — a maior nos últimos dez anos — encerrou a "Semana da Primavera", saindo da Universidade da República. Comemorada pelos estudantes, a Semana da Primavera retoma uma tradição interrompida com a intervenção da Universidade, em 1973. Era lógico, então, que uma das principais reivindicações dos manifestantes fosse a restituição da autonomia universitária.

Mas a gigantesca marcha de oposição não se limitou aos es-

tudantes. Uma coluna de mais de dez mil trabalhadores uniu-se aos estudantes desde o início e os acompanhou até o estádio Defensor, na zona costeira da cidade. Gritando palavras-de-ordem como "vai acabar, vai acabar a ditadura militar" e "milicos no quartel, o povo no poder" os manifestantes percorreram aproximadamente três quilômetros.

No meio do trajeto, a marcha se deteve em frente do edifício onde mora a família do general Líber Seregni, presidente da Frente Ampla e preso desde 1973. Do apartamento, apareceu uma grande bandeira uruguaia e o tom das palavras-de-ordem se tornou mais intenso: "Seregni, amigo/o povo está contigo".

No estádio, com um público que ultrapassou sua capacidade (quinze mil pessoas), dirigentes estudantis e docentes indiciados e despedidos de seus cargos depois da intervenção de 1973 fizeram um balanço da situação do ensino nos últimos dez anos.

O curso que tomarão essas manifestações de protesto (já foi anunciado que vão continuar) é imprevisível. No momento em que o diálogo entre as forças armadas e os representantes dos partidos autorizados está legalmente suspenso, as forças populares ganham as ruas e criam um fato novo no cenário político uruguaio.

CHILE: Nova lista de exilados autorizados a voltar

O vespertino *La Segunda* publicou em setembro passado, que uma fonte qualificada do ministério do Interior confirmou que nos próximos dias haverá uma nova lista de exilados autorizados a retornarem ao país. Inicialmente se pensava informar logo a nova lista, mas houve um atraso porque "se procura fazer um trabalho sem erros", assinalou o porta-voz.

Nas oito listas anteriores foram cometidos erros, como por exemplo, pessoas que não eram exiladas e vivem no estrangeiro, nomes de chilenos que vivem no país e não têm problemas ou de pessoas que já morreram. O funcionário revelou ao jornal que a nova lista conterá mais ou menos mil nomes.

NICARÁGUA: doações

A Nicarágua tem recebido no decorrer deste ano mais de 16 milhões de dólares a título de solidariedade, informou o Fundo Internacional para a Reconstrução da Nicarágua (FIR). Durante o primeiro semestre, o país recebeu 11 milhões e 500 mil dólares, em sua maioria da Europa Ocidental, que concedeu sete milhões e 200 mil dólares e dos organismos multilaterais, como o Programa Mundial da Alimentação (PMA), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que doaram quatro milhões e 24 mil dólares.

Entre julho e setembro, foram recebidos quatro milhões e 500 mil dólares. As maiores contribuições têm sido destinadas à construção de hospitais, centros de saúde, atendimento primário às enfermidades e reabilitação de consultórios médicos, num total aproximado de 600 mil dólares.

Nicarágua: Conselho aprova lei do serviço militar

☐ O Conselho de Estado da Nicarágua aprovou a lei do serviço militar patriótico, um projeto criticado pela hierarquia católica e alguns dos partidos de oposição. A lei estabelece a obrigatoriedade do serviço militar aos jovens de 18 a 21 anos de idade.

Depois de um mês de debates no Conselho de Estado e outros organismos políticos do país, a maioria dos membros do organismo legislativo saudou com aplausos o voto favorável à lei. Enquanto se realizava a votação, uns 200 membros da Juventude Sandinista "19 de Julho" e das milícias populares aplaudiram a decisão dos conselheiros de Estado, gritando as palavras-de-ordem "po-

der popular" e "todas as armas ao povo".

Em outras partes da cidade, como vinha acontecendo desde a divulgação do projeto do serviço militar, outros jovens se aglomeravam em frente aos escritórios dos consulados da Costa Rica, Honduras e Estados Unidos para solicitarem vistos de saída do país diante da possibilidade de serem chamados às armas.

A lei estabelece no entanto que os jovens devem apenas se registrar, mas se calcula que apenas uns 15 mil serão chamados a prestar serviço nas forças armadas. Depois de aprovada a lei, o presidente do Conselho de Estado, Carlos Núñez, qualificou a reunião como "históri-

ca". Núñez declarou ainda que "com a aprovação dessa lei não pretendemos dar uma resposta às agressões que a Nicarágua sofre nesse momento, mas elevar a preparação e o nível militar e político do povo".



Durante o debate, as organizações femininas nicaraguenses fizeram ouvir seus protestos por considerarem que o projeto excluía as mulheres das atividades militares. A questão foi resolvida através de uma emenda que permite a incorporação voluntária das mulheres.

Os políticos de oposição rejeitaram a lei por considerarem que "o serviço militar será instrumento de uma organização política", em referência à Frente Sandinista para a Libertação Nacional (FSLN). A hierarquia católica também acusou o governo de "identificar o Estado com o Partido, criando uma ditadura de um partido político que se constitui pela força em senhor absoluto do Estado, de suas instituições e de todo tipo de atividade social".

Setores da igreja católica que apóiam o processo sandinista rejeitaram os argumentos dos bispos e classificaram o documento eclesiástico como "reação partidária e não como posição da igreja católica".

Argentina: as surpresas de Bignone

☐ O presidente argentino Reinaldo Bignone costuma surpreender seus interlocutores. Interrogado por jornalistas acerca do sequestro e posterior fuga de Patricio Kelly (que denunciou as atividades na Argentina da loja maçônica P-2, que levou à prisão o almirante Massera), Bignone disse: "É um fato vergonhoso. Mas essas coisas ocorrem em todo mundo. Por acaso Licio Gelly não fugiu de uma prisão suíça?".

Nesses mesmos dias, Bignone foi visitado por uma delegação de entidades judias que reclamou pela proliferação de publicações anti-semitas na Argentina, com especial referên-

cia a *El Plan Andinia*, que relata uma fantástica conjuração para converter a Patagônia em colônia judia. "Ah sim, quando era diretor do Colégio Militar, eu li essa publicação", foi o único comentário de Bignone. Quando seus alarmados visitantes se animaram a insistir, Bignone respondeu: "Bom, mas vocês também têm *Nueva Presencia*, que incomoda muito". (Trata-se de um jornal judeu de esquerda que denuncia as violações dos direitos humanos.)

Mas Bignone não se mostra vulnerável apenas quando fala. Dias atrás, ladrões entraram em sua residência particular e roubaram seu televisor colorido.

El Salvador: elegem substituto de Cayetano Carpio



Salvador Cayetano Carpio



Mélida Anaya Montes

As Forças Populares de Libertação (FPL), um dos cinco grupos que integram a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) de El Salvador, anunciaram a designação de seus novos responsáveis após a morte de seus principais dirigentes Salvador Cayetano Carpio (Marcial) e Mélida Anaya Montes (Ana María), em abril passado.

Numa declaração divulgada

pela clandestina "Rádio Farabundo Martí", que afirma transmitir a partir do departamento de Chalatenango, as FPL anunciaram que como primeiro secretário do Comitê foi designado o comandante Leonel González e como segundo secretário o comandante Dima Rodríguez. O documento da FPL assinala que se realizou recentemente a 7ª Reunião Plenária do Conselho Revolucionário,

sob a palavra-de ordem "todo o povo disposto a derrubar a intervenção imperialista", e elegeu o novo Comitê Central.

A partir da análise realizada, assinala o documento, as FPL definem como principais tarefas do período "obter a paz e o progresso de nosso povo". Nesse sentido, o grupo anunciou "a intensificação da luta popular revolucionária em todos os aspectos (político, militar e diplomático) no sentido da conquista, por parte do nosso povo, de um governo da mais ampla participação de todas as forças econômicas, sociais, políticas, progressistas, patrióticas, democráticas e revolucionárias de nosso país".

As FPL reconhecem a FMLN "como vanguarda do processo revolucionário salvadorenho, assinala o documento". Por outro lado, a emissora divulgou que a organização reconhecia "todos os setores e forças progressistas e revolucionárias do mundo em seus esforços para conquistar a paz e o progresso social".

ANGOLA: o combate aos mercenários

Mais de 37 membros de uma quadrilha de mercenários da Unita foram mortos e uma grande quantidade de armas foi apreendida. Este foi o balanço das operações lançadas pelas Fapla (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola) nas províncias de Huambo, Malanje e Bie, segundo informações de uma fonte oficial em Luanda.

Para a mesma fonte, as Fapla destruíram mais de 60 cabanas numa base de mercenários no município de Mungo (província de Huambo) e aniquilaram uma quadrilha que tentava atacar a localidade de Quimbango na província de

Malanje. Assim, destacou a fonte, as Fapla prosseguem com determinação a luta contra os grupos de mercenários infiltrados em Angola pela África do Sul a partir do território ocupado da Namíbia.

Armas químicas

As autoridades sul-africanas se empenham com obstinação em desestabilizar política e economicamente os estados da "Linha da Frente" mediante atos criminosos sistemáticos.

Pretória abusa da utilização de armas químicas contra as populações indefesas de Angola, Moçambique, Zimbábue, Lesoto e de outros Estados da África Austral, em flagrante violação dos acordos de Genebra de 1925 proibindo o uso

dessas armas (substâncias químicas) e da convenção sobre as armas biológicas e tóxicas de 1972.

Segundo informações procedentes de diferentes pontos do Ocidente, no Estado do *apartheid* atualmente se fazem estudos secretos para a fabricação de uma arma química de extinção maciça.

Nesse contexto, o ministro angolano da defesa Pedro Maria Tonhá (Pedalé) afirmou que as tropas sul-africanas usaram armas químicas durante uma incursão efetuada a 18 de dezembro de 1981 contra o povo de Tchippa causando a morte de várias pessoas e provocando infecções neuro-psíquicas em outras.

Dívida externa

Há luz no fim do túnel?

A dívida externa é uma das consequências da miséria acumulada pelo Terceiro Mundo e sua origem provém das relações econômicas desiguais em escala Norte-Sul, que o tornam a parte mais desprotegida e explorada do planeta. O problema da dívida não é novo, mas se agravou extraordinariamente a partir de 1980, por causa da política econômica adotada pelo presidente norte-americano Ronald Reagan para enfrentar a recessão e o déficit fiscal da superpotência. Isso pode ser melhor entendido se levarmos em conta alguns antecedentes relativos à estruturação da dívida externa. Nos anos 60, dois fatores deram impulso à concessão de créditos por parte dos governos e do sistema bancário das potências capitalistas industriais. Um, foi o apoio à expansão de suas exportações, cuja penetração era facilitada pela concessão de créditos aos países subdesenvolvidos que não tinham meios de adquiri-las. O outro, foi a abundância de dólares nas mãos dos bancos transnacionais, que na sua busca competitiva para ganhar juros, acabaram usando procedimentos que, "na prática, obrigavam os países menos desenvolvidos a absorverem moeda" (Charles Kindlerberger). O fato desse processo ter se desenvolvido independentemente das altas do petróleo é demonstrado pela análise do respeitado economista Gianni Zandano, feita antes do aumento do combustível em 1973: "A provável explosão do serviço da dívida externa configura o perigo real de que o mecanismo do desenvolvimento econômico possa, num futuro não muito distante, estar tão sobrecarregado por juros e amortizações que ele acabará paralisado, entre montanhas de projetos interrompidos e de planos de desenvolvimento abandonados". Os excedentes financeiros que as enormes receitas do petróleo proporcionaram aos países exportadores, tiveram nesse sistema já articulado, a

função de transferir grandes somas de "petrodólares" para o sistema bancário privado transnacional. Esse mecanismo foi utilizado para descarregar as consequências da enorme fatura petrolífera das potências capitalistas consumidoras, sobre as nações subdesenvolvidas carentes de hidrocarbonetos. Graças aos empréstimos, estas puderam compensar transitoriamente seus déficits comerciais e continuar importando manufaturados e equipamentos do Norte, encarecidos para compensar o aumento do petróleo. Já que, dessa forma, só se conseguia transferir o déficit do balanço de pagamentos para a ascendente dívida externa, sujeita a juros, era óbvio que uma bomba-relógio estava sendo montada.

Até os anos 60, a maioria dos empréstimos que o Terceiro Mundo recebia era de origem oficial, geralmente a longo prazo e a baixos juros. A aplicação do mecanismo citado fez crescer vertiginosamente a participação dos créditos dos bancos privados, com prazos mais curtos e vinculados a taxas de juros variáveis, isto é, fixadas pelo mercado financeiro de Londres ou Nova Iorque. Em 1971, a relação entre a dívida total com juros comerciais e a com juros facilitados foi de 1,7 para 1. No final de 1982, a proporção era de 3,8 para 1.

Essa era a situação quando o presidente Reagan adotou uma política recessiva de cunho monetarista que elevou verticalmente as taxas de juros bancários e o valor relativo do dólar frente às demais moedas, jogando o planeta num quadro parecido ao descrito nas previsões de Zandano e de outros analistas do Terceiro Mundo.

Vejamos, em números, o tremendo impacto do aumento das taxas de juros: a média das taxas de juros aplicadas à dívida externa do Terceiro Mundo passou de 6,3 em 1970 para 8,9% em 1980, o que já era nessa época um nível alto. Em 1981, a taxa *Libor* — correntemente empregada nos bancos privados — subiu a uma média de 16,6%, e em 1982 a 13,5%. Essas taxas de juros recordes elevaram em 50% o montante dos juros pagos pelos devedores. Estes atualmente

devem desembolsar 50 bilhões de dólares por ano, só a título de juros.

Além disso, a recessão modificou negativamente as tendências do mercado internacional: caíram os preços das matérias-primas e demais exportações dos países subdesenvolvidos, ao mesmo tempo em que diminuía o volume de sua demanda, reduzindo súbita e acentuadamente suas receitas externas. Portanto, os déficits de seus balanços de pagamentos assumiram a dimensão de uma catástrofe. O déficit conjunto dos países subdesenvolvidos — um fenômeno crônico devido ao intercâmbio desigual — foi muito grande em 1980 — de 58,9 bilhões de dólares. Mas em 1981 e 1982 foi, respectivamente, de 118,6 bilhões e de 118,2 bilhões.

Se esse grupo de países (que representam dois-terços da humanidade), tivesse limitado suas importações ao valor de suas exportações, dependentes como são das nações desenvolvidas, isso teria significado a paralisação econômica ou epidemias de fome bíblicas, em muitos casos. Para evitar chegar a esse extremo, correram a pedir novos empréstimos e o valor da dívida subiu a alturas sem precedentes.

No final de 1981, o endividamento se aproximava dos 520 bilhões de dólares e se o ano seguinte assinalou um crescimento relativamente moderado — se situou em 548 bilhões de dólares — foi porque já havia explodido a bomba-relógio e os bancos fecharam suas linhas de crédito com medo da falência.

Naturalmente, as situações diferem de país para país. Mas globalmente os dados mostram que a relação entre o total da dívida e as exportações anuais dos países do Terceiro Mundo, que equivalia a 76% em 1980, subiu para 150% em fins do primeiro semestre de 1983. Isso implica que, para quitar todas as suas dívidas, os países do Terceiro Mundo deveriam reunir uma quantia equivalente à de suas exportações, durante um ano e meio. A partir de outro enfoque, a proporção do serviço da dívida que o Terceiro Mundo pagou em 1982, foi igual a 20,7% de suas exportações; e na

América Latina — a região mais atingida —, chegou a 53,2%, segundo os dados do Banco Mundial. Embora pareça inacreditável, isso indica que os latino-americanos tiveram que dedicar mais da metade de suas exportações para pagar o serviço (juros mais amortizações) de sua dívida externa. A supervalorização do dólar, moeda com a qual se negociou a maior parte da dívida, encareceu proporcionalmente o esforço realizado pelas economias nacionais para enfrentar a carga. Para vários países do Terceiro Mundo se chegou a uma situação limite, à incapacidade de pagar. Os métodos usados pelo Fundo Monetário Internacional — como se verá nos artigos dedicados nesta edição aos casos mais em destaque —, em suas operações de “salvamento”, implicam um custo econômico e social insuportável.

Mas as consequências gerais são as seguintes: — Declínio das importações, com graves efeitos sobre as economias nacionais. O peso disso dificilmente será suportável, no plano social, para os numerosos países que se abastecem de alimentos no exterior, e que estão ficando cada vez mais caros por causa de um dólar artificialmente valorizado. Por outro lado, o Terceiro Mundo não poderá cumprir a função de estímulo às importações do Norte e isso prolongará as tendências recessivas mundiais. — Os governos reduzirão seus planos de desenvolvimento e terão sérias dificuldades para conceder empréstimos ao setor de exportações, cujo aumento poderia em alguma medida aliviá-los. — As elevadas taxas de juros internas generalizarão e agravarão os efeitos recessivos. — A retração dos fluxos financeiros no Terceiro Mundo já aconteceu e se estenderá num futuro imediato. Ainda são imprevisíveis as projeções que a retração dos fluxos financeiros adquirirá, e a duração que terá esse fenômeno praticamente desconhecido desde o pós-guerra.

A rápida síntese desses fatos deveria fazer pensar na adoção de urgentes e drásticas medidas para corrigir o rumo. Mas, dos Estados Unidos, no entanto, se anuncia justamente o contrário: a

continuidade da política de encarecimento do dinheiro.

As altas taxas de juros não só estão ligadas ao controle da massa monetária norte-americana. Washington padece de um grave déficit do orçamento federal, onde o item de maior peso negativo é o relativo à defesa, termo que encobre a maior escalada armamentista dos últimos tempos. Com a finalidade de tapar o buraco, o governo federal recorre ao mercado bancário, onde exatamente o atrativo das altas taxas é que faz fluir capitais especulativos de todo o mundo ao mercado norte-americano. A esse processo, se acresce, segundo observadores do setor, o fato de que a empresa norte-americana também está precisando de capitais para realimentar seu sistema produtivo.

Estaria se consolidando uma tendência coincidente em relação ao deficitário orçamento federal e o sistema empresarial, que tornaria a superpotência uma típica importadora de capitais, sugando-o de todo o planeta.

A respeito da recuperação norte-americana, as opiniões estão divididas. Enquanto alguns calculam que ela se manifestará ao longo dos próximos anos irradiando ondas de reanimação econômica por todo o planeta, outros contestam que os sintomas são contraditórios e que a convalescência será curta. Mas é claro, baseado nas declarações e documentos da Casa Branca e nas projeções sobre o déficit da escalada armamentista, que o desequilíbrio se acentuará. As previsões do próprio governo de Reagan nos dizem que o déficit, que atualmente, é superior a 60 bilhões de dólares, crescerá significativamente no próximo biênio.

Essas cifras querem dizer que o governo norte-americano manterá pelo menos até o final do seu mandato — o que resta deste ano e o próximo — taxas de juros elevadas. Por sua vez, isso implicará o pagamento de juros superiores a 10% ao ano para os países do Terceiro Mundo e o consequente agravamento do problema aqui descrito. Não se trata, portanto, de uma medida conjuntural e sim de uma política destinada a se estender durante

não menos de quatro anos (1981/84). O controle dos mecanismos financeiros internacionais e o emprego do dólar como moeda corrente do intercâmbio internacional fazem com que essa política espalhe seus efeitos nocivos em todo mundo, incluindo os aliados europeus dos Estados Unidos. E todo o mundo, na medida em que se relaciona com esse mecanismo, está contribuindo para financiar os planos de supremacia militar mundial norte-americana.

Ao examinar as perspectivas de uma negociação conjunta por parte do Terceiro Mundo em termos menos desfavoráveis aos atuais, devem-se levar em conta as particularidades econômico-geográficas da questão. Dentro da dimensão vertical Norte-Sul, com a qual se exerce a dominação econômica, a maior parte dos empréstimos recebidos pela América Latina provém dos Estados Unidos, e de forma parecida, aconteceu com os países do Mediterrâneo meridional e África subsaariana em relação à Europa Ocidental, e com a Ásia Oriental em relação ao Japão. A maior parte dos créditos europeus e japoneses contém facilidades de pagamento, enquanto entre os norte-americanos predominam os juros flutuantes de mercado, e é por essa razão que a elevação das taxas bancárias jogou sobre as economias latino-americanas o maior peso da crise financeira.

Já que as situações diferem, não será fácil superar o contexto regional para as negociações. Por um lado, podem-se prever a resistência dos banqueiros em fazer concessões e a oposição do governo norte-americano em rebaixar as taxas de juros. Por outro, a evidência de que alguns países não podem suportar o sacrifício e o medo da moratória deveriam induzir os credores a uma certa flexibilidade. Como há contradições, a resposta dependerá em grande parte da unidade e firmeza que saibam adotar os grupos de países. Projetado o problema a longo prazo, se o Terceiro Mundo não conseguir modificar positivamente as condições de seu endividamento, ele sairá desse processo com um agravamento de sua dependência global e com uma divisão mais profunda entre suas

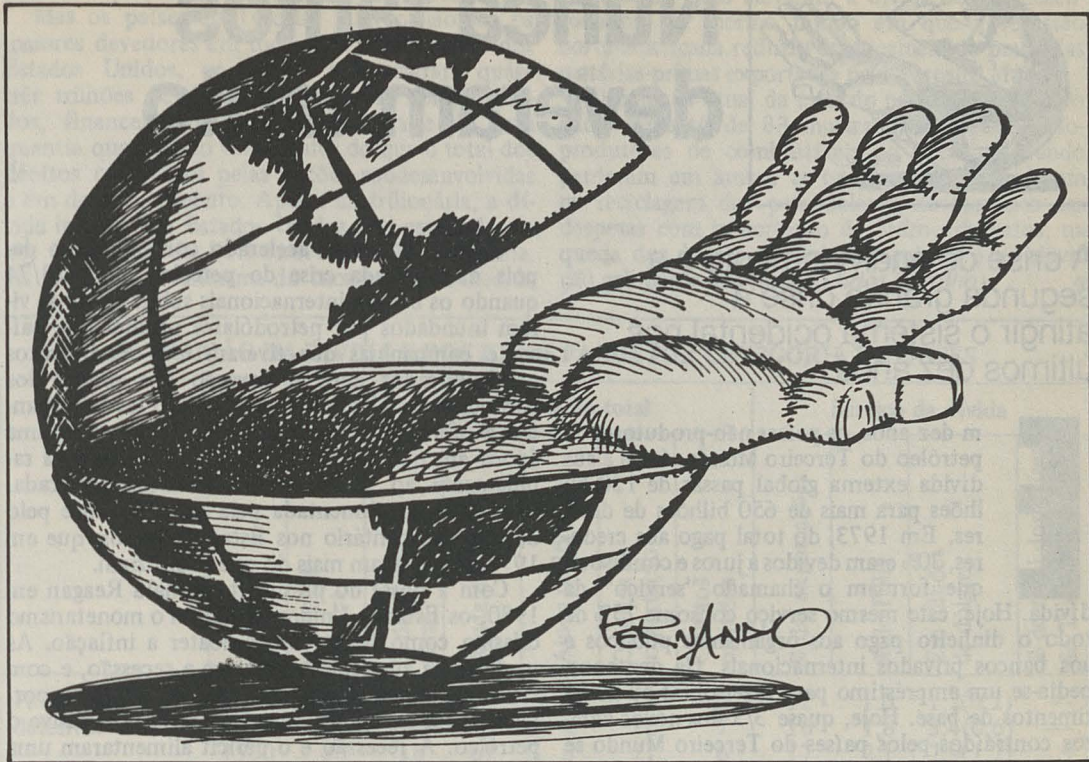
diferentes áreas, que estarão submetidas a uma maior subordinação às esferas de influência tradicionais.

Na realidade, se existisse vontade política por parte dos países subdesenvolvidos, estes teriam à sua disposição dois caminhos paralelos: um, o de se negarem a continuar pagando o serviço da dívida enquanto as condições não fossem atendidas. O outro, ampliar o intercâmbio regional e inter-regional, fugindo na medida do possível, do círculo da dependência. Em escala regional, pode-se conseguir estabelecer, como já estão fazendo vários países, trocas diretas que burlam os mecanismos monetários e financeiros correntes. No caso latino-americano, verifica-se um imperativo adicional: diversificar seu intercâmbio comercial e as consequentes linhas de crédito, para diminuir o predomínio oneroso do sistema bancário privado dos Estados Unidos, que foi o responsável pela crise que se abateu sobre a região. Seria ilusório afirmar que o Terceiro Mundo se encontra diante de uma boa oportunidade para reduzir sua dependência, pois isso equivaleria a dizer que é melhor estar pior. Além do mais, se poderia assegurar que o Terceiro Mundo enfrenta a inevitável obrigação de coordenar esforços entre todos os países para impedir que se torne mais profunda e esterilizante a dependência das nações capitalistas avançadas.

Haveria razões para um otimismo real se ocorresse o corolário político lógico da situação: que os golpes da crise derrubassem os regimes que em vez de atuar com firmeza para não serem enforcados pelo sistema bancário, impulsionaram políticas econômicas que estimularam e facilitaram sua penetração, tornando mais profundas as repercussões negativas quando a crise explodiu. Seria um salto de qualidade, que acabaria com ditaduras e regimes não representativos, desprovidos de apoio popular suficiente para enfrentar os credores.

A crise já está estremecendo fortemente essas ditaduras, como a argentina e a chilena, e seria desejável que arrastasse consigo as demais. ●

Dívida Externa



Pagar ou não pagar

Eis a questão enfrentada por quase 25 países do Terceiro Mundo, que detêm 90% da dívida externa de todas as nações do mundo. Pagar significa aceitar o receituário clássico prescrito pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que impõe o aumento da pobreza interna para que os credores externos não saiam perdendo e o sistema financeiro capitalista consiga escapar incólume da crise. Não pagar significa socializar os prejuízos ou provocar um fenômeno inédito na história da economia mundial: nações inteiras se declarando em concordata ou moratória.

Nem os credores e nem os devedores descobriram até agora uma fórmula para sair do impasse. O "clube dos credores"

tenta "rolar" a crise na esperança de que tudo acabe se resolvendo sem prejuízo para eles. Já os devedores, se tentam formar um clube, são chamados de "caloteiros".

Porém, esmagados por débitos impossíveis de serem pagos tal o seu volume, os devedores começam lenta e traumáticamente a descobrir que talvez não exista mesmo alternativa a não ser a união de todos eles.

Coordenação: *Carlos Castilho*
Participação: *Horacio Verbitsky,*
Kassahum Checole, Marcus Arruda,
Moacir Werneck de Castro e Theotonio
dos Santos.



Nunca tantos deveram tanto

A crise do endividamento é a segunda grande crise a atingir o sistema ocidental nos últimos dez anos

Em dez anos, os países não-produtores de petróleo do Terceiro Mundo viram a sua dívida externa global passar de 120 bilhões para mais de 650 bilhões de dólares. Em 1973, do total pago aos credores, 30% eram devidos a juros e comissões, que formam o chamado "serviço" da dívida. Hoje, este mesmo serviço consome 75% de todo o dinheiro pago aos organismos públicos e aos bancos privados internacionais. Há dez anos, pedia-se um empréstimo para fazer obras ou investimentos de base. Hoje, quase 3/5 dos novos débitos contraídos pelos países do Terceiro Mundo se destinam ao pagamento de débitos vencidos.

O endividamento a partir de 1973 foi um fenômeno mundial mas ele foi especialmente intenso na América Latina, cuja dívida é hoje maior do que o total dos débitos contraídos pelos países socialistas incluindo a União Soviética, mais a África, e o Oriente Médio. O fenômeno atingiu também uma tal intensidade que entre 1979 e 1983 os bancos internacionais receberam mais de 40 pedidos de renegociação de dívidas, da parte de 36 países. Isso significa mais do que o total de refinanciamentos pedidos ao longo dos 22 anos decorridos entre 1956 e 1978.

Nunca tantos deveram tanto em toda a história recente. E trata-se de uma dívida extremamente concentrada. Apenas três países latino-americanos (Brasil, México e Argentina) detêm 32% da dívida global de todo o Terceiro Mundo. Segundo cálculos de especialistas mundiais, os países devedores teriam que empenhar o valor de todas as suas exportações durante quase dois anos para poderem pagar tudo o que devem, partindo do princípio de que nesse período não poderiam importar nada e nem pedir novos empréstimos. Nessas condições, o preço a ser pago para escapar da falência seria reduzir os níveis de consumo interno a limites muito além da tolerância dos já empobrecidos e famintos habitantes do Terceiro Mundo.

O endividamento acelerado começou logo depois da chamada crise do petróleo de 1973/74 quando os bancos internacionais subitamente se viram inundados por petrodólares oriundos de países e companhias que tiveram seus rendimentos quadruplicados com a elevação dos preços dos combustíveis. O excesso de dinheiro levou os bancos a oferecer empréstimos a todo mundo, numa época em que a economia internacional girava rapidamente ao sabor de uma inflação acelerada. Uma inflação alimentada pela especulação e pelo déficit orçamentário nos Estados Unidos, que em 1975/77 gastavam mais do que produziam.

Com a posse do presidente Ronald Reagan em 1980, os Estados Unidos adotaram o monetarismo clássico como forma de combater a inflação. As medidas de austeridade geraram a recessão, e com ela a queda dos preços das matérias-primas exportadas pelos países do Terceiro Mundo, inclusive o petróleo. A recessão e o déficit alimentaram uma rápida espiral na taxa de juros dos bancos norte-americanos, fazendo com que a dívida de latino-americanos, africanos e asiáticos fosse sendo multiplicada a cada elevação percentual da *prime rate* e do *libor* (ver dicionário da dívida). A partir de 82, a dívida escapou ao controle dos governos e aí surgiu o temor do caos pela possibilidade da ocorrência de algo inédito na história do capitalismo: nações inteiras indo à falência por absoluta

OS 10 MAIORES BANCOS EM TERMOS DE EMPRÉSTIMOS AO TERCEIRO MUNDO (em bilhões de dólares)

Citibank (EUA)	9,8
BankAmerica (EUA)	6,8
Manufacturers Hanover (EUA)	6,8
Chase Manhattan (EUA)	6,0
Royal Bank (Canadá)	5,0
Lloyd's (Inglaterra)	4,5
Midland (Inglaterra)	4,3
Morgan Guaranty (EUA)	4,0
Chemical (EUA)	3,5
Bank of Tokyo (Japão)	3,0

Fonte: "American Banker" e "IBCA Analysis", Londres.

falta de capacidade para pagar seus credores.

Mas os países do Terceiro Mundo não são os maiores devedores em todo o mundo. Dentro dos Estados Unidos, os bancos emprestaram quase três trilhões de dólares a empresas, conglomerados, financeiras e indivíduos. Trata-se de uma quantia quase cinco vezes maior do que o total dos débitos contraídos pelas nações subdesenvolvidas e em desenvolvimento. Apesar de trilionária, a dívida interna nos Estados Unidos não causa alarme aos financistas de *Wall Street* e da *City* londrina. Na verdade, o fantasma do caos surgiu na medida

em que os juros elevaram a dívida dos subdesenvolvidos, ao mesmo tempo em que a recessão norte-americana reduziu drasticamente o preço das matérias-primas exportadas pelo Terceiro Mundo.

O balanço atual da crise do petróleo de 73 e do endividamento de 83 mostra que os países não-produtores de combustíveis do Terceiro Mundo perderam em ambas as oportunidades. Perderam na reciclagem dos petrodólares, no aumento das despesas com importação de hidrocarbonetos, na queda dos preços das matérias-primas e na elevação galopante dos juros. (Carlos Castilho) ●

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA E DOS JUROS PAGOS POR CATEGORIA DE PAÍSES

		Dívida total		% do total				Serviço da dívida			
		Bilhões de dólares	% da dívida total	Ajuda pública	Ajuda multilateral	Créditos de exportação	Créditos privados	% das exportações	% do PNB	Em bilhões de dólares	% do total dos países do Terceiro Mundo
Países menos desenvolvidos	1971	18	—	74	6	18	2	12	1,0	1,2(0,2)	—
	1975	40	—	73	4	16	7	16	1,8	3,4(0,6)	—
	1980	86	18	67	6	21	6	17	2,1	7,9(1,2)	9
	1982	110	18	69	5	20	6	23	2,3	11,5(1,8)	9
Países intermediários	1971	25	—	45	8	33	14	16	3,2	3,2	—
	1975	40	—	33	10	29	29	10	2,9	5,6	—
	1980	107	23	25	10	28	38	12	4,4	16,8	19
	1982	144	23	24	10	27	39	16	4,6	23,5	18
Países em vias de industrialização	1971	32	—	16	6	40	38	15	2,3	4,6	—
	1975	72	—	9	7	24	60	15	2,6	11,9	—
	1980	192	41	4	6	24	65	18	4,0	40,5	47
	1982	266	42	3	6	24	67	24	5,0	63,3	48
Total dos países não exportadores de petróleo	1971	75	—	41	6	33	20	15	2,1	8,9	—
	1975	152	—	32	7	23	38	14	2,5	20,9	—
	1980	385	83	24	7	24	44	16	3,7	65,2	75
	1982	520	83	23	7	24	46	21	4,3	98,3	75
Países da Opep	1971	15	—	21	10	54	15	6	2,1	1,3	—
	1975	28	—	29	4	42	25	4	2,0	4,9	—
	1980	79	17	13	4	46	37	7	3,6	21,7	25
	1982	106	17	12	4	47	37	14	4,3	33,0	25
Total geral dos países subdesenvolvidos	1971	90	—	37	7	36	20	13	2,1	10,2	—
	1975	180	—	32	6	26	36	10	2,4	25,8	—
	1980	465	100	22	7	28	43	12	3,7	86,9	100
	1982	626	100	21	7	28	44	19	4,3	131,3	100

Fonte: "Dívida externa dos países em desenvolvimento, estudo 1982", OCDE, Paris, 1982.



Brasil

Pela terceira vez no Fundo

Em menos de um ano, o governo brasileiro recorre pela terceira vez ao FMI. Muitos afirmam não ser a última

Na última Carta de Intenção enviado ao FMI, o governo brasileiro promete eliminar os atrasos nos pagamentos de juros e amortizações na dívida externa através de um programa que estabelece uma drástica redução da inflação e do déficit público. No momento em que a Carta foi redigida, o Brasil estava com pagamentos atrasados da ordem de 2,54 bilhões de cruzeiros e suas reservas cambiais eram negativas, isto é, faltavam no Tesouro Nacional cerca de 4,71 trilhões de cruzeiros.

De todos os dados fornecidos pelas autoridades econômicas, resultam basicamente duas constatações: a situação do país é gravíssima do ponto de vista financeiro; e o governo está disposto a levar às últimas consequências a recessão econômica aliada ao arrocho salarial sem precedentes na história da nação. O rigor das medidas anunciadas, aliado ao fato de que nas duas cartas anteriores os objetivos não foram alcançados, levou os meios econômicos a acreditarem que o país pode fracassar novamente na tentativa de pagar uma dívida que hoje já ultrapassa, com folgas, os 100 bilhões de dólares.

O motivo principal do ceticismo é a promessa de baixar a inflação que em setembro de 83 era prevista com otimismo para 160% no ano, para 55% em 1984. Além disso o governo anuncia um superávit de 9 bilhões de dólares para o ano que vem, sem ter ainda a garantia de que até dezembro tenha conseguido alcançar a meta de 6 bilhões de dólares fixada anteriormente. E mais, o Brasil terá que obter no exterior empréstimos no valor de 15 bilhões de dólares para poder pagar, em 84, 9 bilhões de juros e 6 bilhões para sustentar o déficit no balanço de pagamentos provocado pelas remessas de lucros, amortizações e outras despesas financeiras.

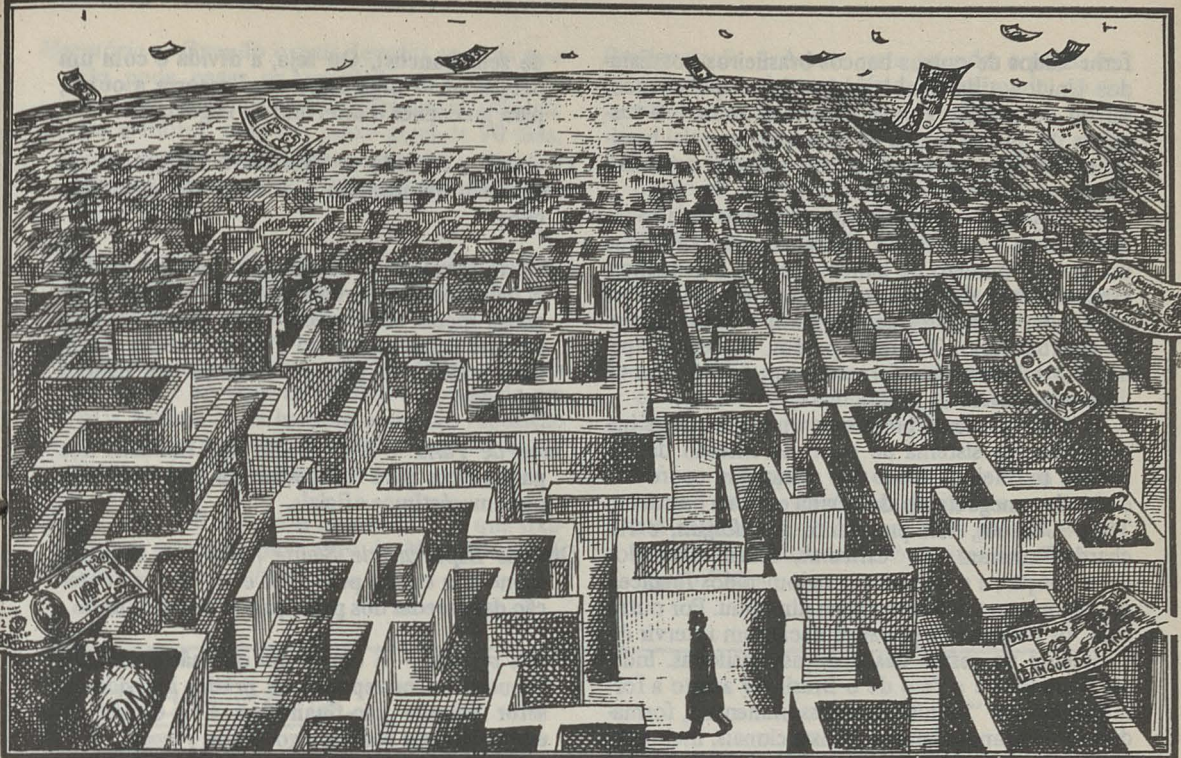
O primeiro acordo com o FMI foi assinado em 16 de dezembro de 1982. Desde então a economia

brasileira tem sido gradual mas inexoravelmente orientada para o exterior, isto é, sua prioridade passou a ser continuar pagando os juros da dívida, custe o que custar às maiorias empobrecidas da população.

Em 28 de fevereiro passado, o FMI aprovou o "programa de estabilização" apresentado pelo governo brasileiro e adequado às "condicionalidades" impostas pelo Fundo. Em troca de quase 6 bilhões de dólares em empréstimos, a serem liberados em parcelas, o Brasil teria que submeter-se à ditadura do FMI, que vem se superpor à ditadura econômica que o próprio governo continua impondo ao país. Entre essas condicionalidades, expressas no segredo dos gabinetes e assumidas como *cosa nostra* pelo governo brasileiro: impor grandes desvalorizações do cruzeiro; reduzir as importações em 40% do nível de 1980; reduzir o poder aquisitivo dos assalariados através de mudanças no sistema de correção monetária e de outras manipulações; reduzir o crescimento da população; eliminar 10 bilhões de dólares em créditos subsidiados à agricultura e à indústria; reduzir drasticamente as despesas do setor público por meio de cortes orçamentários e redução da força de trabalho das empresas estatais; encorajar investidores estrangeiros a comprarem o controle de empresas públicas e privadas (desnacionalização); reduzir as barreiras legais à remessa de lucros e *royalties*; e reduzir a escala dos "grandes projetos industriais".

No fim do primeiro trimestre de 1983, o Brasil havia fracassado no cumprimento das principais metas do acordo. Estourou em 740 bilhões de cruzeiros a meta fixada para o déficit público. O estreito conceito de déficit público imposto pelo FMI obriga o governo a tentar um desmantelamento do setor público, que emprega 45% de toda a mão-de-obra do país.

Os efeitos disso já se fizeram sentir. O simples anúncio de cortes nos orçamentos das estatais, com perspectivas de redução de adicionais incorporados aos salários, e mesmo de demissões, levou cerca de 50 mil funcionários de empresas estatais a realizarem uma passeata no centro do Rio de Janeiro, numa das maiores mobilizações profissionais que a cidade assistiu nos últimos tempos. O gasto do conjunto das empresas estatais com pessoal



Contextos

equivale a 12% dos gastos totais, contra 69,9% de despesas financeiras, segundo dados do próprio governo. Isso mostra que os salários dos funcionários não são os responsáveis pelo problema do déficit público.

Ao optar pelo corte de salários e de pessoal, o governo, na verdade, deixa de lidar diretamente com a dívida pública acumulada sob a forma de títulos da União indexados à taxa de inflação ou à taxa de câmbio. Essa dívida deve alcançar 26 trilhões de cruzeiros até o final do ano em títulos que estão nas mãos dos conglomerados financeiros nacionais e transnacionais.

Outra meta exigida pelo FMI, que diz respeito à taxa de inflação, também não foi cumprida. Em vez dos 20% acertados, foi acima de 30% no primeiro trimestre, um "erro de cálculo" de mais de 50%... Uma vez que nem o FMI nem o governo optaram por frear as desvalorizações cambiais e controlar os preços e os juros, justifica-se a suspeita de que não estão de fato empenhados em reduzir a inflação.

Em suma, o governo brasileiro parece ter escolhido dois caminhos absurdos: tomar novos empréstimos para pagar empréstimos, gerando mais dívidas; e manter o país solvente por meio de uma política recessiva que acabará por debilitar o setor produtivo do país e, em última análise, torná-lo extremamente vulnerável à transnacionalização.

Moratória de fato

Apesar das declarações otimistas de David Rockefeller e de outros banqueiros de influência mundial, apesar do "empréstimo jumbo" e dos "empréstimos-ponte" e *stand-by* mobilizados para "salvar" o Brasil, continuamos à beira da falência.

Antes do final de maio, o valor dos pagamentos atrasados do Brasil a bancos privados alcançou 850 milhões de dólares, sendo quase 30% deste total vinculados à importação de petróleo. Cifra que aumenta na medida em que o FMI se recusa a liberar a segunda parcela — 411 milhões de dólares — do empréstimo total de 4,8 bilhões, que deveria ser liberada em 31 de maio. Subitamente, o Brasil ficou insolvente aos olhos de um outro credor — o Banco Internacional de Compensações (BIS). Pois, ao ser liberada, essa quantia nem chegará ao Brasil: irá direto para saldar a segunda parcela de 400 milhões de "empréstimo-ponte" de 1,5 bilhão de dólares concedidos pelo BIS ao Brasil. Se o presidente do BIS não tivesse cedido ao pedido do presidente do Tesouro norte-americano Paul Volcker e adiado a cobrança até o final de junho, o total do débito brasileiro já estaria em 1,3 bilhão de dólares!

Há outros sinais de insolvência. A 25 de maio, a agência do Banespa (Banco do Estado de São Paulo) em Nova Iorque mais uma vez ficou a descoberto, agora em 87 milhões de dólares. Uma operação urgente, comandada pelo Banco Central, que trans-

feriu saldos de outros bancos brasileiros nos Estados Unidos e da filial londrina do próprio banco, salvou do enfarte a agência novaioquina. Há suspeitas de que os saldos da balança comercial brasileira nos últimos meses foram inflados artificialmente.

O projeto 4 — que trata das linhas de crédito interbancário — está falido. Havia expectativa de que um grande número de bancos médios e pequenos, especialmente dos Estados Unidos, iriam fornecer 10 bilhões de dólares para garantir o financiamento interbancário. O Brasil, porém, conseguiu apenas 7,3 bilhões, transformados em 5,7 bilhões de dólares no início de junho.

O fracasso desse projeto levou a mudanças importantes no sistema de controle externo das finanças brasileiras. Dois dos principais coordenadores da renegociação da dívida externa brasileira, Tony Gebauer, vice-presidente do *Morgan*, e Richard Finneram, do *Citibank*, foram afastados dessa função, e o peso dos conglomerados financeiros de origem norte-americana diminuiu. Por outro lado, os banqueiros privados decidiram intervir diretamente na gestão das finanças brasileiras. Indício de ambos é o fato de o Brasil ter aceito a formação de um “comitê de assessoramento”, formado por 44 grandes bancos transnacionais, incluindo europeus, árabes e japoneses. Em troca de um maior fluxo de recursos para o Brasil, os banqueiros pretendem exigir participação na auditoria das nossas contas externas, missão até agora monopolizada pelo FMI. Estão decididos, além disso, a supervisionar as nossas próprias contas internas.

Tudo isso evidencia que o Brasil, queira ou não, está em moratória de fato. A situação assemelha-se mais e mais à que o México viveu em setembro de 1982 — a concordata — com uma diferença: para pior. Pedir concordata de bolso vazio é falência. Antes de quebrar, o México encheu sua caixa de forma até inescrupulosa. O Brasil, sem reservas reais desde setembro, está sendo obrigado até a desviar divisas destinadas ao pagamento dos juros da dívida para privilegiar sua conta do petróleo. (Marcus Arruda)

O dicionário da crise

BIS (Banco Internacional de Compensações)

— É uma espécie de banco central dos Bancos Centrais. Controla o movimento dos grandes empréstimos internacionais, no setor privado.

Bridge loan — (“Empréstimo-ponte”) Dados pelos Bancos Centrais (para evitar a falência

de seus bancos). Ou seja, a dívida é com um determinado organismo e se recorre a outro, para preencher o intervalo da negociação.

Carência — Período variável entre a liberação do dinheiro emprestado e o início das amortizações.

Carta de Intenção — Documento através do qual o país devedor se compromete com determinadas metas econômicas como condição para receber empréstimos do FMI ou receber o aval do Fundo para pleitear créditos nos bancos privados.

Clube de Paris — Um acordo dos tesouros dos países ricos para renegociar em bloco a dívida por empréstimos oficiais.

Direitos Especiais de Saque (SDR) — Unidade monetária criada pelo FMI com base na cotação das moedas dos principais sócios do Fundo.

Dívida privada — É um termo que não existe em economia. Corresponde na prática à dívida do setor privado não-financeiro. É a dívida de empresas com bancos e governos.

Dívida pública — Total de empréstimos contraídos por órgãos públicos como governo federal, estados, municípios, e empresas estatais descentralizadas.

FMI (Fundo Monetário Internacional) — É a agência internacional criada para corrigir os desequilíbrios no balanço de pagamentos dos países membros. Na prática, ela só ajusta os países deficitários, tendo se convertido num organismo interventor.

Inadimplência — Não cumprimento de uma ou mais cláusulas de um contrato de empréstimos.

Juros flutuantes — Empréstimos em que a taxa de juros é revista periodicamente (por um semestre).

Libor — É a taxa de juros básica do mercado financeiro de Londres. A taxa básica mais barata corresponde à melhor operação a ser feita. Ao libor se acrescenta em geral uma sobretaxa de juros correspondentes ao risco que a operação corre no mercado.

Liquidez — Expressão que define a possibilidade de converter ativos em dinheiro. Quanto menor a quantidade de dinheiro estiver circulando, mais alta é a taxa de liquidez.

Moratória — Quando o país devedor anuncia que não pode pagar os seus débitos. Pode haver uma moratória negociada, com a concordância dos credores, com um prazo geral de 90 dias, ou a moratória unilateral, quando o devedor interrompe os pagamentos sem consulta prévia aos credores.

Perfil da dívida — Forma pela qual se distribuem os pagamentos em curto, médio e longo prazos, credores estatais ou privados.

PNB (Produto Nacional Bruto) — Valor da soma de bens e serviços que ficam de posse de um país, incluindo os bens necessários à reposição dos que se gastaram durante o período de referência (em geral um ano).

Prime rate — É a mesma taxa básica, só que fixada no mercado financeiro de Nova Iorque. É mais alta que a *libor*.

Renegociação — Acerto para estender o prazo de pagamento de uma dívida, implicando geralmente a incorporação de novos juros.

Rolar — Quando o devedor e o credor têm a opção de estender o empréstimo, em intervalos determinados e já previstos no acordo original.

Serviço da dívida — É formado pela soma dos juros e das amortizações num empréstimo.

Spread — Diferença entre as taxas pagas pelo banco aos seus depositantes e as taxas cobradas do tomador de um empréstimo.

Stand-by — (“Aquilo que espera”) — É um crédito que está à espera, ou seja, pode ser retirado até o limite marcado para cada país. O Brasil levantou créditos *stand-by* antes de negociar com o FMI.

Dívida Externa



Brasil

Quem ganha e quem perde

Os bancos internacionais chegam a obter até 22% dos seus lucros nas operações com o Brasil

Os responsáveis pela política econômica brasileira foram obrigados, por fim, a pôr o dedo na ferida, o que tanto evitaram. Compelidos pela falta de liquidez tiveram que suspender o pagamento das prestações e juros. Embora tardiamente e em condições extremamente desvantajosas, decidiram ir ao Clube de Paris. Resolveram centralizar os movimentos cambiais, sobretudo os pagamentos do exterior. Trata-se de estabelecer prioridades nas saídas de nossas parcas divisas. Ou melhor: trata-se de estancar a verdadeira fonte de nosso endividamento. Pois em fins de 1983 devemos ter um superávit de quase cinco bilhões de dólares na balança comercial e um déficit de 17 bi-

lhões na de serviços. Mas isso é só a ponta do iceberg.

É hora de começar a desmistificar os devaneios tecidos em torno do nosso endividamento externo. A quem serve a dívida externa brasileira?

A pergunta é óbvia. O país não se endividaria dessa maneira se não fosse em benefício de alguém. Ninguém pode acreditar que uma ação econômica tão extensa e persistente pudesse verificar-se sem que ninguém se beneficiasse dela. Para respondê-la devemos criticar as falsas explicações e procurar encontrar o fundo real da questão. Começemos pois por desmistificar as versões mais correntes.

Interpretações falsas

A explicação mais usual situa o nosso endividamento como resultado do “choque do petróleo” e dos aumentos decorrentes nos gastos de importação. Não podemos negar o impacto desses aumentos nos anos de 1974 a 1976. Porém, devemos con-

testar essa interpretação com 4 fatos definitivos:

1º) O processo de endividamento é anterior ao choque do petróleo.

2º) O preço internacional do petróleo baixou, sobretudo nos últimos anos, quando a crise do endividamento ficou mais grave.

3º) O petróleo não é a nossa principal conta de importação. Se analisarmos o agregado de compras em equipamentos e matérias-primas industrializadas veremos que boa parte dos nossos gastos em importação encontram aí sua origem.

4º) É principal: a balança comercial do Brasil (e da maior parte dos países subdesenvolvidos) é superavitária. O déficit do balanço de pagamentos,

que dá origem à necessidade de pedir empréstimos no exterior, não se origina portanto na conta de mercadorias compradas e vendidas e sim nos nossos intercâmbios de serviços.

Necessitamos desmistificar outras duas afirmações que também se repetem com ares de verdade:

1ª afirmação falsa: O endividamento é um resultado da má administração e de erros circunstanciais da política econômica.

Não é assim tão simples. O endividamento é comum aos países dependentes, não-petroleiros e petroleiros. Suas origens têm que ser pois comuns a esses países, mesmo que existam diferenças eventuais em suas características secundárias. De fato,

BALANÇO DE PAGAMENTOS DO BRASIL, SALDO AGREGADO NO PERÍODO 1974-1982
(em US\$ milhões)

	1974-1982
1. Balança Comercial (FOB)	-15.095
1.1 Exportação	130.372
1.1.1 Produtos primários	60.752
1.1.2 Produtos industrializados	67.301
1.2 Importação	145.467
1.2.1 Petróleo	52.572
1.2.2 Outros	92.895
2. Serviços	-67.786
2.1 Receita	20.773
2.2 Despesa	88.559
2.2.1 Juros	46.795
2.2.2 Outros*	41.764
3. Conta Corrente (1 + 2)**	-82.424
4. Capitais	74.239
4.1 Investimentos brasileiros no exterior (líquido)	-1.776
4.2 Investimentos estrangeiros no Brasil (líquido)	15.985
4.3 Empréstimos e financiamentos (líquido)	92.715
4.4 Amortizações (líquido)	-41.020
4.5 Capitais a curto prazo e outros (líquido)	-8.335
5. Erros e Omissões	-2.635
6. Saldo (3 + 4 + 5)	-10.820

* Compõe-se de fretes, seguros, remessas de lucro, "royalties", assistência técnica, turismo etc.

** Inclui a conta transferências unilaterais (líquido)

Fonte: Quadros estatísticos extraídos da revista "Brasil em Exame", editora Abril, maio/1983



O Brasil tem exportado muito mais do que importa, mas está devendo cada vez mais

os dados revelam que todos esses países são deficitários na sua conta de serviços. Outra vez? Mas então por que se fala tão pouco nisso?

A incompetência de nossos dirigentes pode existir na implementação de certas políticas. Mas não podemos supor que todos os dirigentes dos países capitalistas dependentes são incompetentes. Sobre tudo se notarmos que as políticas que os conduziram ao endividamento exacerbado foram recomendadas pelos mais competentes órgãos governamentais e multigovernamentais como o Eximbank, o Bird, o FMI, o BID etc. Nem podemos crer que são incompetentes os economistas dos principais bancos norte-americanos, europeus e japoneses que justificaram, apoiaram, incentivaram e chegaram mesmo a pressionar no sentido desse endividamento do Terceiro Mundo.

2ª afirmação falsa: O endividamento é superável sem grandes traumas através de um rolamento indefinido da dívida.

O endividamento é, ao contrário, na sua maior parte, consequência de um rolamento indefinido da dívida anterior. De fato, há muito tempo não recebemos mais nenhum financiamento real mas somente estamos fazendo operações contábeis pelas quais conseguimos novos empréstimos cada vez mais caros para pagar os anteriores. Para obter tais operações contábeis não é necessário nenhuma competência e sim concessões concretas e dependência crescente do sistema financeiro internacional.

É necessário lembrar nesse sentido as concessões à soberania nacional explicitadas no acordo do Banco Central com os bancos internacionais assinado em fevereiro, tal como o denunciou o senador Itamar Franco. E se alguém duvida de que estamos simplesmente alimentando os banqueiros internacionais, sugerimos a leitura do artigo da revista *Fortune*, conceituado órgão dos homens de negócio americanos, intitulado "A guerra entre os banqueiros (norte-americanos) do Brasil". (*Fortune*, julho, 11, 1982, pgs. 50 e 55). Nesse artigo, podemos ver como o *Citibank*, maior credor do Brasil, nos emprestou 4,6 bilhões de dólares de corporações americanas e 1,6 bilhão de recursos conseguidos no Brasil e obteve como resultado o que *Fortune* chama "as suas operações, de longe, mais lucrativas". Quer dizer, 287 milhões de rendas no ano passado, ou 22% do total dos lucros do banco.

Os leitores podem ilustrar-se ainda mais se lerem a revista *Business Week* de 22 de agosto. Sabemos por aí que o *Chase Manhattan Bank* através de sua filial Banco Lar Brasileiro "embolsou 25 milhões de dólares com suas transações em cruzeiro". O *Citibank*, o *Chase* e o *First National Bank of Boston* "são invejados pelos demais" pois, além desses lucros fabulosos, estão fazendo enormes investimentos no Brasil comprando a preço de banana empresas e imóveis. Segundo essas revistas, estão se preparando para a recuperação econômica estendendo sua rede bancária, suas propriedades e seu capital ao mesmo tempo que remetem enormes

DADOS BÁSICOS SOBRE O ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRASILEIRO
Evolução no Período 1974-1982
(em US\$ milhões)

Ano	Dívida Externa Bruta	Reservas Internacionais	Dívida Externa Líquida (1-2)	Juros	Amortizações (líquido)	Serviço da Dívida (4 + 5)	Exportação (FOB)	Serviço da Dívida Sobre Exportação (6/7) em %	Juros Sobre Exportação (4/7) em %	Serviço da Dívida Sobre Dívida Externa Bruta (6/1) em %
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
1974	17.166	5.269	11.897	1.370	1.920	3.290	7.757	42,4	17,7	19
1975	21.171	4.040	17.131	1.863	2.172	4.008	8.461	47,3	22,0	19
1976	25.985	6.544	19.441	2.091	2.992	5.083	9.747	52,1	21,4	20
1977	32.037	7.256	24.781	2.462	4.060	6.522	11.843	55,0	20,8	20
1978	43.511	11.895	31.616	3.344	5.323	8.667	12.482	69,5	26,8	20
1979	49.904	9.689	40.215	5.348	6.385	11.733	15.085	77,7	35,5	23
1980	53.847	6.913	46.934	7.457	5.010	12.467	19.846	62,8	37,6	23
1981	61.411	7.507	53.904	10.305	6.242	16.547	22.920	72,1	45,0	27
1982	66.834*	—	—	12.555	6.916	19.471	19.912	97,7	63,05	29

* Dados disponíveis em setembro de 1982.
Fonte: Revista "Brasil em Exame", maio/1983.

lucros para o exterior.

O rolamento da dívida é um grande negócio para os grandes bancos internacionais e não um resultado do nosso poder de negociação.

Mas é necessário esclarecer algo mais: cada novo empréstimo desse supõe o pagamento de comissões importantes para intermediários. Ninguém chamou a atenção da opinião pública para isso!

Dessa forma, temos dois ganhadores com a nossa dívida: os bancos internacionais que estão aumentando seus valores através da criação de dinheiro fictício (créditos sobre créditos que não envolvem nenhuma operação com dinheiro vivo) e os intermediários dessas operações (corretores que servem a interesses não muito bem definidos) que recebem dinheiro vivo depositado em contas no exterior.

Fica claro assim que não se trata de competência e sim de interesses econômicos concretos. O brasileiro sofre com o endividamento, mas muita gente se enriquece com ele.

As origens do endividamento

Como vimos acima, a origem imediata de nossa dívida está no déficit de nosso balanço de pagamentos. Durante anos a fio, chegamos ao final do ano pagando mais divisas ao exterior do que recebendo-as. Mas vimos também que esse déficit não se origina no setor comercial pois exportamos mais mercadorias do que importamos. O rombo se origina no setor mais sofisticado e complexo: os serviços técnicos e financeiros.

Em primeiro lugar transportamos uma parte ínfima das mercadorias que vendemos ou compramos. Portanto, pagamos todos os anos enormes quantias de divisas estrangeiras (dólares) em frete e seguros. Não exportamos tecnologia mas pagamos

enormes somas em *royalties*, marcas e patentes ou serviços técnicos muitas vezes inexistentes.

Não recebemos lucros do exterior, onde poucas empresas brasileiras investem. Só recebemos capitais diretos ou indiretos. Mas os capitais que recebemos têm direito de remeter os lucros que aqui obtêm. Contudo, os lucros que eles enviam para o exterior não geram nenhuma renda para nós. Trata-se de uma relação totalmente desigual e espoliativa pois contém um direito de propriedade que a faz totalmente unilateral. Para cobrir esses déficits, que desde os anos 50 se reproduzem a cada ano de maneira ampliada, temos que obter novos empréstimos.

Mas se o devedor não equilibra seu orçamento não poderá pagar suas contas no fim do ano e necessitará de novos empréstimos para saldar os anteriores e cobrir seus novos déficits. Ano a ano esse devedor aumentará sua dívida de forma acumulativa.

Portanto, no início da década de 60, qualquer economista mais avisado podia afirmar que, a persistir o modelo de desenvolvimento capitalista dependente, e inclusive acentuando-o, como ocorreu depois de 1964, não havia outro caminho senão uma crise financeira internacional quando se tornasse impossível saldar essas dívidas.

As soluções existem

Esses são os fatos. O Banco Central teve que se convencer de que se ele não suspender o envio de *royalties*, serviços técnicos, lucros etc., nas graves condições de caixa atual e quando o país já diminuiu 30% de suas importações, não poderá deter o buraco financeiro que gera nossa dívida. Mas só se trata de uma medida temporária que não resolverá, em consequência, problema algum.

Por outro lado, fica pendente o pagamento dos juros e amortizações da dívida que são hoje superiores ao volume global de nossas importações. Aqui também estamos diante de uma suspensão não declarada de pagamento por falta simplesmente de caixa.

Ao mesmo tempo surgem as operações bancárias no exterior, realizadas sem cobertura pelas luxuosas sucursais dos bancos brasileiros que operam no vermelho e criam uma nova fonte de déficit para ser coberto pelo nosso povo, o eterno avalista de todas essas operações através do Estado, que não nos consulta para nada.

Chegamos assim à insolvência. Não temos dólares para pagar nossas importações, nossos juros e amortizações, nossas operações bancárias no exterior.

Por que falamos em "nossos juros, nossas operações bancárias?", perguntará o leitor. Porque avaliamos todas essas operações. Mas, se quem ganhou foram outros? Precisamente. Ganham porque alguém perdeu ou vai perder. E continuarão ganhando se estivermos dispostos a continuar perdendo.

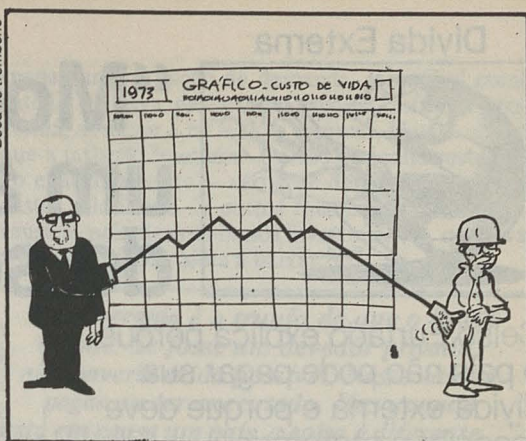
O artigo da revista *Fortune* antes citado diz: "Uma moratória nos pagamentos dos juros, por exemplo, poderia eliminar aproximadamente a metade das rendas do Citibank. Se ele tivesse que estabelecer uma reserva especial para perdas, digamos, 10% dos seus empréstimos brasileiros, a soma, de cerca de 400 milhões de dólares, absorveria o resto das rendas".

Pois bem, os ganhos do Citibank dependem da atitude do governo brasileiro. Certamente ele já tirou daqui o equivalente a todo o seu investimento! Outros países encontram-se em situação semelhante e podem somar-se à nossa política. Para continuar rolando a dívida temos que nos submeter totalmente às condições impostas pelos banqueiros através do Fundo Monetário Internacional. Será que não podemos impor nossas próprias condições de pagamento, adaptadas às nossas reais possibilidades? Esta seria uma solução civilizada e aceitável para todos.

A conclusão é inevitável: temos que suspender o pagamento pelo menos temporariamente até arrumar a casa. Podemos fazê-lo explicitamente tirando todas as vantagens morais da situação. Ou podemos fazê-lo às escondidas, sem declará-lo — como o estamos praticando agora.

Para arrumar a casa, temos que redefinir o modelo de desenvolvimento dependente que seguimos até agora e liquidar as origens do déficit que origina toda a crise. Temos que aumentar o comércio exterior que nos seja favorável, como o que realizamos com o Terceiro Mundo. Temos que inventar inclusive formas de pagamento bilaterais que nos retirem da pressão do dólar.

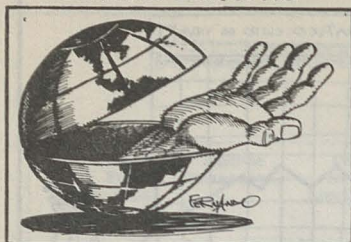
"Boca no trombone"



A valorização do dólar no mercado financeiro reduziu o poder de compra dos países do Terceiro Mundo



As soluções propostas são evidentes. Mas essa é uma questão política. Este país necessita, mais que nunca, de um governo legitimamente eleito pelo nosso povo, com amplo respaldo popular, capaz de negociar com a cabeça alta e em representação dos interesses das maiorias. Um governo respeitado internacionalmente, austero e com autoridade para rever profundamente a orientação da nossa economia. (Theotonio dos Santos)



“Moratória, um ato de soberania”

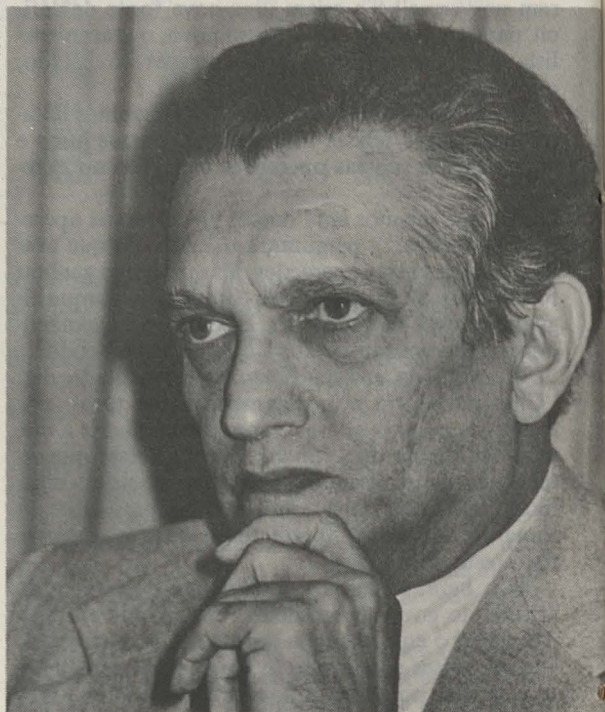
Celso Furtado explica porque o país não pode pagar sua dívida externa e porque deve recorrer à moratória

O Brasil está nas primeiras páginas dos mais importantes jornais do mundo ocidental. Vão longe os tempos do fastígio do café, empalideceram as glórias do futebol. Agora o nosso país ganha um título pouco invejável: o de maior devedor do mundo. Sua dívida externa está em cerca de 100 bilhões de dólares. É muito difícil para alguém que não seja economista, banqueiro internacional ou algo semelhante conceber o que representa essa soma. Daria para transformar o Nordeste semi-desértico numa terra florescente, ou para construir sete hidrelétricas gigantescas, iguais a Itaipu. Equivale a mais da metade do orçamento militar dos Estados Unidos para 1984, com seus 189 bilhões de dólares destinados a financiar um imenso programa armamentista, mísseis inclusive.

Acompanham essa enorme dívida externa alguns fenômenos alarmantes que resultam da mesma política econômica: uma inflação galopante, que anda por volta dos 170% anuais, embora o ministro da Fazenda, Ernani Galvêas, no começo do ano, previsse modestamente apenas 70% (“O Estado de São Paulo”, 5/2/1983); um número de desempregados que o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, estima em três milhões e que, segundo a mesma autoridade, poderá chegar a 13,5 milhões em 1985 — o equivalente a 27% da população economicamente ativa do país, que a essa altura deverá ser de 50 milhões de pessoas (“O Globo”, 16/9/1983).

Além dessas consequências internas, o Brasil começou a viver uma etapa penosa nas suas relações internacionais, com as febris negociações com os bancos emprestadores, que pressionam para receber as amortizações e os juros crescentes, e o recurso ao Fundo Monetário Internacional. Os países em desenvolvimento, como o Brasil, que entram nessa voragem de humilhação, submetem-se a uma camisa-de-força que significa estagnação com inflação (estagflação) e renúncia aos seus sonhos de

Eduardo Simões/F4



Furtado: “Fazer prevalecer a nossa soberania”

progresso, com a destruição do parque industrial já existente e todos os males contidos numa política de recessão segundo o duro receituário do FMI. A revista inglesa *The Economist* (6/8/1983) prevê que a crise levará a indústria brasileira ao colapso, e que a economia do país estará estagnada em 1984.

O governo brasileiro vem-se submetendo com extrema docilidade à orientação recessionista ditada pelos grandes centros financeiros internacionais. Um dos críticos mais consequentes e contundentes dessa política tem sido o professor Celso Furtado. Paraibano de 63 anos, superintendente da Sudene de 1960 a 1964, ministro do Planejamento no governo João Goulart, autor do Plano Trienal de Desenvolvimento, obrigado a exilar-se por ocasião do golpe militar de 64, Furtado é hoje o economista brasileiro de maior prestígio internacional. Recentemente, ele foi o principal autor do

projeto apresentado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) como alternativa à política econômica do governo. Seu último livro — o vigésimo — sintetiza no título o pensamento do autor: “Não à recessão e ao desemprego”.

No que se refere ao problema da dívida externa, Celso Furtado condena a posição adotada pelos atuais responsáveis do governo na área econômica. Partindo da evidência de que é impossível pagar a dívida nas condições que o FMI e os bancos internacionais pretendem impor ao Brasil, ele defende a tese de que o nosso país deve pagar segundo os seus próprios termos.

O que muda nas perspectivas da economia brasileira com a terceira carta de intenções apresentada pelo governo ao Fundo Monetário Internacional?

— A nova carta agrava a situação, porque é muito mais restritiva que as anteriores. Pretende reduzir drasticamente o déficit do setor público, o que só pode ser conseguido através de uma recessão muito profunda. O propósito recessivo se confirma, ainda, com a previsão de um saldo na balança comercial de nove bilhões de dólares, com um nível de importações da ordem de 16 bilhões de dólares. Em 1982, o saldo comercial representava 4% do valor das nossas importações; este ano, deverá andar próximo dos 40% e, em 1984, de 55%. Essas percentagens constituem uma clara indicação de que a política econômica do governo é orientada no sentido de produzir dólares para os nossos credores, a qualquer custo. Não é pelo caminho da redução das importações que vamos sair da crise. A forte contração exigida pelo FMI representa um preço excessivamente alto para nós.

E quanto ao nível de redução da inflação agora anunciado?

— A inflação é um sintoma. A idéia de fazê-la baixar dos atuais 170% para 55% reflete nitidamente, mais uma vez, a pressão recessionista que será exercida sobre a nossa economia. Os critérios do Fundo nesse particular foram revelados por um documento interno que veio a público recentemente, onde se recomenda um corte substancial na renda da população brasileira. As opções, para o FMI, são duas. A primeira, que eles consideram a melhor e que está em vias de ser aplicada no Brasil, consiste em fazer baixar o nível de vida da população reduzindo os salários. A segunda seria manter os níveis de salários e cortar ainda mais nos gastos e nos investimentos. Ambos os caminhos geram desemprego. Para o Fundo, só há que escolher entre os dois, sem qualquer outra alternativa. Por quê? Porque ele se baseia na sua doutrina clássica de que a inflação é de demanda ou seja, decorre de um excesso de poder de compra, e é necessariamente um fenômeno de curto prazo. De fato, se houvesse

apenas uma inflação de demanda, seria fácil combatê-la. Bastava passar uma esponja, esfriar a economia, absorver a inflação e retomar. Mas acontece que a inflação brasileira — e isso eu tenho sustentado exaustivamente — não é de demanda, não é de custos salariais, é de custos financeiros. É também causada pela desordem nos investimentos, que leva a produtividade média a baixar.

“A soberania é o trunfo de que o Brasil dispõe. Se fosse um devedor privado, não haveria saída possível. Nesse caso, é pagar ou ser executado. Mas quando está em causa um país, a coisa é diferente...”

Em que medida estão em causa problemas de política econômica?

— Os problemas que enfrentamos não são propriamente de economia. Se fossem, tudo ficaria mais simples — uma questão de definições, de redução a axiomas. Mas não é esse tipo de problemas que o governo brasileiro e o FMI estão discutindo, e sim questões de política econômica. Por exemplo, saber até que ponto o serviço da dívida externa representa um encargo insuportável para o Tesouro é um problema de política econômica. Como também a questão da redistribuição — não voluntária, não consensual — da renda que se acha implícita no receituário do FMI. Estamos vendo que na atual situação, enquanto o produto entra em declínio, quem se apropria da maior parcela é o setor financeiro. A tal ponto que o negócio ideal, no Brasil de hoje, é ser intermediário financeiro... Corrigir essa situação é tipicamente um problema de política econômica.

Os pronunciamentos do presidente Figueiredo na Assembléia-Geral da ONU e no encontro de Cancún, e o discurso do ministro Saraiva Guerreiro na reunião do Sela, em Cartagena, em fevereiro deste ano, criticavam a política econômica das grandes potências e preconizavam soluções globais para abrir perspectivas aos países em desenvolvimento. Isso tinha um sentido de crítica à doutrina do Fundo Monetário Internacional. E agora?

— O Brasil rompeu com a linha desses pronunciamentos. É um quadro de total incoerência. Em particular, incoerência entre a política formulada pelo ministério das Relações Exteriores e aquela que é executada no plano internacional pelas autoridades da área econômica. Isso comprova o que venho afirmando: o grande problema do Brasil hoje em dia é o desgoverno em que o país se encontra. Não se trata de competência ou incompetência deste ou daquele ministro, mas de desgoverno mesmo, resultante da erosão dos instrumentos de política econômica, monetária, fiscal, cambial,

de distribuição de renda. Há um tremendo desgaste desses instrumentos, decorrência da subordinação de tudo o mais à obrigação de pagar integralmente a dívida externa nos termos impostos pelo FMI. Isso exclui a possibilidade de aplicarmos uma política autônoma. O que é preciso, agora, é recuperar a liberdade de ação que nos levaram a perder. É fazer prevalecer a nossa soberania.

Como?

— Decretando unilateralmente a moratória. Entendo a moratória, essencialmente, como um ato de soberania nacional. A soberania é o grande trunfo de que o Brasil dispõe. Se se tratasse de um devedor privado, de uma empresa, não haveria escapatória possível. Nesse caso, o jeito é pagar ou ser executado. Mas quando está em causa um país, um Estado soberano, a coisa é diferente. Uma empresa desaparece, mas um país não some do mapa. Um país funciona, interna e externamente, num contexto político. Isso lhe permite estabelecer junto aos credores os pontos que não são negociáveis, oferecendo garantias muito maiores que as de um devedor particular. Ele pode dizer, por exemplo, que não aceita renegociar os empréstimos a partir de taxas flutuantes de juros; que essas taxas devem ser fixas, subordinadas ao poder de compra determinado pelo valor das exportações do país em questão, às suas relações de troca, isto é, ao que ele obtém pelo que vende no mercado internacional. Assim ficariam estabelecidos, de saída, novos parâmetros de negociação.

Os bancos internacionais se conformariam com essas condições?

— Com a declaração unilateral da moratória, se abririam aos bancos novas opções. Normalmente, os diretores de um banco são responsáveis pelas perdas perante os acionistas. São funcionários com atribuições limitadas, que temem perder os seus empregos e as altas comissões que o Brasil paga. Sentam-se na mesa para discutir os termos de um contrato ou a substituição desse contrato por um outro que compense o que o banco perdeu no primeiro. No momento, eles estão empenhados em que a moratória de fato do Brasil não se oficialize num ato judicial. Os empréstimos acham-se ligados uns aos outros por cláusulas contratuais e se houver ruptura de um, todos os contratos correm risco. Além disso, eles estão interessados em que o Brasil obtenha empréstimos-ponte junto ao Banco Central dos Estados Unidos, ou seus equivalentes em outros países, para poderem ganhar tempo. E assim vão levando. Se um país do porte do Brasil declara moratória, isso poderia desencadear uma série de outras moratórias, o que levaria os bancos credores à insolvência. É o caso, notadamente, do *Citibank*, que emprestou ao Brasil quase o equiva-

lente do seu capital, cerca de 83%. Nesses casos, tão alta é a dívida que o devedor passa a ser uma espécie de associado, pois dele depende também o destino do credor.

Mas então que saída haveria?

— A moratória unilateral é a única saída possível, por uma razão bastante simples: o essencial da renegociação da dívida passaria ao âmbito dos governos, dos Bancos Centrais dos países credores. Quando há credores que são soberanos, eles podem negociar com autonomia, uma autonomia que falta às diretorias dos bancos. Podem aceitar perdas sem o pavor da própria insolvência. A saída é, portanto, política.

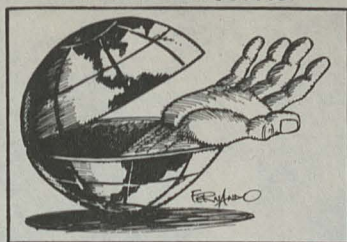
Em que circunstâncias os bancos centrais entrariam em ação?

— Um acordo feito há pouco sob os auspícios do BIS, o Banco Internacional de Compensações, estipula que os bancos centrais intervirão em caso de insolvência dos bancos credores, e somente nesse caso. Então, quem segura a barra, em última instância, são os bancos centrais. O que eles menos querem, evidentemente, é a eclosão de uma crise internacional generalizada. Isso seria catastrófico também para os países ricos. E essa perspectiva, assustadora para eles, funciona em benefício do Brasil no caso da moratória. Nessas circunstâncias, a moratória decretada pelo Brasil poderia ser seguida de outras, o que criaria condições para uma negociação global. Estaria então aberta a porta para um novo Bretton Woods.¹

Seria esse o caminho para uma Nova Ordem Econômica Internacional (Noei), que o Terceiro Mundo vem reclamando há mais de duas décadas, especialmente nas reuniões no Grupo dos 77, e que ainda há pouco reiterou, sem sucesso, na 6ª Uctad, em Belgrado?

— A tomada de posição do Brasil poderia ser um passo decisivo no sentido do atendimento a essa forte aspiração do Terceiro Mundo. Deve-se dizer, entretanto, que o Terceiro Mundo não tem tomado iniciativas concretas para tornar realidade a sua reivindicação. O mundo desenvolvido não manifesta, por seu lado, o desejo de atendê-la, com exceção da França, que vem pleiteando junto aos países ricos, desde a reunião de Williamsburg, a realização de uma conferência que estabeleça bases mais sãs para o sistema financeiro internacional, que permitam acabar com a enorme tutela atualmente exercida pelo dólar. (Moacir W. de Castro) ●

¹Local onde foram assinados os acordos finais que criaram o FMI (27/12/1945 - Washington - EUA), e que concretizaram o ordenamento da economia mundial nos termos atuais.



Argentina

A herança dos militares

O regime militar deixa para os seus sucessores o pagamento da conta da guerra das Malvinas

Os 43 bilhões de dólares da dívida externa argentina divididos pelos 28 milhões de sobreviventes, representam um dos piores índices per capita do mundo. Cada ser humano que habita dentro dos 2,7 milhões de quilômetros quadrados do território argentino deve ao exterior mais de 1.500 dólares. Não importa que ele seja um dos dois milhões de desempregados, alguns dos milhares de recém-nascidos que não completarão um ano de vida graças à desnutrição e em consequência de doenças que se acreditavam erradicadas para sempre, ou que este devedor seja a mãe de um dos 30 mil desaparecidos por cujo destino as organizações de direitos humanos reclamam, um soldado adolescente mutilado na guerra com os ingleses, algum dos milhares de desabrigados que estão morando em colégios, quartéis, barracas ou vagões de trens enquanto esperam as águas baixarem.

O ministro da Economia Jorge Wehbe anunciou no começo deste ano que os compromissos externos chegavam a 43 bilhões de dólares, mas a força aérea o contestou numa declaração oficial, cujos cálculos não passavam de 37,8 bilhões. Wehbe esclareceu, sem constrangimento, que se tratava de um erro de seu ministério, onde se havia somado duas vezes uma quantia de cinco bilhões de dólares. O tempo não deu razão a Wehbe, mas fez com que a dívida chegasse naqueles mesmos 43 bilhões devido à simples acumulação de juros.

Num país onde o humor encobre tanto a resignação quanto a raiva, o ministro suportou com cara de palhaço este diálogo diante das câmaras de televisão:

Jornalista — Feliz aniversário, senhor ministro.

Ministro — Muito obrigado.

Jornalista — Está completando quantos anos?

Ministro — 63 anos.

Jornalista — Tem certeza?

Pouco depois desse primeiro choque com Wehbe, o comandante-em-chefe da força aérea anunciou que sua arma não aumentaria a dívida externa

num só dólar, que os aviadores compartilhariam das dificuldades da população e que o futuro governo é que decidiria sobre a renovação do equipamento.

Mas o que o brigadeiro Augusto Hughes tomou o cuidado de não revelar foi quanto, desses 43 bilhões já endividados, corresponde a gastos militares, discrição compartilhada por outros membros da junta militar, general Cristino Nicolaides e almirante Rubén Franco.



Um em cada 14 argentinos não encontra emprego

Um instituto sueco de estudos estratégicos afirma que a fatia militar da dívida chegava a 15 bilhões de dólares, isto é, mais de um-terço. Esse dado está de acordo com a participação militar no orçamento, de cerca de 30%, e com o item "Saída de divisas, somas não individualizadas" dos balanços de pagamentos entre 1976 e 1982, que totaliza 17 bilhões de dólares. Wehbe disse que a cifra do instituto sueco era "absurda", o que dá a entender que conhece a verdadeira, ainda que ela não tenha saído da sua boca. Segundo informações que vazaram da imprensa, haviam sido dilapidados em armamento sete bilhões de dólares, embora não tenha se esclarecido em que período de tempo.

A dívida é uma doença monstruosa, qualquer que seja a variável econômica com a qual a comparamos. Em 1975, a Argentina devia o equivalente a dois anos de suas exportações. Esse é o ponto considerado ótimo, segundo a opinião defendida pelo *Morgan Guaranty Trust Co.*, durante a última conferência dos grandes credores realizada em Nova Iorque para analisar as possibilidades de cobrar a dívida argentina. Hoje, a relação dívida/exportação é de 5 para 1.

Em 1975, o débito externo representava 10% do Produto Interno Bruto (PIB); agora chega a 40%. Oitenta e seis por cento da dívida são feitos por empréstimos financeiros dos bancos internacionais e as obrigações superaram 12 vezes as reservas de divisas. Quase 60% do endividamento corresponde ao setor público, que desse modo subsidiou a fuga de capitais e a revalorização do peso, que estrangulou a produção nacional, favorecendo as importações.

Mais endividamento

Em 1982, o superávit comercial foi de 2,25 bilhões de dólares, acumulado graças à diminuição das importações em 40%, em meio a uma prolongada recessão. Mas os serviços da dívida, sem incluir amortizações, chegaram a 4,7 bilhões. O pagamento desses serviços consumiu 61% das exportações, índice muito superior à já perigosa média internacional (serviços financeiros/exportações: 40%). No primeiro trimestre deste ano, as importações caíram outros 27%, mas apesar disso, o superávit comercial de 1983 dificilmente atingirá os três bilhões de dólares, contra vencimentos de juros que totalizam cinco bilhões, o que já equivale a dois-terços das exportações. A diferença será paga, este ano como no anterior, com mais endividamento, em operações de capitalização de juros.

A impotência diante dessa armadilha implacável pode ser exemplificada com dados concretos. Se se decidisse sacrificar integralmente o rebanho bovino e usar o arrecadado para o pagamento da dívida, apenas se conseguiriam recursos para cobrir os juros de um ano (sempre e quando houvesse comprador para tanta carne e os preços não caíssem). E cada vez que a Reserva Federal dos Estados Unidos aumenta em meio ponto a taxa de juros para que o *happy end* da recuperação de sua economia se livre das ameaças de um retorno da espiral inflacionária, a dívida argentina cresce em 215 milhões de dólares, por decisão livre e soberana de Paul Volcker, secretário do Tesouro dos Estados Unidos.

A coexistência da crise econômica com um processo eleitoral que deve pôr fim a oito anos de ditadura militar é uma particularidade do caso argentino que tem múltiplas consequências. Por exemplo, as metas do acordo assinado com o Fun-



Alfonsín: "de acordo com nossos interesses"

do Monetário Internacional não são cumpridas devido à forte pressão social. Durante esses anos, os salários caíram em um-terço do seu valor histórico, e agora que o regime militar agoniza, o setor trabalhador não se conforma com os 5% de aumento nas remunerações, acertados com o FMI. Mediante paralisações brutais e ameaças de greves gerais, os trabalhadores e as organizações sindicais obtêm melhores porcentagens de um governo para o qual nada é mais importante do que deixar o poder sem graves explosões sociais. As mesmas razões políticas e sociais impedem o regime militar de aumentar as tarifas dos serviços públicos e reduzir o gasto governamental, como havia prometido.

As periódicas missões do Fundo constatarem essas transgressões e ainda assim autorizam a liberação de novas remessas dos empréstimos acertados. Desde a guerra das Malvinas, o país incorre em constantes atrasos no cumprimento dos seus compromissos financeiros, e os técnicos internacionais sabem que se não fizerem vista grossa, a Argentina poderia escorregar, embora sem querer, para uma suspensão formal de seus pagamentos, que agora ocorre só de fato. A exigência de que o Fundo está menos disposto a abrir mão se refere ao tipo de câmbio, já que uma diferença excessiva entre o oficial e o paralelo (80% em setembro) fomenta o sobrefaturamento das importações e o subfaturamento das exportações. Isso evapora as divisas que os credores estão esperando com a boca seca e um nó na garganta.

O Fundo Monetário compreendeu que embora os militares tenham empenhado o resto de autoridade que lhes resta para cumprir as exigências dos banqueiros internacionais, não poderiam impô-las a uma economia em profunda crise e a uma sociedade em plena efervescência. Por isso, olham para outro lado, enquanto procuram estabelecer contatos com os partidos políticos que governarão a partir de 1984.



Luder: "só pagar a dívida legítima"



Frigilio: "renegociação global da dívida"

Seria um erro imaginar que esta debilidade do governo beneficia em alguma coisa o país em suas negociações com o exterior. A atitude do Fundo é a de enfermeira que permite ao paciente muito doente fumar, sem obrigá-lo a tomar os remédios receitados porque sabe que seu organismo já não tem cura. A posição dos bancos credores, em troca, consiste em tirar o que ainda resta do moribundo e fazê-lo assinar, antes que morra, compromissos que os seus descendentes terão que arcar.

A negociação do último empréstimo-ponte por 1,5 bilhão de dólares com um consórcio de 11 grandes bancos credores encabeçados pelo Citibank é um bom exemplo: para liberar essa verba, na qual eram os principais interessados (já que a Argentina não recebeu divisas e sim apenas adiamentos dos pagamentos), os banqueiros exigiram que fossem levantadas todas as restrições que ainda pesavam sobre a repatriação de capitais britânicos e a remessa de lucros para Londres; que se revogasse um artigo da lei de falências que dá prioridade aos credores

res argentinos sobre os estrangeiros; que a taxa de juros a ser paga fosse 2,25% mais alta que a libra, e que todos os acordos ficassem submetidos à jurisdição dos tribunais de Nova Iorque. Além disso, a sucursal em Nova Iorque do Banco da Nação Argentina concedeu um subsídio de cinco mil dólares a uma orquestra britânica para que ela pudesse realizar um giro pela França interpretando obras de Bach. Mas não se sabe se isso foi imposição ou cortesia.

No mesmo dia em que Wehbe assinou o acordo em Manhattan, o governo militar argentino começou a divulgar no país um filme publicitário com a palavra-de-ordem "Soberania nacional, patrimônio de todos". Se, como é previsível, o saldo comercial mais os empréstimos já negociados não conseguirem cobrir os pagamentos que vencem antes do fim do ano, Wehbe deverá voltar a passar o pires em Nova Iorque, e novas doses de adjetivos patrióticos completarão nas televisões o trabalho de deturpação dos fatos, que este governo praticou com banal empenho.

As quantias são altas, mas seu escalonamento é pior. As renegociações efetuadas pelo governo que está saindo, só fizeram adiar para um futuro próximo vencimentos no valor de cinco milhões de dólares; mas deixaram para 1984 compromissos de pé no valor de 14 milhões, dos quais mais da metade corresponde ao setor público. Desse montante, 9,5 bilhões por amortização e 4,5 bilhões de dólares de juros.

A opinião dos políticos

Os partidos políticos evitaram se reunir com as missões técnicas do Fundo Monetário Internacional, que tentaram arrancar deles a promessa de renovar os acordos vigentes. Em parte, porque não é político se comprometer com o Fundo em plena campanha eleitoral, mas também porque todos estão de acordo no geral, e os que têm mais chances de chegar ao governo são os que menos definiram os passos concretos a serem dados.

Chama atenção o fato de que os principais partidos coincidam sobre a dívida: ninguém fala de não pagar, nem de entrar para um clube de deveres. Todos pensam em refinanciar, dilatando prazos e reduzindo taxas, para que parte das divisas geradas pelo comércio exterior seja aplicada no crescimento econômico, sem o qual a crise argentina pode se tornar definitivamente incontrolável.

O candidato presidencial justicialista, Italo Argentino Luder defende que "a Argentina deverá pagar os serviços da dívida externa não em função do seu valor nominal e sim do *real*. Fará o esforço de pagar como juros a quantia que surja da aplicação de uma taxa de juros *real* às prestações, isto é, deduzida a inflação. O objetivo é manter um nível

constante em termos reais da dívida, abonando os juros que excedam a taxa de inflação internacional". É óbvio que para isso será imprescindível uma negociação com os credores.

Luder considera que devem ser esclarecidas as suspeitas de fraude e falsificação em alguns índices da dívida e declara que pensa elaborar "junto aos países com problemas parecidos com os nossos, uma proposta comum que sirva para o esboço de um novo ordenamento financeiro internacional, que permita a reativação da economia mundial, uma melhoria dos termos de intercâmbio e torne viável um pagamento ordenado das dívidas".

A renegociação, diz Luder, "só deve ser feita sob condições satisfatórias para os interesses do país. Crescer implica importar matérias-primas; deveremos utilizar parte do excedente comercial para importar. As importações terão que ser reduzidas ao mínimo, sem comprometer o crescimento do país. Portanto, serão eliminadas ou proibidas as compras de bens de consumo ou produtos luxuosos do exterior".

Segundo Luder, o próximo governo terá a força necessária para negociar condições melhores, já que com os atuais prazos e juros "a dívida não deixa margem para o crescimento".

O candidato radical, Raúl Alfonsín, acredita que "por imprudente que tenha sido a política econômica aplicada, o governo e as empresas públicas não podem fazer outra coisa a não ser arcar com a dívida contraída", mas introduz um elemento novo ao especificar que só deve ser paga a "dívida legítima". Luder acrescenta que nos casos de pessoas e empresas privadas cuja dívida parece ser fictícia "porque ao mesmo tempo em que se endividaram fizeram remessas de dólares não especificadas ao exterior, o caso é diferente. Haveria cumplicidade do credor, e então não deveriam receber divisas para pagar essas dívidas, a menos que justifiquem as transferências".

Embora não o tenha dito em público, Alfonsín pensa em recorrer ao Fundo Monetário com um programa econômico no qual os objetivos fiscais, monetários e cambiais não se oponham a um plano de crescimento a médio prazo. Os radicais pensam que se poderia pedir uma trégua aos credores para refinarçar os juros, enquanto se negocia a dívida global.

O desenvolvimentista Rogelio Frigerio considera que tanto um "clube de devedores" quanto uma moratória unilateral constituem uma "fantasia nociva" e assinala que até a União Soviética teve que cumprir seus compromissos financeiros e aceitar as sanções econômicas para poder se reinserir nas relações econômicas mundiais.

Frigerio acrescenta que o endividamento de países como o Brasil e o México ocorreu no contexto de expansões produtivas com taxas de crescimento

da ordem de 8 a 9% ao ano, enquanto que "a espiral da dívida argentina foi crescendo num contexto de recessão sem precedentes. Foram subsidiadas importações que vieram substituir a produção nacional com uma queda artificial do tipo de câmbio, que fez com que a cotação das divisas ficasse próxima da metade de seu valor de paridade, enquanto se estimulava o endividamento. Esses recursos externos foram esbanjados na especulação e ao mesmo tempo em que as atividades produtivas eram estranguladas, proliferava o desemprego e os salários foram drasticamente achatados".

Frigerio afirma que é indispensável recompor o mercado interno, começando pela restituição do poder aquisitivo do salário e impulsionar os investimentos, dentro de um plano que avance em direção ao desenvolvimento e à integração da economia, a partir das indústrias básicas e da infra-estrutura de energia e comunicações, "como única via capaz de garantir a capacidade de fazer frente às obrigações externas". Ele acredita que a única opção "viável para os argentinos e propícia para os credores é a renegociação global da dívida no contexto de uma forte mobilização da riqueza nacional hoje desperdiçada, mediante acordos com o FMI, e com o apoio do Banco Mundial para o programa de investimentos. Também é imperioso refinarçar a maiores prazos e com taxas de juros mais razoáveis".

O candidato intransigente Oscar Alende afirma que em cada caso deve ser averiguado se se trata de dívidas contraídas de boa-fé, "que um Estado honesto deve necessariamente assumir, ou se se trata de uma fraude, em cujo caso temos que colocar a nossa capacidade e poder para impor, contornar ou aguentar represálias".

O comunista Rubens Iscaro também defendeu a idéia de uma investigação e "uma ampla moratória para o pagamento da dívida real, de acordo com as possibilidades do país". Iscaro sustenta que o Fundo Monetário não deve intervir na renegociação e afirmou que não se deve pagar os ingleses enquanto eles não saírem das ilhas Malvinas.

Como se pode ver, os políticos têm, em geral, consciência sobre a necessidade de refinarçar prazos e taxas. Porém, após oito anos de "eletrochoque", esta não é uma terapia capaz de produzir dirigentes audaciosos. Nenhum dos aspirantes à presidência quer competir com o Brasil, México ou Venezuela para chegar primeiro ao ponto de parar de pagar ou pedir filiação a um clube de devedores. Em síntese, e isso só em caráter privado, se iludem com a idéia de que a queda de algum dos outros pilares da dívida latino-americana diminua a voracidade dos credores, melhore as condições de refinanciamento e permita poupar alguns quilos da maltratada carne do povo argentino. (Horacio Verbitsky)



O modelo do FMI

Foi o primeiro a privatizar sua dívida externa e a pedir moratória. Hoje, segue fielmente as exigências dos bancos internacionais

A evolução da dívida mexicana

A dívida pública externa do México evoluiu em quatro etapas perfeitamente delineadas. A primeira teve seu início em 1823, com a contratação da Dívida de Londres e terminou em 1941, com o restabelecimento da capacidade de pagamento do país; a segunda compreendeu o período que vai de 1941 a 1950, quando o recurso ao crédito externo por parte do governo esteve bastante limitado devido ao fortalecimento de uma política de perfil nacionalista por parte do regime cardenista (isto é, do presidente Lázaro Cárdenas — 1934 a 1940), que impôs a reforma agrária e nacionalizou a indústria do petróleo; a terceira etapa tem início em 1952, quando a economia foi aberta ao endividamento e ao investimento estrangeiro direto (IED). Os financiamentos externos foram considerados de tipo compensatório (para sanear o balanço de pagamentos que, depois do *boom* da 2ª guerra mundial, começou a enfrentar dificuldades sérias) e outros financiamentos considerados não-inflacionários dirigidos a projetos de investimento público (inseridos no quadro da Aliança para o Progresso, que desempenhou um papel importante como agente legitimador do desenvolvimento). Finalmente, a quarta etapa, que começou em 1967 e continua até hoje e que é conhecida como o “círculo vicioso do endividamento”, quando parte importante dos financiamentos obtidos se destina a pagar os compromissos adquiridos nos anos anteriores, na medida em que o incremento anual dos juros cobrados sobre os empréstimos são muito mais elevados que o fluxo líquido de recursos.

Muito bem, caberia perguntar as razões internas que levaram o país a esse “círculo vicioso” ou, o que dá no mesmo, por que aceitou ou teve a necessidade de aceitar a “oferta” de recursos por parte dos bancos transnacionais.

Causas e consequências

Apesar de que se reconheça que o ano de 1967 é a data em que se inicia esse “endividamento vicioso”, o incremento mais importante acontece, no entanto, de 1972 a 1973 quando passou de 550 milhões para cerca de 1,5 bilhão de dólares o mon-

O México, país que acendeu o pavio de uma bomba-relógio — a dívida externa do Terceiro Mundo —, e que fez tremer os principais centros financeiros do mundo em agosto de 1982, aparece agora numa situação aparentemente mais tranquila do que o restante do conjunto de países latino-americanos, depois de quase ter se declarado insolvente em relação ao pagamento de uma dívida que beirava os 85 bilhões de dólares.

No mês de agosto passado, o México pagou um empréstimo de 1,85 bilhão de dólares, apenas duas semanas depois de ter renegociado 11,4 bilhões de dólares de sua dívida pública. No entanto, isso não quer dizer que o país já tenha superado sua crise, na medida em que se calcula que seu produto bruto cairá para entre 3 e 5%, enquanto a inflação anual é de cerca de 90%.

Uma das especificidades da dívida mexicana reside no fato de que o país foi praticamente um dos primeiros da América Latina a privatizar a sua dívida. Se, para o conjunto dos países subdesenvolvidos, o predomínio das fontes privadas apareceu apenas em 1978, para a América Latina tinha começado em princípios dos anos 70 e o México, já em 1965, apresentava 55,8% de sua dívida pública externa como de componente privado. O país se caracterizou também por uma intensificação do processo muito maior do que no resto do continente¹ e com uma dependência relativamente menor, por exemplo, que o Brasil em relação às fontes oficiais e bilaterais de financiamento. O último dado significa que o Brasil pôde beneficiar-se de custos financeiros menores embora, como contrapartida, tenha tido de ceder diante de algumas das exigências que acompanham os empréstimos do Banco Mundial, FMI e BID.

¹Segundo Rosario Green, economista mexicana especialista no tema da dívida externa mexicana.

tante do endividamento público externo mexicano. Na origem desse grande salto podem ser detetados vários fatos novos que aparecem tanto na cena interna como na internacional, estreitamente relacionados entre si. A recessão das economias capitalistas mais desenvolvidas, como já dissemos antes, ao incidirem sobre o comércio internacional, transferiu para os países periféricos grande parte de seus males (inflação importada, pressão sobre as moedas locais etc.) e o México, claro, não pôde se isolar daqueles efeitos que contribuíram, em grande parte, para que se modificassem as condições de estabilidade dos períodos anteriores.

O investimento privado mexicano, por influência do próprio sistema internacional em crise e também por causas internas relacionadas com o processo de acumulação local, tendeu à estagnação com relação ao período em questão (14% para o período 1965-70 e apenas 2,4% para 1971-77), ao mesmo tempo em que algumas indústrias chaves (aço, petróleo, eletricidade etc.) começavam a apresentar um certo atraso relativo que ameaçava derivar em "engarrafamentos" que comprometiam a acumulação em seu conjunto (pública e privada). Isso aconteceu justamente quando o sistema político também começa a apresentar algumas fissuras que obrigam uma redefinição do modelo anterior. Segundo José Quijano,² o Estado tentará recuperar sua autonomia relativa para o que deverá gastar relativamente mais, ou — o que dá no mesmo —, buscar novos recursos.

Dessa forma, vão-se conjugar as necessidades internas (grande demanda de liquidez por parte do Estado) com uma grande oferta por parte dos bancos transnacionais e se chegará ao fato de que "todo o setor público mexicano privatizará sua dívida, e para fins de 1978 os bancos transnacionais de origem norte-americana serão responsáveis pelos 46% do total dos saldos bancários estrangeiros no México, seguidos pelos bancos transnacionais do Japão com 10%, do Canadá com 9,5%, da República Federal da Alemanha com 7,8%, da Inglaterra com 7,5% e da Suíça com 5,5%. Com exceção dos anos 1975 e 1978, o volume médio dos créditos aumentou constantemente a uma razão de cerca de 30% anuais.

Um paliativo menor

Se, para 1970, a dívida externa representava 12,7% do Produto Interno Bruto (PIB) e o coeficiente de serviços (amortizações mais juros sobre receitas em conta corrente), 24,6%, para 1977, a primeira representava 30,9% e o segundo, 43,9%, sendo que para 1979, o primeiro desce para 24,6%

e o segundo continua crescendo vertiginosamente para 62,2% e chegamos à terrível constatação de que, embora aumente o fluxo líquido de recursos do exterior em 74,1% para o período 1973-79, o serviço da dívida se eleva em 672,6%. "Tenhamos em conta — diz Quijano — que para um setor público angustiado pela imperiosa necessidade de recursos, a dívida externa foi apenas um paliativo menor porque gerava um fluxo líquido ligeiramente em ascensão enquanto sugava quantidades crescentes de divisas através da amortização e dos juros".

Para o mesmo período 1973-78, temos que o financiamento interno a partir do sistema bancário para o governo decresceu à taxa média anual de 5,9% apesar dos aumentos, decretados pelo poder público, no encaixe legal bancário (28% em 1972 e 47% em 1978).

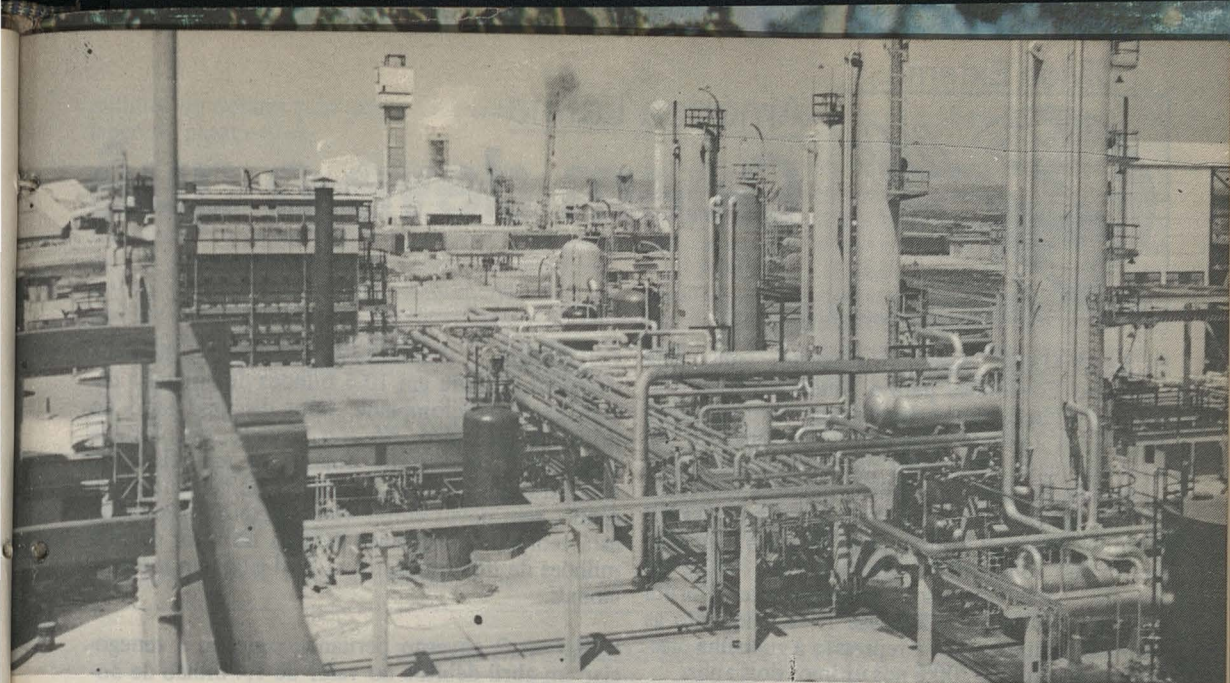
Dentro dos organismos e/ou empresas com maior participação na dívida do setor público mexicano encontram-se a Pemex (Petróleos Mexicanos) e a CFE (Comissão Federal de Eletricidade) que, nos 10 anos considerados, absorveram aproximadamente 40% da dívida, sendo que a parte correspondente à segunda, começou a decrescer no final desse período, enquanto que a Pemex praticamente se elevou ao dobro. Até 1975, também foi crescente a participação das siderúrgicas ("Altos Hornos" e "Lázaro Cárdenas") para depois começar a cair, fenômeno que se repetiu também na empresa Telefonos do México. O setor governamental manteve sua porcentagem de 20% em todo o período e as financeiras do setor público, que absorviam 11,5% em 1970, passaram a fazê-lo em 28,9% em 1979.

A situação se agravou enormemente no último ano do governo de López Portillo, quando a desintermediação financeira chegou a limites quase insuportáveis para o país apesar de que, a partir de 1979, as receitas provenientes do petróleo deveriam ter permitido enfrentar os problemas. Nesse quadro, foram decretados a nacionalização dos bancos e o controle de câmbios como uma tentativa de reprocessar a vida econômica do país na direção de um eixo mais nacional. Esse fato provocou, entretanto, quase o pânico da comunidade financeira internacional que imediatamente "apertou" as condições para continuar liberando recursos para o México. Seguiu-se então um período em que o México teve descredita a sua categoria de país solvente.

Uma estratégia exemplar, diz o FMI

Hoje em dia, entretanto, o Fundo Monetário Internacional colocou o México como o exemplo a ser seguido pelos demais países em desenvolvimen-

²Quijano, José M., "México: Estado e bancos privados", Cide, 1981.



A riqueza petrolífera não impediu que o México acabasse caindo na "armadilha" da dívida externa

to com problemas financeiros, tanto pelo cumprimento do programa de ajuste econômico da Carta de Intenções, como também pelos termos de renegociação de sua dívida externa, o que lhe está permitindo resolver seus problemas econômicos. O México, segundo aquela instituição, cumpriu com todos os requisitos apontados nesse programa até agosto do corrente ano e é considerado como modelo pela forma em que pôde renegociar 20 bilhões de dólares de sua dívida externa. O FMI continuou, com particular interesse, com o cumprimento do programa de ajuste econômico a curto prazo, cujos fatos mais destacáveis são: a balança comercial teve mais de seis bilhões de dólares de superávit na primeira metade do corrente ano e o déficit do setor público pôde ser mantido dentro dos limites colocados, sendo atualmente 24% mais baixo que o do ano passado.

Dessa forma, nos encontramos novamente com o fato de que se o México foi o primeiro a privatizar sua dívida, também vem sendo o primeiro país do Terceiro Mundo a começar a resolver parcialmente seus problemas com o exterior quanto aos financiamentos. Isso, entre muitas e complexas razões, parece que se deve a um sistema político muito especial que teria a flexibilidade e liderança interna suficientes para conter os protestos que partem da sociedade civil. De fato, o México conta, em sua história, com uma revolução democrático-burguesa (a mais radical acontecida na América Latina), cujos legados institucionais e heranças idiossincráticas permitem que o Estado — em circunstâncias difíceis como as atuais — possa diminuir

os benefícios sociais e conter em limites bastante manipuláveis as reivindicações e descontentamentos que partem daqueles setores mais prejudicados pela recente política de austeridade imposta pelo governo do presidente Miguel de la Madrid.

Uma última consideração diz respeito, no entanto, a que muito dificilmente tanto o México como o restante dos países do Terceiro Mundo possam resolver ou continuar resolvendo seus problemas de liquidez e de pagamentos se não houver uma recuperação das economias dos países capitalistas avançados, condição essa considerada como imprescindível por organismos tais como o próprio FMI que, em diversas ocasiões e em vários fóruns internacionais, solicitou aos governos — principalmente aos Estados Unidos — que orientem suas políticas econômicas no sentido de que baixem as taxas de juros e diminuam as medidas protecionistas de comércio. Isso porque, mais que ninguém, o próprio FMI está consciente do grande paradoxo da dívida externa dos países dependentes, já que se foram induzidos ao endividamento também necessitam colocar suas mercadorias nos mercados internacionais para, desse modo, conseguir as divisas necessárias para enfrentar os compromissos contraídos. Se os países com os quais nos endividamos se negam hoje a receber nossas exportações, por inúmeras razões, também estão se negando a que possamos pagar aquilo que eles nos induziram a tomar emprestado.

Mas ao mesmo tempo, estão se negando também a sair de sua própria crise que não é apenas sua mas do sistema em seu conjunto.



Quem deve o quê

EL SALVADOR — Segundo previsões feitas pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), a dívida externa salvadorenha deve aumentar entre 19 a 25% até o final do ano, atingindo um total de quase três bilhões de dólares. Isso é uma consequência direta dos novos créditos recebidos do FMI no valor de 87 milhões de dólares. O PNB (Produto Nacional Bruto) de El Salvador caiu pelo quarto ano consecutivo, registrando em 1982 o índice de -5,0%. Com isso, a produção interna bruta do país baixou em 24% desde 1979, enquanto as despesas militares com a repressão à guerrilha cresceram em cerca de 200% nos últimos dois anos.

COLÔMBIA — O presidente colombiano Belisario Betancur estimou em 10,5 bilhões de dólares a dívida externa colombiana, num discurso feito no início de setembro. No ano passado, a Colômbia pagou 400 milhões de dólares de amortizações, mas este ano não terá condições de continuar pagando, sem novos empréstimos externos. Por isso, está tentando renegociar débitos no valor de 600 milhões de dólares junto ao FMI e bancos internacionais.

PERU — O governo peruano começou a renegociar em abril débitos no valor de 1,4 bilhão de dólares junto aos países socialistas. Só a União Soviética detém créditos no valor de um bilhão de dólares desse total. O país está também tentando renegociar débitos num total de dois bilhões de dólares com vencimento previsto para este ano. A dívida peruana está avaliada, segundo fontes extra-oficiais, em cerca de 13 bilhões de dólares.

VENEZUELA — O país deve pagar um total de 18,6 bilhões de dólares até o final de 1984. Até dezembro, os débitos venezuelanos somam 13,7 bilhões de dólares para os quais o governo está tentando uma renegociação, sob pena de decretar a terceira moratória parcial consecutiva desde 1982. O plano de renegociação anunciado pelo ministro da Fazenda, Arturo Sosa, prevê um refinanciamento com prazo de oito anos e um período de carência até junho de 1987. As mesmas condições são pedidas para os 2,6 bilhões de dólares que vencem em 1984. Em janeiro, a Venezuela conseguiu refinarçar débitos no valor de meio bilhão de dólares. Para obter os novos créditos externos e o aval do FMI, o país foi obrigado a criar um sistema triplo de câmbio, que implicou uma desvalorização de até 60% na cotação da moeda nacional. As reservas cambiais venezuelanas caíram em 80% nos últimos 12 meses.

BOLÍVIA — A dívida global do país atingiu em março de 83, o total de 3,4 bilhões de dólares. No mesmo mês, os bancos internacionais aceitaram renegociar débitos no valor de 460 milhões de dólares. O governo pediu também a renegociação de 300 milhões devidos à França. Até o final do ano, o presidente Siles Suazo quer renegociar mais 300



milhões de dólares para poder reequilibrar seu balanço de pagamentos.

CHILE — A dívida externa chilena estava avaliada no início de 83 em cerca de 18 bilhões de dólares. Em junho, o governo obteve um empréstimo-ponte de 1,3 bilhão de dólares como parte do plano oficial de renegociar o pagamento dos juros para depois de 1985. Do total da dívida chilena, 42% correspondem ao sistema financeiro local. Em maio de 83, as reservas cambiais do Chile caíram para apenas 700 milhões de dólares. Em junho de 1983, o Chile entregou 17 toneladas de ouro como garantia de um empréstimo no valor de 118 milhões de dólares para pagar débitos vencidos. Há previsões de que no final do ano, a dívida chilena possa chegar aos 20 bilhões de dólares.

EQUADOR — Segundo o matutino conservador *El*

Tiempo, a dívida externa do Equador é de 9,05 bilhões de dólares. Nos próximos dez meses, o país terá que gastar um bilhão e meio de dólares com a amortização de débitos externos, o que provocará necessariamente uma série de reajustes internos. Até agora, o Equador conseguiu renegociar apenas 331 milhões de dólares do total de suas dívidas vencidas e um empréstimo *stand-by* do FMI no valor de 131 milhões de dólares. Vinte e sete por cento da dívida externa do Equador são formados por débitos contraídos pelo setor privado.

URUGUAI — A dívida externa uruguaia está avaliada em 4 bilhões de dólares. Em março de 83, o governo pediu uma moratória de 90 dias no pagamento de débitos a curto prazo no valor de 570 milhões de dólares. Em abril, o FMI concedeu um empréstimo *stand-by* no valor de 404 milhões de dólares.

DÍVIDA EXTERNA DA AMÉRICA LATINA (em milhões de dólares)

Países	1979	1980	1981	1982
América Latina	169.186	207.102	255.188	274.000
<i>Exportadores de petróleo</i>	74.804	92.496	121.721	127.780
Bolívia	2.585	2.442	2.851	2.910
Equador	3.754	4.798	6.823	7.700
México	37.746	50.216	73.737	78.000
Peru	7.116	7.901	8.502	10.100
Trindade-Tobago	525	645	860	970
Venezuela	23.078	26.494	28.948	28.100
Não-exportadores de petróleo	94.382	114.606	133.467	146.220
Argentina	18.299	24.543	30.789	32.100
Baamas	38	38	40	50
Barbados	89	121	150	250
Brasil	48.991	57.262	63.067	71.000
Colômbia	5.935	7.310	8.229	9.500
Costa Rica	1.690	2.124	2.577	2.600
Chile	7.491	9.544	12.447	13.600
El Salvador	798	846	1.010	1.200
Guatemala	983	1.120	1.159	1.350
Guiana	527	565	661	800
Haiti	226	269	321	470
Honduras	1.130	1.303	1.426	1.650
Jamaica	1.320	1.388	1.558	—
Nicarágua	1.453	1.660	2.173	2.400
Panamá	2.378	2.701	3.000	3.500
Paraguai	727	919	1.152	1.350
República Dominicana	1.170	1.548	1.780	2.100
Suriname	110	34	40	—
Uruguai	1.027	1.311	1.880	2.200

Fonte: Comissão Econômica para América Latina (Cepal)



África

O preço da dependência

Os números não mostram como a vulnerabilidade econômica esgota os escassos recursos da região

A dívida total da África junto aos financistas internacionais ultrapassa a casa dos 100 bilhões de dólares e continua a crescer; mas, considerando-se o baixíssimo nível de desenvolvimento econômico, o impacto da recessão mundial e as políticas de "ajustamento" adotadas pelo FMI e pelo Banco Mundial, o significado global da dívida africana é muito mais profundo e grave do que o seu peso quantitativo.



Obras públicas vitais pararam por falta de verba

Segundo o dr. Cheryl Payer, autor do famoso livro *The Debt Trap: The IMF and the Third World* ("A armadilha da dívida: o FMI e o Terceiro Mundo"), "a finalidade do Banco Mundial e do FMI é manter os países do Terceiro Mundo abertos ao comércio e ao investimento com o mundo desenvolvido capitalista. Eles procuram evitar que as

economias do Terceiro Mundo se isolem do sistema internacional".

Assim, a política do FMI na África não é necessariamente resolver a crise financeira com que se defrontam os países africanos, mas mantê-la a níveis tais que um país que tenha caído na armadilha da dívida possa continuar a produzir os bens necessários para exportação.

As condições impostas pelo FMI para a concessão de novos empréstimos destinados a ajudar um país do Terceiro Mundo a equilibrar o seu balanço de pagamentos, ou seja, pagar o serviço de empréstimos vencidos em troca de novos empréstimos do FMI e dos banqueiros internacionais, seguem um roteiro padrão que hoje já é demasiadamente conhecido.

As condições do FMI visam quase sempre reduzir as importações, por mais essenciais que estas sejam, tais como alimentos ou peças de reposição, e aumentar as exportações. A fim de alcançar essas metas, o FMI exige que o país tomador dos empréstimos desvalorize sua moeda, reduza os gastos com investimentos em bens de capital e serviços sociais, e aumente os preços dos produtos agrícolas.

A somatória dessas condições tende a aumentar o nível de empobrecimento do povo, uma vez que atinge principalmente o camponês e o trabalhador, causando-lhes dificuldades intransponíveis. Poderíamos citar muitos exemplos de tais políticas: quase sempre, são políticas que impõem "soluções" baseadas na intensificação da miséria e da marginalização dos setores mais pobres da sociedade. Os casos da Tanzânia e de Gana servem muito bem para ilustrar este argumento.

O caso da Tanzânia

A Tanzânia, país da África Oriental conhecido por sua política desenvolvimentista e progressista, enfrenta atualmente enormes dificuldades. Nos últimos anos, especialmente desde a crise do petróleo que começou em 1973, o padrão de vida real das massas se deteriorou rapidamente.

As dificuldades econômicas do país foram agravadas, em parte, devido à aguda crise econômica do Ocidente, com o qual a Tanzânia mantém relações muito estreitas. O volume da produção



Enquanto os bancos europeus têm lucros milionários, a fome atinge limites críticos na África.

agrícola de exportação declinou, na Tanzânia, em cerca de 40%, o que reflete a resistência dos camponeses à transferência forçada para vilas coletivas, conhecidas como *ujamaa*, e à produção simplista de *commodities* (produtos básicos) a preços mundiais deflacionados. Oficialmente, a inflação se situa em 33%, e as fábricas da Tanzânia estão operando a 15-30% de sua capacidade. No entanto, a Tanzânia, ao contrário de muitos outros países africanos, é um dos maiores recebedores de ajuda externa.

Apesar de sua crise econômica, a Tanzânia conseguiu dar grandes passos na direção de aliviar as condições de vida de seus cidadãos. Possui 40% mais médicos e enfermeiras per capita do que a maioria dos seus vizinhos de baixa renda, cinco anos a mais de tempo de vida, e uma das taxas de alfabetização mais elevadas do continente.

Como já observou o presidente do país, Julius Nyerere, a atual crise da Tanzânia pode ser, em grande parte, atribuída à inflação mundial, que aumenta o custo das importações e faz com que as exportações rendam menos. Por exemplo, em 1975, uma tonelada de café da Tanzânia rendia o suficiente para que o país comprasse 147 barris de petróleo cru. Hoje, uma tonelada de café só dá para comprar 80 barris. O país, cuja dívida externa pendente ultrapassa os sete bilhões, gastou mais de 50% de sua receita total de exportação de 532 milhões de dólares em 1979 para pagar o serviço de sua dívida internacional.

A solução apresentada pelo FMI para a crise da

Tanzânia foi um "pacote-padrão de medidas" que incluía condições muito severas. O país solicitou ao FMI, já em 1980, fundos no valor de até um bilhão de dólares. Em resposta, o FMI pediu que a Tanzânia estabelecesse um teto para os aumentos salariais, eliminasse a regulamentação de controle de preços, abolisse os subsídios sobre o consumo de milho, restringisse as importações e desvalorizasse sua moeda em até 70%.

O caso de Gana

O governo progressista de Acra, em Gana, vem-se igualmente defrontando com condições muito severas impostas pelo FMI em virtude do seu pedido de uns meros 300 milhões de dólares de assistência financeira. Esse pequeno país da África Ocidental, com uma população de cerca de 11 milhões de pessoas, se vê à beira de um colapso econômico em decorrência de má administração, corrupção, o declínio de preços do cacau (seu principal produto de exportação) e a insensibilidade das companhias transnacionais que operam no país.

Em dezembro de 1981, um golpe militar restaurou o governo do tenente-aviador Jerry Rawlings, que subira ao poder com a promessa de que espera realizar nada menos que uma revolução a fim de salvar o país de suas dificuldades econômicas. Contudo, as tentativas de reforma por parte desse regime militar progressista foram frustradas por muitos problemas, inclusive uma oposição apoiada pela CIA, uma inflação incontável e corrupção.

Este ano, o governo militar de Gana tentou negociar um empréstimo com o FMI e, ao fazê-lo, teve de ceder às imposições severas daquela instituição. Em maio deste ano, entraram em vigor a desvalorização da moeda, acentuados aumentos de preços e novos impostos sobre as importações.

Consequência da política do FMI

De modo geral, as condições com as quais os países africanos são forçados a concordar pouco contribuem até mesmo para os objetivos declarados do FMI, que seriam aumentar a produção para exportação de modo que o país possa ter recursos suficientes para pagar suas obrigações externas. Frequentemente ocorre que os países africanos têm de recorrer a novos empréstimos somente para pagar o serviço de suas dívidas vencidas e para importar os materiais básicos que alimentam suas indústrias.

Nas palavras de Cheryl Payer, "em grande parte, os problemas foram criados por um excesso de dinheiro, tanto em termos de *como* o dinheiro é emprestado ou doado, quanto em termos do dinheiro em si. Há um efeito corruptor no sentido de que induz os países do Terceiro Mundo a dependerem de importações pelas quais não podem pagar".

Uma das consequências da política do FMI é

que muitos países africanos ficaram cada vez mais endividados nos últimos seis anos. A Nigéria, por exemplo, deve sete bilhões de dólares a bancos internacionais, ou seja, 2.233,3% a mais do que devia em 1976. Outro importante país africano, a Argélia, tem uma dívida corrente de 6,5 bilhões de dólares com os bancos internacionais, o que representa um aumento de 282,4% sobre aquilo que devia em 1976.

África do Sul, a ajuda política

Enquanto quase todos os países do Terceiro Mundo enfrentam penosas negociações com o Fundo Monetário Internacional para renegociar débitos vencidos ou obter empréstimos de emergência, o governo da África do Sul obteve no final do ano passado, em tempo recorde, um crédito de 1,1 bilhão de dólares do FMI.

A verba foi liberada apesar dos protestos dos países africanos e árabes que participam das deliberações do Fundo. Os opositores da ajuda financeira à África do Sul alegam que o dinheiro servirá para aliviar dificuldades financeiras do regime racista, num momento em que a grande maioria dos países das Nações Unidas tenta há vários anos impor sanções econômicas contra a *apartheid*.

Apesar da oposição de quase 50 membros do congresso norte-americano, o empréstimo à África

África: os outros devedores

☐ Treze países africanos pediram novos empréstimos ou renegociaram débitos vencidos nos primeiros quatro meses deste ano. Além dos casos de Gana, Tanzânia, Zaire e Nigéria, os demais países que "bateram" às portas do FMI são os seguintes:

República Centro-Africana: Recebeu um crédito *stand-by* de 20 milhões de dólares, equivalente a 75% das quotas do país no FMI.

Quênia: Recebeu empréstimos no valor de 193 milhões de dólares a serem fornecidos no prazo de 18 meses. O pedido foi feito em meados de 82 mas foi adiado pelo FMI até que o governo queniano desvalorizasse a moeda nacional em 15%.

Malawi: Recebeu um financiamento compensatório no valor de 13,2 milhões de dólares para contrabalançar a queda de suas exportações.

Ilhas Maurício: O Fundo autorizou um crédito *stand-by* de 55 milhões de dólares para substituir um empréstimo de 16 milhões de dólares

vencido em dezembro e que não havia sido usado.

Sudão: Um novo empréstimo no valor de 42,6 milhões de dólares foi autorizado este ano. O Sudão, que tem uma quota de 144 milhões de dólares no FMI, já tomou emprestado no Fundo 560 milhões de dólares, sem contar o empréstimo concedido este ano.

Uganda: O FMI assessora diretamente o Banco Central e o ministério da Fazenda. Foram os técnicos do Fundo que implantaram o sistema de leilões semanais de divisas ugandenses a cotações quase 100% menores do que as oficiais.

Togo: Recebeu um crédito *stand-by* do FMI no valor de 23 milhões de dólares depois de ter concordado com exigências para cortar os gastos públicos em 220 milhões de dólares, reduzir os salários em 5%, aumentar impostos em 10% e reduzir os investimentos oficiais em 32%.

Zâmbia: O FMI aprovou créditos *stand-by* no valor de 105 milhões de dólares depois de impor o seu receituário clássico para um programa de austeridade.

Zimbábue: Recebeu empréstimos no valor de 390 milhões de dólares depois de ser obrigado a desvalorizar a moeda nacional em 20%.



"África-Asie"

do Sul acabou aprovado pela Câmara e pelo Senado dos EUA graças às pressões exercidas pela Casa Branca. Em menos de um mês depois da aprovação pela diretoria do FMI, o governo sul-africano já tinha à sua disposição os recursos necessários. O deputado democrata Julian Nixon e o Centro de Política Internacional alegaram que o 1,1 bilhão de dólares equivalem à mesma quantia gasta até agora pela África do Sul na guerra contra os nacionalistas da Namíbia, que lutam pela independência dessa ex-colônia alemã anexada pelos sul-africanos após a 2ª guerra mundial.

Mas todas as resistências ao empréstimo acabaram sendo esmagadas pelo poder dos Estados Unidos na junta de diretores do FMI. Os votos nas decisões do Fundo são proporcionais às quotas de cada país, e os Estados Unidos são o maior sócio individual do FMI. Segundo uma minuta confidencial da reunião que aprovou o empréstimo para a África do Sul, o representante norte-americano Richard Erb defendeu a ajuda econômica ao regime do *apartheid* com o apoio da Inglaterra, França e Alemanha. Os EUA têm 19,64% dos votos da junta de 22 diretores do FMI. Com o apoio recebido de alemães, franceses e ingleses, os créditos foram aprovados com 51,9% dos votos.

O documento secreto divulgado pela revista *Africa News* revelou que apenas o delegado saudita Yusulf Nimatallah recusou a medida quando ela foi apresentada ao grupo dos seis maiores acionistas do Fundo. Face às pressões dos governos europeus e dos EUA, o representante da Líbia, Mohamed Finaish, ainda tentou adiar a votação, com o



A África já vive uma situação dramática por causa da crise, apesar da dívida global do continente ser pequena em números, se comparada com o resto do mundo

apoio dos delegados da Guiné e do Níger, representantes dos países africanos membros do FMI.

O delegado norte-americano justificou a abertura de créditos ao regime racista alegando que as dificuldades enfrentadas pela África do Sul no seu balanço de pagamentos eram devidas a "fatores fora do controle do país". A alegação foi no entanto refutada pelos representantes da Arábia Saudita e da Líbia que apresentaram documentos do próprio FMI mostrando que a África do Sul tem um supe-

rávít previsto para 1,6 bilhão de dólares até o final de 83. Nem mesmo a afirmação de que a África do Sul teria todas as facilidades para obter créditos em bancos privados foi suficiente para dobrar as resistências dos EUA, Inglaterra e Alemanha Ocidental.

Os países negros afirmaram que os sul-africanos estavam recorrendo aos empréstimos do FMI para pagar juros menores do que os do sistema bancário privado internacional. E levantaram também mais uma vez as suspeitas de tratamento discriminatório, porque os países pobres são geralmente empurrados pelo FMI para os bancos privados, sob a alegação de que faltam recursos ao Fundo para atender a todos os governos em dificuldades financeiras.

Zaire: contabilidade caótica

O governo do general Mobutu Sese Seko, também conhecido como o "Grande Timoneiro", já renegociou pelo menos seis vezes a sua dívida externa de 6,5 bilhões de dólares. No final do ano passado, o Zaire pagou 250 milhões de dólares de um total de 946 milhões de dólares de débitos vencidos e não há a menor previsão de quando o restante será liquidado.

A dívida em si não chega a ser considerada grande, comparada com a de outros países da África e do Terceiro Mundo. O maior problema enfrentado pelos banqueiros internacionais para cobrar a dívida zairense é a enorme corrupção existente em todos os escalões do governo. Em 1978, o FMI enviou para Kinshasa um enviado especial para analisar as contas do Banco Central. Um ano depois, Erwin Blumenthal deixou o Zaire e no seu relatório ao Fundo Monetário disse, sem meias palavras, que a contabilidade oficial do presidente Mobutu é "simplesmente caótica", e que durante todo o tempo em que fiscalizou as atividades do Banco Central do Zaire recebeu mais de cem propostas de suborno de todos os tipos.

Blumenthal disse também num relatório secreto que Mobutu dirige as finanças do país como se fossem uma propriedade pessoal. O emissário do FMI disse também ter recolhido informações seguras de que a fortuna individual do "Grande Timoneiro" ultrapassa os quatro bilhões de dólares, em sua maior parte distribuídos entre propriedades na Europa e depósitos em contas secretas na Suíça. O Zaire é hoje o principal aliado dos Estados Unidos na África Central, além de ser um país cujas riquezas minerais são estratégicas para o Ocidente. ●

A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA AFRICANA (em milhões de dólares)

Países	1975		1980		1982*	
	Total	Serviço (%)	Total	Serviço (%)	Total	Serviço (%)
Argélia	9.591	8,7	21.537	23,9	21.000	21
Camarões	693	5,3	2.485	8,0	2.100	10,4
Congo	507	12,7	1.086	9,4	1.200	—
Costa do Marfim	1.475	8,8	5.572	21,6	6.000	35,0
Egito	7.254	22,5	17.385	18,9	22.000	—
Gabão	825	5,5	1.552	15,2	1.000	—
Gana	891	5,5	1.306	6,0	1.500	8,4
Guiné	965	14,9	1.734	24,6	—	—
Quênia	1.173	3,6	3.058	8,9	—	20,0
Madagascar	304	3,0	1.552	7,4	1.500	—
Marrocos	2.405	5,7	9.155	28,0	13.000	—
Nigéria	1.606	2,7	7.147	2,0	10.000	7,0
Senegal	525	5,7	1.530	29,0	1.500	—
Sudão	1.860	20,3	4.923	17,4	8.000	34,0
Tanzânia	1.217	5,9	2.228	7,3	2.500	—
Togo	170	9,7	1.026	34,0	1.000	35,0
Tunísia	1.730	6,9	4.607	11,8	5.500	17,5
Zaire	2.916	15,0	4.923	9,1	5.000	43,0
Zâmbia	1.664	10,0	2.631	24,4	2.000	—

Fonte: OCDE para 1975 e 1980

(* Estimativa da revista "African Business")



Como sair da crise

Após várias reuniões realizadas, os latino-americanos ainda não chegaram a um acordo sobre fórmulas concretas para resolver o endividamento

Durante cinco dias, técnicos e políticos de todo o continente estiveram reunidos em Caracas num encontro patrocinado pela Organização de Estados Americanos (OEA) para discutir a questão do endividamento externo na América Latina. O encontro rejeitou a idéia da criação de um "clubes dos devedores", mas por outro lado conseguiu que o governo dos Estados Unidos reconhecesse que a discussão da dívida não deve ser centralizada unicamente nas condições de pagamento.

A declaração final da reunião aprovada pela delegação norte-americana vincula a questão da dívida com a da preservação do crescimento econômico dos países devedores. Os países latino-americanos reiteraram sua disposição de honrar os compromissos assumidos, mas salientaram a necessidade de que haja mais "justiça tanto no comércio internacional, como na distribuição do ônus pela crise gerada pelo endividamento".

Apesar do clima de diálogo criado pelos participantes da reunião em Caracas, ficaram claras as divergências entre Estados Unidos e o resto do con-

tinente. Os norte-americanos se recusaram a entrar em detalhes sobre a reforma do sistema comercial e também se negaram a admitir alterações nas condições de pagamento adotadas pelo FMI. A delegação dos Estados Unidos reconheceu que o problema da dívida é um problema global, mas insistiu em que a solução dependerá da recuperação das economias industrializadas e de ajustes internos nos países devedores.

A taxa da usura

Logo depois da reunião da OEA, foi a vez dos latino-americanos se reunirem também em Caracas, num encontro organizado pelo Sistema Econômico Latino-Americano (Sela), e que contou com a participação de Cuba. Ao abrir a reunião, o secretário-geral do Sela, Carlos Alzamora, disse que as condições de endividamento da América Latina são "irracionais". Ele revelou que dos 114 bilhões de dólares pagos pelos países latino-americanos entre 79 e 82 como juros da dívida, cerca de 49 bilhões foram devidos exclusivamente à alta das taxas provocada pela crise nos países industrializados. Disse também que se a esse total forem somados os empréstimos de emergência contraídos para contrabalançar a queda do valor das exportações continentais, chega-se à conclusão de que metade dos pagamentos efetuados pelos latino-americanos nos últimos quatro anos escaparam totalmente ao controle dos governos devedores.

Alzamora afirmou que, no momento, os países latino-americanos estão pagando uma taxa adicional de risco de 5% sobre os empréstimos contraídos, o que representa uma sobrecarga anual de 15



bilhões de dólares. O secretário do Sela disse que essa taxa de risco é injusta porque é cobrada só nos empréstimos concedidos aos países credores e não às empresas norte-americanas em dificuldades financeiras, ou ameaçadas de falência.

Além das duas reuniões em Caracas, foi realizado um seminário em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, reunindo quase cem líderes políticos, técnicos e delegados oficiais de todo o continente. E em Buenos Aires, um encontro informal convocado para discutir a crise argentina, acabou se transformando num foro sobre o problema da dívida na América Latina. Nessas duas últimas reuniões, surgiu a idéia de um encontro de cúpula de todos os presidentes latino-americanos para tomarem uma posição conjunta sobre o problema do endividamento externo do continente.

A fórmula eletrônica

Os computadores eletrônicos conseguiram no entanto descobrir a fórmula procurada por políticos e economistas. Trata-se de um modelo teórico sobre como pagar todas as dívidas dos países do continente sem queda do crescimento econômico e sem aumento do desemprego, desde que sejam observadas certas condições e tomadas as medidas convenientes.

Os técnicos do Sela advertem que o modelo tem as suas limitações e nem deve ser tomado ao pé da letra. Mas segundo eles, serve para mostrar que matematicamente existe uma solução para o paga-

mento da dívida. Essa solução toma como base uma dívida total do continente no valor de 275 bilhões de dólares, segundo dados oficiais de dezembro de 1982, e prevê as seguintes condições:

1) todos os débitos vencidos entre 1983 e 1987 ficam suspensos até 1988 quando começam a ser pagos num prazo de dez anos, com taxas de juros vinculadas a *libor*, sem o pagamento de *spreads* ou comissões normalmente cobrados nos acordos de renegociação;

2) a renegociação dos pagamentos atrasados significará que os países devedores não precisarão contrair novos empréstimos junto aos bancos privados;

3) os países devedores continuarão recebendo créditos de organismos financeiros públicos, num fluxo não inferior a 10% ao ano e com pagamento em 15 anos, após um período de carência de 4 anos;

4) os demais créditos estarão vinculados à taxa de exportações dos países devedores, com pagamento em sete anos e uma carência de dois anos;

5) o modelo teórico do Sela prevê que as taxas de juros ficarão altas no período 83/85 e depois baixarão;

6) o modelo prevê também que as exportações regionais podem aumentar em 6% ao ano até o final da década de 80 e se estabilizar em 8,5% a partir de 1990;

7) as importações regionais cairão a um ritmo de 10% ao ano até 1985, voltando a crescer a uma taxa de 9% a partir de 1987;

Israel: a moratória permanente

☐ Israel tem a mais alta dívida externa per capita em todo o mundo. Cada israelense teria que desembolsar cinco mil dólares se o país resolvesse pagar tudo o que deve imediatamente. Em termos de comparação, cada brasileiro teria que pagar novecentos dólares, se o país resolvesse quitar a dívida mais elevada do mundo.

Segundo o governador do Banco Central de Israel, Moshe Mandelbaum, o país deve cerca de 20 bilhões de dólares a credores externos e não tem como pagar esse débito. Na verdade, a economia israelense é "subsidiada" por doadores estrangeiros. Em 1983, o país recebeu dos Estados Unidos 2,5 bilhões de dólares, dos quais 1,7 bilhão são créditos não-reembolsáveis. Além disso, o governo norte-americano pagou 2,9 bilhões de dólares como compensação pela retirada israelense do Líbano.

Mas apesar do constante fornecimento de dinheiro a fundo perdido por doadores internacionais, a economia israelense entrou em crise este ano com uma taxa de crescimento nula, pela primeira vez nos últimos 30 anos. A recessão econômica provocou uma queda de 5% nas exportações e uma redução de 8% no crescimento industrial. Em compensação, o país gastou três bilhões de dólares na invasão do Líbano. O setor econômico terciário (comércio, finanças, serviços) ocupa metade da população israelense e enfrenta no momento uma aguda crise de desemprego.

No primeiro semestre deste ano, Israel teve que renegociar créditos vencidos no valor de 2,9 bilhões de dólares (1,8 bilhão em amortizações e 1,1 bilhão em juros). Para enfrentar a crise, o governo decretou uma série de medidas de austeridade como corte nos subsídios à alimentação, aumentos nos transportes, redução salarial de 4% e elevação de 14 para 15% no Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM). Apesar de tudo isso, o economista israelense Joe Menuhin disse que seu país "vive numa moratória permanente".



O dinheiro especulativo foi aplicado nos bancos em vez de ser usado em benefício das regiões pobres

8) se essas condições forem atendidas, a partir de 1984, os países latino-americanos deixariam de ser deficitários em seu balanço de pagamentos externos para registrar um superávit;

9) os países do continente poderiam acumular reservas cambiais num total de 62 bilhões de dólares até 1988, quando começaria a ser pago o grosso

da dívida renegociada, com uma perda de divisas da ordem de 19.716 milhões de dólares, considerada perfeitamente tolerável pelos técnicos do Sela;

10) em 1992, mantido o ritmo de importações e exportações dos itens 6 e 7, o balanço de pagamentos voltaria a ter superávit e, no ano 2002, a América Latina estaria livre do problema da dívida. ●

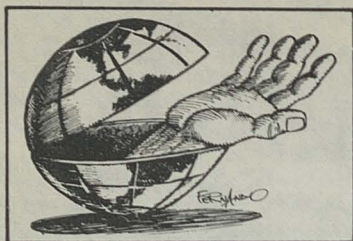
Ásia: a situação sob controle

☐ A dívida global dos países asiáticos representa pouco menos do que a quarta parte da dívida da América Latina. O maior devedor asiático é a Coreia do Sul, cujos débitos até o final de 82, são avaliados em cerca de 36 bilhões de dólares.

Segundo especialistas mundiais, foi a extrema pobreza que salvou países como Bangladesh e Índia da crise do endividamento que se abateu sobre outras partes do mundo, especialmente a América Latina. É que a maioria dos países asiáticos manteve sempre um controle rígido sobre os empréstimos externos. A Indonésia por exemplo, deve quase 20 bilhões de dólares, mas tem reservas cambiais suficientes para cobrir todos os seus compromissos durante dois meses e meio, incluindo importações e amortizações. A relação

dos juros com o total da dívida é de 15%, uma cifra considerada tolerável. As reservas brasileiras, por exemplo, não cobrem duas semanas e têm variado muito, havendo ocasiões em que o país ficou virtualmente a descoberto, isto é sem nada em caixa.

As Filipinas devem quase 10 bilhões de dólares, mas mantêm a dívida sob controle, na medida em que o pagamento dos juros da dívida externa não ultrapassa os 20% das amortizações. A Malásia e a Tailândia têm reservas cambiais suficientes para dois meses e meio, e uma relação juros/amortização de 10%. Nos casos de Singapura e Hong Kong, as dívidas são consideradas muito pequenas, com pagamentos de juros envolvendo apenas um por cento do total das amortizações. E finalmente, o caso da China, considerada pelos meios financeiros ocidentais como o melhor pagador do mundo. O endividamento chinês com bancos privados é mínimo e todos os compromissos estão em dia.



Algumas opiniões

DECLARAÇÃO DE SANTA CRUZ — A realização imediata de uma reunião de cúpula de presidentes latino-americanos, “diante das repercussões cada vez mais graves do endividamento externo”, é o que sugere a “Declaração de Santa Cruz”, assinada por cerca de uma centena de dirigentes políticos e economistas da região que participaram de um seminário internacional na cidade boliviana de Santa Cruz de la Sierra.

O seminário sobre “Opções da América Latina diante da crise”, realizado de 24 a 26 de agosto nessa cidade, foi organizado pelo Instituto Latino-Americano de Pesquisas Sociais (Ildis), com sede em Quito (Equador), e pela estatal, embora autônoma, Corporação de Desenvolvimento de Santa Cruz.

A “Declaração de Santa Cruz”, aprovada por consenso depois de três dias de debates, começa assinalando que “só o protagonismo dos povos, expresso em um sistema democrático pluralista, permitirá superar a atual situação de crise latino-americana”.

Propõe, também, que “a dívida deve ser refinanciada, distribuindo os custos entre devedores e

credores”. Dirigindo-se aos credores e aos organismos financeiros internacionais, a declaração adverte que “devem compreender que a dívida não pode ser paga às custas da fome de nossos povos. Pela sua dimensão política, a renegociação deve ser feita de governo a governo e nós, latino-americanos, devemos definir, pelo menos, pautas de informação e consulta, segundo o espírito das recomendações da Cepal e do Sela”.

A “Declaração de Santa Cruz” enfatiza que “nossos países devem empreender políticas no sentido de modificar substancialmente as condições do comércio e do sistema monetário mundial, lutando contra o protecionismo e a discriminação comercial por parte dos países centrais, e procurando uma maior penetração de nossos produtos em seus mercados”. Propõe também “um maior intercâmbio comercial entre os países latino-americanos”, com a adoção de acordos sobre “compensação de pagamentos” e com a “ampliação das preferências alfandegárias”. Quanto aos ajustes internos, “devem se inscrever — sustenta a Declaração — em uma perspectiva antiinflacionária, adequar-se a uma política de receitas que reative a demanda a partir do crescimento do salário real, racionalize o gasto público, reduzindo o supérfluo e remanejando recursos em termos produtivos”.

O documento propõe a adoção de uma opção alternativa de desenvolvimento, “onde estejam impressos os novos objetivos definidos pelos setores populares majoritários da sociedade e capazes de conduzir o processo de acordo com os interesses nacionais (...) para atingir um desenvolvimento nacional independente e socialmente equitativo”.

Do seminário de Santa Cruz, participaram ex-presidentes, ex-ministros e ministros de países latino-americanos, assim como numerosas personalidades dos campos político e econômico do Continente. Entre eles, se destacam o ex-presidente do México,

VOCÊS, BRASILEIROS, TÊM QUE APERTAR O CINTO O FMI DIZ QUE VOCÊ TEM QUE APERTAR O CINTO



O FMI DIZ QUE VOCÊ TEM QUE APERTAR O CINTO



Luis Echeverría, o secretário executivo da Cepal, Enrique Iglesias, o ministro do Interior da República Dominicana, Hatuey de Camps, o ex-ministro de Saúde do Equador, Francisco Huerta Montalvo, e o dirigente político uruguaio Wilson Ferreira Aldunate.

CARLOS ALZAMORA — Membro do Sistema Econômico Latino-Americano (Sela) — “As modalidades de renegociação de créditos impostas aos países latino-americanos são irracionais e podem conduzir a uma situação insustentável. Trata-se de um problema que exige uma mudança urgente de rumos pois a crise atual terá um desfecho definitivamente político.

“Voltar as costas à realidade política do continente é cada dia mais arriscado da parte dos devedores e também dos credores. Trata-se de um grave erro continuar impondo aos países latino-americanos as mesmas condições de refinanciamento impostas à Alemanha, depois da derrota nazista na 2ª guerra mundial.

“A Conferência sobre Financiamentos Externos promovida pela OEA em Caracas abriu uma possibilidade prudente e realista na busca de uma solução para o problema da dívida externa do Continente. Mas esse processo de negociação com os Estados Unidos só terá, no entanto, resultados a curto prazo se forem feitas propostas concretas de ambas as partes.

“Os latino-americanos não aceitam o sofisma de que uma frente única dos credores é válida e correta, mas que a união dos devedores é indigna e condenável. De nada vale o argumento de que é impossível uma união latino-americana por causa da diversidade de suas dívidas, porque entre os credores também existe essa diversidade e nem por isso eles deixaram de se unir ou agir coordenadamente.

“É necessário que os poderosos levem em conta o crescente movimento da opinião pública latino-americana no sentido de rejeitar as condições injustas e discriminatórias impostas pelos credores. É necessário afirmar também que se os devedores têm o compromisso de pagar o que devem, e nunca ninguém negou esse compromisso, por outro lado, existe a promessa formal das nações industrializadas de dedicarem um por cento de seu Produto Nacional Bruto (PNB) para ajudar os países em desenvolvimento a encontrarem formas mais justas de divisão do comércio mundial. E essa promessa dos credores não está sendo cumprida.”

ARMANDO HART — Ministro e dirigente do PC cubano — “Se examinarmos a situação de exploração e de miséria a que chegou o mundo dependente, nos deparamos com um quadro muito pior ao

dos cálculos e das projeções formulados no século 19. A dívida externa é um dos problemas mais graves: é imensa, continua crescendo e ainda não se encontraram fórmulas adequadas para resolver a situação.

“É não se procuram remédios para os diversos problemas provocados pela crise do capitalismo. Nesse sentido, ganha atualidade a análise feita por Fidel Castro em 1979, em seu relatório ao Movimento dos Não-Alinhados. Ali, ele afirma que as atividades do comércio internacional não poderiam expandir-se a menos que se impulsione o desenvolvimento do Terceiro Mundo.

“A situação é menos dura em nosso caso e uma das causas é que uma parte de nosso intercâmbio é realizado com os países socialistas e em primeiro lugar com a União Soviética.

“No entanto, embora tenhamos incrementado nossas relações econômicas com o campo socialista, uma parte do nosso comércio depende ainda dos mercados capitalistas e a crise atual nos atinge nessa medida.

“É por isso que estamos renegociando nossa dívida externa. Além da diversificação de nossas relações econômicas, nosso povo tem melhores condições para enfrentar esses problemas. Pode-se expor esses assuntos à classe operária cubana em toda sua dimensão e obter como resposta uma mobilização para enfrentá-los.

“Quando estudamos no Comitê Central o plano de desenvolvimento para 1983, comprovamos que as contas não chegavam. Desta forma se manifestaram em nosso país o baixo preço do açúcar e os reflexos da crise mundial. Em consequência, temos realizado diversos tipos de restrições para equilibrar o plano, sobretudo para conseguir economizar combustível. E reduzimos as compras de tipo supérfluo nos países capitalistas.

“Estamos nos mobilizando para superar os problemas decorrentes da crise cuidando especialmente de que o nível de vida da população não seja atingido. As restrições não atingirão os investimentos, mas algumas aspirações que nós tínhamos, agora deveremos reconsiderá-las, embora não seja num grau elevado.

“Se não houvesse em Cuba um regime socialista estaríamos às vésperas de uma revolução social. Hoje em dia os dados econômicos são ainda piores que os correspondentes às mais graves crises conhecidas por Cuba, em 1930. Entretanto, as consequências sociais são atualmente muito diferentes, graças às profundas mudanças estruturais decorrentes da implantação do socialismo.

“No âmbito da América Latina coincidimos com outros países em que a realização de ações conjuntas, particularmente no setor econômico, daria como resultado um fortalecimento da região. É por isso que não só apoiamos as iniciativas sobre

a dívida externa mas todas as propostas de colaboração conjunta.

"Cuba não precisa da OEA. Existe nessa organização uma limitação básica, pois ela reúne os Estados Unidos e os países da América Latina e do Caribe. O que nos faz falta é uma organização que reúna os países latino-americanos para que possamos enfrentar nossos próprios problemas, inclusive os problemas que temos com os Estados Unidos."

MÁRCIO MOREIRA ALVES — **Jornalista, membro do PMDB** — "A reunião da OEA em Caracas, destinada a debater a dívida externa da América Latina e as suas consequências sobre o agravamento da miséria no continente, foi sabotada pelos Estados Unidos com a eficiente ajuda do governo do Brasil. A recusa dos governantes do maior credor e do maior devedor em encarar o problema não o elimina. Pelo contrário: agrava-o ao ponto de ser hoje a dívida externa o maior flagelo social que aflige os nossos povos, indiscriminadamente, do rio Grande à Patagônia. Essa percepção já está generalizada, ultrapassando as barreiras das classes sociais e dos partidos políticos. Em consequência, já existe na América Latina terreno suficiente entre os nacionalistas e os democratas para tentarmos tomar posições em comum.

"Os partidos políticos da Venezuela firmaram um pacto, antes das eleições presidenciais de 4 de dezembro, a respeito da intervenção militar norte-americana na América Central. O apoio a uma solução política negociada, proposta pelo Grupo de Contadora, passou a ser uma unanimidade nacional, excluída dos debates contraditórios da campanha. Qualquer que seja o resultado do pleito, a Venezuela manterá a sua posição.

"É possível que já exista entre os partidos democráticos da América Latina uma percepção semelhante a respeito das políticas de recessão, de desindustrialização, de desnacionalização e de redução do poder de compra dos salários, políticas essas que o FMI invariavelmente impõe aos países em dificuldades de balanço de pagamentos. Essa receita já foi aplicada mais de 60 vezes sem que resultasse na melhoria dos padrões de vida dos povos que vitimou. Pior: nem sequer teve sucesso sistemático em combater surtos inflacionários a prazo médio.

"Só se verifica o consenso, pondo-o à prova. Sabemos, de antemão, que as ditaduras responsáveis pela aplicação do formulário que os grandes bancos norte-americanos nos impingem, pela via dos funcionários do Fundo Monetário Internacional, não irão recuar. Comprometidos com o sistema financeiro internacional, nele buscam o apoio que as suas populações lhes negam para permanecerem no poder. Logo, não é com eles que os povos poderão

contar para retomarem o seu crescimento econômico e reinserirem as suas economias nos fluxos normais do comércio internacional. Terão de contar com os seus representantes legítimos, que são os partidos democráticos.

"Convocados por Aldo Ferrer e pelo Foro da Empresa Nacional, alguns economistas e cientistas políticos brasileiros participaram em Buenos Aires de uma conferência sobre a reconstrução da economia argentina dentro de um marco democrático. Nessa ocasião, Celso Furtado expôs detalhadamente os motivos que tornam imperiosa, como manifestação de autodefesa do povo, a declaração da moratória da dívida do Brasil. Era a primeira vez que a questão era debatida pelos economistas dos partidos que formam a Multipartidária. Em consequência, não se chegou a um consenso, mas houve simpatia e o desejo de um aprofundamento do debate. O próprio Raul Prebisch, embora reticente, manifestou-se favorável a um exame mais detalhado da tese. Os chilenos, que não puderam comparecer em virtude do agravamento da repressão em Santiago, certamente teriam a mesma posição.

"A experiência do debate na Argentina indica a necessidade de convocarmos, com a brevidade possível, uma conferência continental sobre o tema. Essa necessidade já está sendo examinada pela Fundação Pedrosa Horta, do PMDB, e é preciso que seja estudada também pelos demais partidos da oposição brasileira. Como um primeiro passo, deveremos convocar para fins de novembro uma reunião das equipes econômicas dos partidos democráticos do Cone Sul. Dependendo do bom resultado do encontro, seria viável uma conferência maior, possivelmente em uma Buenos Aires redemocratizada, para os primeiros meses de 1984." ●



Literatura Brasileira é com a

CODECRI



**Com Licença,
Eu vou à Luta**

Eliane Maciel

REF. 145
Cr\$ 3.900,00

Mais do que um
simples depoimento,
Eliane dá um berro
de liberdade e vai
à luta deixando
para trás os dramas
da Baixada
Fluminense.



**A Fêmea
Sintética**

Herbert Daniel

REF. 146
Cr\$ 2.900,00

Amor, rubor, tumor,
dolor e **functio
lesio** nesta incrível
ciência fictícia onde
a mulher transforma
a política e o
mundo.



**O Dia
das Moscas**

Neil de Castro

REF. 156
Cr\$ 1.700,00

Através da
anti-saga de uma
família mestiça, Neil
usa a ironia para
mostrar uma cultura
marcada pelo
colonialismo
lusitano.



**Assim Não
Brinco Mais**

Luiz Roncari

REF. 143
Cr\$ 2.100,00

A militância
político-amorosa de
um jovem perplexo
diante da vida, da
sexualidade e dos
rumos do país.



**Em Nome
do, Desejo**

João Silvério
Trevisan

REF. 142
Cr\$ 2.700,00

Aventura
místico-amorosa
onde sessenta
jovens seminaristas
se consomem numa
paixão incontrolável.



**Três Exílios
e Uma Guerra**

Edyla
Mangabeira

REF. 152
Cr\$ 1.700,00

A política, os
costumes, as
guerras e
revoluções que
marcaram o Brasil
neste século nas
memórias da filha
de Otávio
Mangabeira.

**NÃO PRECISA
MANDAR DINHEIRO
AGORA. VOCÊ PAGA
APENAS QUANDO**

**RECEBER
OS LIVROS!**



A EDITORA CODECRI - Serviço de Reembolso Postal
Rua Saint Roman, 142 - Copacabana
22.071 - Rio de Janeiro - RJ

SIM, queiram enviar-me o quanto antes o(s) livro(s)
relacionado(s) ao lado.

NOME _____

ENDEREÇO _____

CEP _____ CIDADE _____ EST. _____

**É SÓ
PREENCHER
AQUI**

145	143	146
142	156	152

O que o Governo do Estado do Rio de Janeiro fez e não fez nos seus primeiros 180 dias.

No dia 15 de setembro, o Governo Popular Democrático do Estado do Rio de Janeiro completou seis meses. Sem festa. Sem estardalhaço. Mas firmemente disposto a fazer tudo para atender aos compromissos que assumiu com a população que o elegeu.

Não tem sido fácil.

Às dificuldades decorrentes da crise nacional se junta a pesada herança do Governo passado: o elevado grau de corrupção e cumplicidade, minando o organismo do Estado; o orçamento totalmente desequilibrado, cujas verbas não correspondem às prioridades do nosso Governo; o empreguismo desenfreado, agravado pela contratação de 22 mil pessoas no período pré-eleitoral e a profunda deterioração dos serviços públicos em todos os seus níveis.

Apesar de tudo, estamos conseguindo.

Aqui está o que fizemos, o que não fizemos. Aqui estão as nossas metas, as nossas intenções.

O povo do Rio de Janeiro, que tanto confia em nós, saberá avaliar o quanto ainda faremos.

O Governo dialogou e não impôs.

Desde sua posse, o Governo tem procurado o diálogo com todos os segmentos da sociedade: associações de classe e de moradores, empresários, estudantes, sindicatos, entidades religiosas e produtores rurais. A população organizada agora tem canais para ser ouvida, e pode também influenciar nas decisões do Governo. O Governo respeita a opinião pública, a quem dá satisfação permanente

de suas ações, acolhendo as críticas construtivas e respondendo às críticas improcedentes. A imprensa tem atuado livremente e ninguém é tolhido por suas idéias.

O Governo respeitou o cidadão e não tolerou a violência.

O Governo criou junto ao cidadão a consciência do fim da impunidade. O cidadão já não teme a polícia, que é agora acionada para protegê-lo, não para reprimi-lo. Não há mais *blitzen* de trânsito, nem prisões sem flagrante, e não se entra mais em favelas, arrombando barracos. A manutenção da ordem pública se faz através do policiamento preventivo, do diálogo e da ação política. O Governo garante ao cidadão o direito de se manifestar livremente. Os distúrbios, as invasões, os saques, enfim toda a ação criminosa tem sido reprimida com firmeza, sem violência. Da mesma forma, tanto na repressão aos assaltos quanto no necessário e indispensável combate às formas de violência e criminalidade, a autoridade tem agido com cuidado, evitando envolver ou atingir a população. Esta, sim, em última instância, a vítima de tudo isto. Além disso, há uma preocupação do Governo em informá-lo e pedir sua colaboração. Os "esquadrões da morte" foram

eliminados e seus remanescentes não atuam com a desenvoltura de antes. Os presídios estão sendo humanizados.

O Governo trabalhou para a maioria e não privilegiou ninguém.

É meta do Governo alargar os benefícios a um número cada vez maior de pessoas. Investe-se prioritariamente em escolas, na alimentação das crianças e no saneamento básico para a população periférica. A campanha "Mãos à Obra Nas Escolas", em dois meses, limpou e reparou 3.200 escolas em todo o Estado; sua 2ª fase cuidará das reformas, ampliação e pintura. A Cedae está trabalhando na eliminação das valas negras de esgotos e emprega 3,9 bilhões de cruzeiros no saneamento básico de favelas e áreas carentes da periferia, que vão beneficiar 100 mil pessoas e gerar 2.300 empregos temporários. A merenda escolar não mais existe como maneira de enriquecer algumas empresas, mas sim de servir realmente à criança, através de um sistema descentralizado na compra de gêneros. O programa "Cada Família, Um Lote", destinado à população carente, está urbanizando 29.424 lotes e entregará, até o final deste mês, 11.300 títulos de propriedade, estando prevista a legalização de mais de 100 mil lotes até o fim do

ano. A lei de paridade está sendo cumprida, despachando-se mais de 15.000 processos, favorecendo os inativos que percebiam salários irrisórios. As crianças já viajam gratuitamente nos ônibus da CTC e brevemente o farão em todas as linhas.

O Governo abriu guerra à corrupção e não favoreceu o empreguismo.

Para impor uma política de moralidade na administração pública, o Governo tinha de enfrentar os 6 principais focos de corrupção no Estado: Cocea, Detran, tarifas de ônibus, exploração do Carnaval, fiscalização fazendária e jogo do bicho. A luta contra a corrupção e práticas criminosas no serviço público é árdua porque contraria grandes interesses; e terá de ser intransigente, atenta e permanente. O fim da Cocea estancou desvios de 4 bilhões de cruzeiros que eram subtraídos da alimentação das crianças. A propina no Detran pode ocorrer, mas em casos isolados, e nunca será uma prática institucionalizada como ocorria anteriormente. O cúmulo da imoralidade era a existência neste departamento de "voluntários da pátria", isto é, pessoas não funcionários que trabalhavam sem vencimentos, locupletando-se com achques ao público que ali comparecia. As tarifas de ônibus e a sua fiscalização serão colo-

cadadas em níveis de seriedade, com prevalência do interesse público, em rigorosos termos técnicos, e não mais submetidas a decisões viciadas pela corrupção; a vergonha da Riotur na exploração do Carnaval não se repetirá, quer pela construção das arquibancadas permanentes na Marquês de Sapucaí, quer pela venda de ingressos controlada através da rede bancária do Banerj. A fiscalização fazendária também está sendo ativada sob novas bases e onde se tem notícia de qualquer irregularidade o Governo age com severidade. O jogo do bicho só deixará de ser um foco de corrupção, quando tiver sido descaracterizado como contravenção e passar a ser considerado uma exploração legal, submetida à fiscalização do Poder Público. Mas isso é assunto não do Estado, mas do Governo Federal. Ao lado da moralização administrativa, o Governo está procedendo ao saneamento do Tesouro e do sistema financeiro do Estado: Banerj e BD-Rio.

O saneamento financeiro reduziu o déficit público, que este ano seria de 250 bilhões de cruzeiros, para 100 bilhões. Aliamos a austeridade à justiça social, acabando com o empreguismo e as mordomias e investindo nos setores realmente necessitados. A frota de veículos do Estado foi reduzida em 20% e o consumo de combustível em 30%. Foram feitas 1.102 exonerações de cargos de direção e assessoramento e nomeadas em substituição somente 667 pessoas. As 435 vagas restantes permaneceram em aberto, porque, em sua maioria, atendiam a interesses políticos à custa do erário público. Combate-se o empreguismo e irregularidades como a do Iperj, onde havia mais de 200 pessoas nomeadas com diplomas e documentos falsos. O saneamento financeiro não propicia manchetes de jornais e nem dá frutos imediatos, mas é imprescindível para que o Governo cumpra as suas metas.

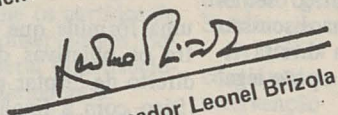
O Governo ampliou a prática cultural e não discriminou qualquer tipo de expressão.

O Governo não vê na cultura apenas suas manifestações eruditas, mas também aquelas que exprimem os sentimentos de outras camadas da sociedade. A prova disso é que demos nova dinâmica tanto

às artes eruditas quanto às artes populares, multiplicando as ofertas de eventos no Estado. Os concertos nas escadarias do Municipal já concentraram cerca de 24 mil pessoas. A homenagem a Clementina de Jesus, no Teatro Municipal, foi um ato de reconhecimento pleno da força de nossa cultura popular. Foram feitos 16 tombamentos pela Secretaria Extraordinária de Ciência e Cultura, preservando-se o nosso patrimônio cultural e histórico, particularmente no projeto do "Corredor Cultural". Dentro da prioridade do atendimento às crianças, estão sendo projetados grandes centros comunitários, com escolas e espaços culturais. As arquibancadas, montadas e desmontadas a cada ano na Marquês de Sapucaí para o Carnaval, transformam-se em obra definitiva, autofinanciada e que abrigará diversas escolas e espaços culturais recreativos.

Ao povo do Rio de Janeiro:

Eis como estamos trabalhando. Um Governo novo, não apenas na aparência, mas nas intenções e na forma de fazer. Até aqui estamos limpando terreno e construindo os alicerces do nosso Governo. Continuem confiando. Juntos chegaremos lá.


Governador Leonel Brizola

GOVERNO POPULAR E DEMOCRÁTICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Aprovada a lei dos partidos políticos

Com essa decisão,
o Conselho de Estado dá o primeiro
passo em direção à institucionalização
da revolução

Um dos problemas mais controvertidos e difíceis de resolver nos processos revolucionários é a sua institucionalização, com a definição de regras claras de jogo sobre os canais de expressão e espaço de atuação das correntes dissidentes. É justamente nesse campo que a revolução nicaraguense conseguiu dar um passo audacioso, a apenas quatro anos da tomada do poder: no dia 17 de agosto passado, foi aprovada a Lei dos Partidos Políticos, que regulamenta a atuação pública de todos os partidos e tendências ideológicas, com a única exceção daqueles que defendem o retorno ao somozismo ou o estabelecimento de um sistema político semelhante. Depois de uma discussão profunda, a extrema direita ficou descartada como opção legal para o país.

A Lei garante aos partidos o direito de "realizar proselitismo político em toda a nação pelos meios a seu alcance". No projeto original não se considerava o acesso dos partidos ao poder, e sim sua "participação na administração pública". Segundo consta num comentário do porta-voz da Frente Sandinista, *Barriada Internacional*, "as críticas a esse artigo foram quase unânimes" e finalmente foi aprovada



"Em 1985, a Nicarágua terá consolidado
o seu processo de institucionalização democrática"

uma fórmula que reconhece entre os objetivos dos partidos o direito de "optar pelo poder político com a finalidade de realizar um programa que responda às necessidades do desenvolvimento nacional".

As discussões sobre o projeto de lei, capítulo por capítulo, aconteceram durante oito longas sessões do Conselho de Estado, o órgão legislativo nicaraguense. Discutiu-se o papel do governo como avalista da democracia, a integração da Assembléia Nacional de Partidos Políticos e do Conselho Nacional de Partidos

Políticos,¹ assim como o direito — que ficou estabelecido na Lei — de todo partido poder apelar das decisões tomadas con-

¹ A Assembléia Nacional de Partidos Políticos (ANPP) é um órgão de caráter consultivo, que será integrada por um delegado nomeado por cada partido e um delegado da Junta de Governo. O Conselho será integrado por quatro delegados eleitos pela Assembléia, um membro da Junta de Governo — que o presidirá — e três membros designados pelo Conselho de Estado. Sua função será garantir o cumprimento dessa lei e autorizar, suspender ou cancelar o funcionamento dos partidos.

tra ele perante a Corte Suprema com "todas as garantias e a proteção de que gozam as pessoas naturais na interposição e resolução do Recurso de Amparo".

A lei aprovada pelo Conselho de Estado deve ser ratificada pela Junta de Governo, já que todos os dois poderes repartem a responsabilidade legislativa. A partir de sua aprovação pela Junta, o Conselho de Estado tem três meses para preparar o seu regulamento.

"Nesse ínterim — escreve *Barricada Internacional* — estão sendo dados os primeiros passos para a elaboração da Lei Eleitoral e de Meios de Comunicação, não sem enfrentar crescentes dificuldades provocadas pelo incremento da atividade militar contra-revolucionária e o aumento da presença militar norte-americana na região". O jornal encerra sua crônica sobre a aprovação da lei com a seguinte afirmação: "Em 1985, se a loucura belicista da administração Reagan não impedir, a Nicarágua terá consolidado o seu processo de institucionalização democrática".

A lei aprovada deverá normatizar a constituição, autorização, funcionamento, suspensão e cancelamento dos partidos, aos quais define como "associações de cidadãos nicaraguenses ideologicamente afins" constituídas entre outras finalidades, para "optar pelo poder político".

Os partidos deverão promover e apoiar a unidade nacional, consolidar e defender as conquistas revolucionárias, assim como a independência e soberania nacionais, e promover a vigência dos Direitos Humanos.

Todos os partidos que atualmente integram o Conselho de Estado ganharão personalidade jurídica no momento da entrada em vigor da Lei, depois da publicação no diário oficial *La Gaceta*. Os outros partidos poderão solicitar sua personalidade jurídica no prazo de um mês depois da entrada em vigência da Lei.

Roberto Remo



Os partidos políticos da Nicarágua²

Existem na Nicarágua 10 partidos políticos, com posições que vão desde a promoção do estabelecimento do "socialismo e do comunismo", até aqueles que buscam o retorno às velhas estruturas, porém sem Somoza.

Quatro dessas organizações, a Frente Sandinista de Libertação Nacional, o Partido Popular Social Cristão, o Liberal Independente e o Socialista Nicaraguense, formaram a coalizão Frente Patriótica da Revolução (FPR), em apoio ao atual processo revolucionário.

Sua contrapartida é a Coordenação Democrática Nicaraguense (CDN), que reúne os partidos de oposição mais conservadores: Social Cristão, Liberal Constitucionalista e Social Democrata.

O Partido Comunista da Nicarágua, o Movimento de Ação Popular Marxista-Leninista e o Partido Conservador Democrata não pertencem a nenhuma dessas frentes e, a partir de campos completamente divergentes, também se situam em posições de oposição ou crítica à Revolução.

²Transcrição de um artigo publicado em *Barricada Internacional*, de 29 de agosto de 1983.



Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN)

Foi fundada a 23 de julho de 1961 por Carlos Fonseca Amador, Silvio Mayorga, Faustino Ruíz e Tomás Borge (ver "Documento: A história da Frente Sandinista", nesta edição), que tinham entrado em contato com o coronel Santos López, veterano do Exército Defensor da Soberania Nacional, que foi liderado pelo general Augusto César Sandino, entre 1927 e 1933.

A FSLN se constituiu como continuadora dessa luta contra a intervenção norte-americana e por um governo democrático, popular e independente.

Em 1976, dividiu-se nas tendências Guerra Popular Prolongada, Proletária e Terceirista ou Insurrecional, segundo as diferentes maneiras com que seus militantes concebiam a tática de luta para derrubar Somoza. Entretanto, no início de 1978 houve a reunificação da Frente num Comando Nacional conjunto, o qual guiou a insurreição popular

que culminou com a derrota do regime, a 19 de julho de 1979.

Atualmente, a FSLN encabeça a Revolução Popular Sandinista, com representação majoritária na Junta de Governo de Reconstrução Nacional, o Conselho de Estado, o exército, e as principais organizações de massas, sindicais e de classes do país.

Sua estrutura é dirigida pelo Comando Nacional e a Assembleia Sandinista, órgão consultivo criado em 1982. É integrado em todas as regiões do território nacional por meio de comitês zonais e de base.

Sua bandeira é formada por duas faixas horizontais de igual tamanho em vermelho e negro em sua parte superior e inferior, respectivamente. Foi desenhada por Sandino como símbolo do compromisso de "Pátria Livre ou Morrer". Seus meios de difusão são o jornal diário *Barricada* e o semanário *Barricada Internacional*.



Partido Liberal Independente (PLI)

Corriam os primeiros meses de 1946, quando Anastasio Somoza García, iniciador da ditadura, revelou sua intenção de "se reeleger" como presidente.

Em resposta, um grupo de liberais independentes e dissidentes do partido somozista fundou o PLI a 9 de março daquele ano. Seus militantes tomaram parte em ações armadas contra o regime entre 1956 e 1960, inclusive com a participação em uma delas de Carlos Fonseca, mais tarde fundador da FSLN, que saiu ferido na ocasião.

Nos últimos anos da ditadura, o partido colaborou ativa-



Uma sessão do Conselho de Estado nicaraguense

mente com as forças sandinistas e reconheceu oficialmente sua liderança na luta de libertação nacional.

O PLI considera que "a democracia é a forma mais alta de vida social", advoga o respeito à propriedade privada "enquanto não se torne um instrumento de exploração de uns por outros". Além disso, apóia a estruturação de um Estado democrático e popular, pronunciando-se pelo não-alinhamento em política externa.



Partido Popular Social Cristiano (PPSC)

Nasceu em 1976, produto de uma cisão do Partido Social Cristão, fundado 20 anos antes.

No seio deste último, "desenvolveram-se uma tendência conservadora cujo objetivo era a modernização do sistema capitalista, e uma outra de vocação revolucionária, que exigia efetiva inserção nas lutas populares", disse

César Delgadillo, secretário-geral adjunto do PPSC.

Seguindo uma linha de oposição a Somoza, a organização fez parte da União Democrática de Libertação (Udel), em 1974, e da Frente Ampla Opositorista (FAO), em 1978. Desde a vitória revolucionária, o PPSC respalda o projeto impulsionado pela Junta de Governo de Reconstrução Nacional e a FSLN. O PPSC edita um *Boletim Informativo*.



Partido Socialista da Nicarágua (PSN)

Também foi fundado em reação às pretensões continuístas de Anastasio Somoza, em 3 de julho de 1944. Autodefinido como "um destacamento marxista-leninista que luta contra o imperialismo e a reação, pela paz e pelo progresso social do mundo", esse partido se identifica com o movimento comunista internacional.



Entre 1948 e 1979, só existiu de forma ilegal mas, mesmo assim, organizou vários sindicatos e federações operárias, entre elas a Confederação Geral de Trabalhadores Independente (CGTI).

Atualmente, considera que ocorre um processo de transformações de "caráter democrático e popular", que "deve ser consolidado definitivamente e avançar na direção do socialismo". Publica o quinzenário *El Popular*.



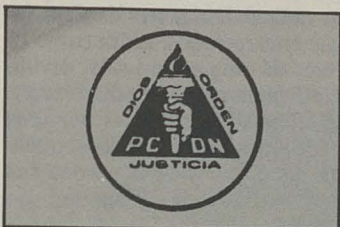
Partido Liberal Constitucionalista (PLC)

Surgiu em 1967, com o nome de Movimento Liberal Constitucionalista (MLC), mas em 1982 adotou a atual denominação. Foi resultado de uma cisão do Partido Liberal Nacionalista (PLN), quando se esboçaram as pretensões continuístas, desta vez de Anastasio Somoza Debayle. Foi fundado exatamente por um ex-

ministro do Trabalho de Somoza, o dr. Ramiro Sacasa Guerrero.

Em 1974, o então MLC integrou-se à Udel, para "promover um diálogo entre o governo, a igreja e o exército, a universidade e a FSLN", segundo declarou na época o dr. Sacasa.

A partir de novembro do ano passado, fez parte da Comissão Especial do Conselho de Estado para decidir sobre a Lei dos Partidos Políticos, juntamente com a FSLN, o PSN, o PPSC, o PLI, o Partido Social Cristão e o Conservador Democrata.



Partido Conservador Democrata (PCD)

Resultou de uma divisão em 1956, do tradicional Partido Conservador. Este, juntamente com o Partido Liberal Nacionalista, são conhecidos como as "paralelas históricas" da Nicarágua; alternaram-se no poder até o estabelecimento do continuísmo somozista.

Antes, Somoza García e o general Emiliano Chamorro, líder do conservadorismo, tinham assinado o chamado "Pacto dos Gerais", em 1950, para garantir a participação dos "dois partidos principais da nação", em eleições periódicas. Em 1978, ao se iniciar o auge da luta revolucionária, integrou uma União Conservadora Democrática, como alternativa à Frente Ampla Oposicionista, que aglutinou outros partidos anti-somozistas, e o Movimento Povo Unido, das organizações populares e revolucionárias.

Opõe-se ao atual processo revolucionário a partir de uma posição marcadamente conservado-

ra, o que lhe impede, ao mesmo tempo, de aliar-se a outros partidos oposicionistas de linha tradicional.

Não faz parte da Coordenação Democrática Nicaraguense, segundo explicou um dos seus dirigentes, Clemente Guido, porque "nós acreditamos que se combatemos o sandinismo porque este quer instalar um sistema no qual os sindicatos, os organismos privados e de profissionais tenham a mesma força ou representação que os partidos, não podemos nos integrar a uma organização como a Coordenação Democrática, onde acontece o mesmo. Estaríamos nos aliando hoje aos nossos adversários de amanhã".

Tem representação no Conselho de Estado. Seu lema é "Deus, Ordem, Justiça" e publica o boletim mensal *En Marcha*.



Partido Social Democrata (PSD)

"Nosso propósito desde o começo, foi superar os erros do passado que tinham caracterizado os governos liberal-conservadores e conjurar o perigo que já se esboçava, com a pretensão de alguns membros do Comando Nacional da FSLN, de implantar um regime marxista-leninista em nossa pátria", declara o programa do PSD:

Definido como uma organização "democrática, antiimperialista e revolucionária", foi fundado em 23 de agosto de 1979, "por nicaraguenses que combateram a dinastia somozista pela via cívica e outros pela via armada". Hoje, procura "a realização de reformas concretas com metas reali-

záveis". Integra a Coordenação Democrática Nicaraguense mas não é membro do Conselho de Estado, pois foi constituído depois da criação do Parlamento. Sua bandeira consiste em três faixas horizontais em vermelho, amarelo e azul. Seu lema é "Liberdade, Justiça, Solidariedade". Seu órgão oficial é o jornal mensal *Acción*.



Partido Comunista da Nicarágua (PC de N)

Surgiu de uma divisão do Partido Socialista Nicaraguense, em 1967. Inicialmente adotou o nome de Partido Operário Socialista da Nicarágua (Posn) mas depois de um congresso constitui-

60 - terceiro mundo

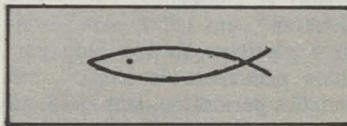
vo, a 12 de dezembro de 1970, traz seu nome atual.

Realizou trabalho de organização sindical e estudantil, do qual sobrevive a Confederação de Ação e Unidade Sindical (Caus), que agrupa 24 sindicatos com cerca de três mil filiados.

Considera-se o forjador do Movimento Povo Unido, surgido um ano antes da queda do regime de Somoza, como aglutinante dos setores populares.

Durante os primeiros anos da Revolução, teve choques com o processo, considerado como pouco radical. Dirigentes da Caus foram encarcerados, assim como líderes da empresa privada, devido a atividades de desestabilização econômica sancionadas por uma lei de emergência. Em consequência disso, o PC de N perdeu sua representação no Conselho de Estado.

Hoje, aponta como seu objetivo estratégico "o estabelecimento do poder político da classe operária, a instalação da ditadura revolucionária do proletariado, a abolição da propriedade privada sobre os meios fundamentais de produção, a edificação do socialismo e da sociedade comunista na Nicarágua". Apóia criticamente a Revolução. Edita o jornal quinzenal *Avance*. Sua bandeira é vermelha e traz como emblema uma foice, um martelo e uma estrela, em amarelo.



Partido Social Cristão (PSC)

Foi criado em 1956, vinculado à corrente democrata-cristã internacional. Pronuncia-se por uma "revolução social-cristã latino-americana".

O PSC fez parte da Udel, em 1974. Dois anos depois sofreu uma cisão que deu à luz o Partido Popular Social Cristão (PPSC).

Realiza um trabalho de organização camponesa e sindical por meio da Frente de Trabalhadores Social-Cristãos (Fetrasc) e da União Nacional de Camponeses (UNC) e é filiado a organizações homólogas da América Central e do continente. Tem representação no Conselho de Estado. Sua palavra-de ordem é "Pátria e Liberdade" e seu símbolo, um peixe.



Movimento de Ação Popular Marxista-Leninista (MAP-ML)

Foi organizado em agosto de 1972, "por estudantes revolucionários que participavam da FSLN, do Partido Socialista e militantes, da causa comunista, que se diferenciavam por sua convicção de passarem a formar uma organização claramente inspirada, em suas concepções e em sua prática, no marxismo-leninismo", explicou Isidro Téllez, seu secretário-geral.

O MAP-ML fundou a Frente Operária, a partir de um trabalho organizativo de caráter sindical, e os Comitês de Luta dos Estudantes Universitários (Cleu).

Também criou as Milícias Populares Anti-Somozistas (Milpas), que continuaram organizadas depois da vitória da Revolução. Assim como o PC de N, essa organização deu impulso à tomada de fábricas e organizou greves, com o propósito de radicalizar o processo. Como consequência, a Frente Operária perdeu sua representação no Conselho de Estado.

Hoje, mostra uma mudança em suas posições e apóia criticamente a Revolução.

no. 59 - outubro - 1983

Os drusos forçam uma saída negociada

Significativos avanços militares fazem de Jumblatt um interlocutor imprescindível para Gemayel

Beatriz Bissio

Um ano depois da saída dos guerrilheiros palestinos de Beirute, do assassinato do presidente Bechir Gemayel e do massacre de Sabra e Chatila, o Líbano em vez de haver entrado no caminho da reconstrução e do diálogo, está novamente à beira da guerra civil.

O Líbano é hoje um país mais dividido e ameaçado do que em setembro de 1982, apesar de que na época a imprensa e o sistema informativo internacional acusassem os guerrilheiros palestinos de serem a origem de todos os problemas do país. Pelo menos 5.400 homens, armados, de quatro nações — Estados Unidos, Itália, França e Inglaterra — estão em Beirute como Força Internacional de Paz. Além disso, mais 2.000 *marines* norte-americanos, dos que estão estacionados no norte da África, desembarcaram em Beirute a meados de setembro.

Por sua vez, Israel, embora tenha recuado suas tropas para posições mais seguras, evacuando 600 quilômetros quadrados e reinstalando a linha de frente nas margens do rio Awali, mantém 36 mil homens no sul do Líbano



O Líbano é hoje um país mais dividido e ameaçado do que em 1982

e ainda ocupa aproximadamente um-terço do país. Os sírios também têm um importante contingente militar no norte e noroeste — fontes ocidentais calculam que chega a 60 mil homens, cifra não confirmada por Damasco. No resto do território, menos de um-terço, há intensos combates entre as forças libanesas progressistas, aglutinadas em torno da Frente de Salvação Nacional, fundada por Walid Jumblatt, e as falanges cristãs direitistas. A luta é intensa nas montanhas de Chouf e particularmente em Alley, onde está em disputa o controle da zona evacuada por Israel.

Os confrontos das últimas semanas provocaram, pela primeira vez, vítimas entre os membros das forças internacionais, um coronel francês e *marines* norte-americanos, entre outros. Os acontecimentos têm corroído o já frágil poder do presidente Amin Gemayel e estão demonstrando que a aspiração israelense de ter no Líbano um governo à sua imagem e semelhança, baseado nas falanges maronitas, era uma utopia concebida a partir de uma errônea avaliação da força (política e militar) dos falangistas.

As relações entre Gemayel e os drusos, que nunca foram

terceiro mundo - 61

boas, se deterioraram progressivamente desde a assinatura do acordo libanês-israelense, considerado por Jumblatt e outros dirigentes muçulmanos progressistas como uma capitulação diante de Israel.

Desde então, Jumblatt assumiu posições cada vez mais duras e os confrontos armados se intensificaram. A queda de importantes posições cristãs falangistas nas primeiras semanas de setembro, particularmente a tomada de Bhamdoun, foi considerada, pelos especialistas no Oriente Médio, como o primeiro golpe militar significativo contra Amin Gemayel e seus seguidores falangistas e uma demonstração de força dos setores liderados por Walid Jumblatt.

O avanço militar druso torna o jovem Walid — herdeiro da liderança de seu pai, Kamal Jumblatt, na comunidade drusa — um interlocutor imprescindível em uma negociação em torno de uma saída para a crise libanesa. E isso era exatamente o que Jumblatt e seus aliados pretendiam demonstrar.

Bhamdoun era uma praça-forte cristã estratégica, já que assegura o acesso à estrada que conduz a Beirute. Ao dominá-la, os drusos podem sair do isolamento em que se encontravam durante os últimos meses.

Com essa vitória a seu favor, Jumblatt pode negociar com o presidente Gemayel a partir de uma posição confortável. Porque a alternativa que está colocada a esta altura é bastante clara: ou os principais líderes políticos do Líbano — cristãos e muçulmanos — se sentam para negociar, ou dificilmente se poderá evitar a explosão de uma nova guerra civil. Ou se chega ao estabelecimento de um governo que inclua representantes da comunidade muçulmana, dando-lhes uma quota do poder, e levando em consideração suas reivindicações, ou não haverá paz.

Não foi por acaso que duran-

te os dias de maiores combates entre forças drusas e falangistas surgiram várias iniciativas a nível internacional no sentido de favorecer uma saída negociada. Particularmente significativa foi a mediação de Benito Craxi, o primeiro chefe de governo socialista da Itália (país que participa da Força de Paz), que chamou pessoalmente Walid Jumblatt e o presidente Amin Gemayel, para exortá-los a resolver a crise na mesa de negociações. Ambos deram grande importância à iniciativa de Craxi e imediatamente enviaram seus representantes para discutir com ele detalhes do que poderia chegar a ser um diálogo de conciliação nacional.

O que a esta altura está claro é que Amin Gemayel não conseguiu impor-se como chefe de estado. Se Israel não pôde lhe dar o respaldo militar necessário para assegurar o controle do país nos primeiros meses de sua gestão, é praticamente impossível que isso ocorra agora, quando as tropas israelenses desgastadas e com o peso de mais de 500 mortes, se retiram para posições mais seguras.

Os israelenses já têm clara a situação há algum tempo. Por isso, o próprio ministro da Defesa, Moshe Arens, não escondeu seu pessimismo em relação ao futuro de seu aliado libanês. “Se o presidente Gemayel não consegue estender sua autoridade além dos limites municipais de Beirute — assinalou — seu futuro está ameaçado”.

As opções de Gemayel

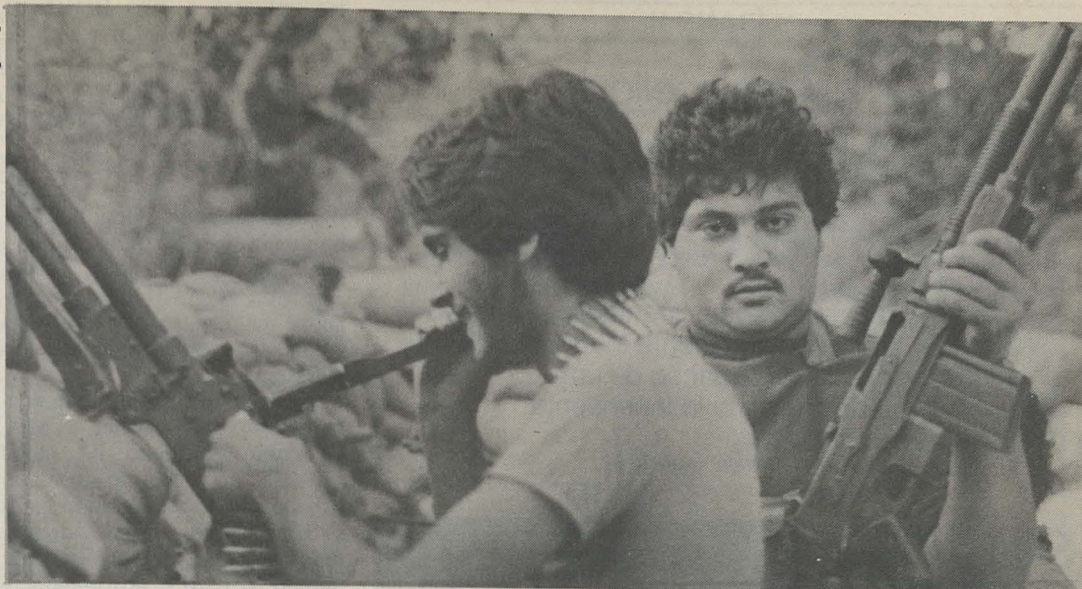
Para o jornal conservador *Al Anuar*, da capital libanesa, uma das opções que Gemayel tem é a “internacionalização do conflito, envolvendo as Nações Unidas”, como uma forma de ganhar o maior apoio possível para uma posterior retirada de todas as tropas estrangeiras do território libanês. Ainda segundo essa publicação da direita li-



Kamal Jumblatt (ao alto) e Pierre Gemayel: seus herdeiros continuam o confronto

banesa, o presidente Gemayel “tenta utilizar ao máximo a carta norte-americana, com a qual pretende conseguir o cessar-fogo, ao que se seguiria a formação de um governo de unidade nacional, que prepararia uma Conferência de reconciliação nacional”.

Entretanto, o jornal afirma que haveria outra saída, que Israel estaria procurando impor. “As anteriores opções, se somam as pressões que Gemayel sofre para adotar a fórmula israelense”, afirma o jornal. Segundo o *Al Anuar*, essa opção consistiria, basicamente, na assinatura de um tratado de paz diretamente com Israel, sem a mediação dos Estados Unidos. Em compensação, o presidente Gemayel receberia do regime israelense todo o apoio militar para enfrentar seus adversários, tanto os libaneses como os sírios e as tropas palestinas



Os falangistas cristãos de direita têm sofrido duras derrotas diante da ofensiva drusa

que ainda permanecem no norte do país. Um comentário do serviço informativo árabe *Mer*, afirma que "se trata da primeira vez que um jornal foi tão claro em expor uma opção da qual o resto da imprensa local apenas se contentava em fazer alusão".

Evidentemente, para Gemayel, essa é a solução menos interessante, já que o preço político e militar seria muito alto, além de poder deflagrar uma guerra cuja evolução é difícil de prever em uma área de temperatura tão alta como é hoje o Oriente Médio.

A possibilidade de internacionalização do conflito já parece em andamento. Até a aviação francesa, que havia se mantido à margem, entrou em ação em meados de setembro, junto com a força aérea norte-americana, com vôos rasantes sobre Beirute, numa clara demonstração de força militar por parte de ambos os governos. Por outro lado, em relação aos Estados Unidos, essa atitude não é novidade. O porta-voz da Casa Branca, Larry Speakes, depois da morte de *marines* ocorrida em Beirute em 6

de setembro passado, havia declarado que "o fato não condiciona os Estados Unidos a retirar a força de seus 1.200 *marines* norte-americanos destacada na capital libanesa". E num recado destinado aos ouvidos sírios e soviéticos, fez menção ao "considerável poder de força da frota naval norte-americana que está nas costas libanesas". Para mostrar que não se trata só de palavras, naqueles dias os navios norte-americanos dispararam grandes cargas de explosivos contra alvos nas colinas que cercam o aeroporto de Beirute.

Por sua vez, a Arábia Saudita anunciou que está disposta a retomar seu papel mediador no conflito do Líbano. O príncipe Bandar Ben Sultán, enviado especial do rei Fahd, fez três viagens a Damasco em uma semana, pouco depois daquele anúncio. Punha-se assim fim ao "congelamento" dos esforços de mediador que Riad tinha disposto, até que não surgissem "sinais positivos e estimulantes" que pudessem garantir um bom resultado final das suas funções de mediador.

Nesse contexto, o líder do

Partido Socialista Progressista Libanês, Walid Jumblatt — principal figura da Frente de Salvação Nacional, da qual participam o ex-presidente Suleimán Franjieh e o ex-primeiro-ministro Rashid Karami — depois de se entrevistar com o enviado do presidente Reagan, Robert McFarlane, afirmou que tanto ele quanto seus aliados "estão prontos para responder a qualquer iniciativa política para resolver a situação do Líbano, sempre que as condições estabelecidas pela Frente de Salvação Nacional sejam levadas em conta".

Entre essas condições, está a ruptura do acordo israelense-libanês.

A entrada em cena do primeiro-ministro Yitzhak Shamir, a reativação da mediação saudita, e a ameaça de uma participação militar mais aberta da parte dos Estados Unidos — que de força de paz poderia passar a força de ocupação — são as novas coordenadas que poderão influir no rumo dos acontecimentos no Líbano. A comunidade internacional tem mostrado sua preocupação e espera que ainda haja tempo para uma solução negociada. ●

Amnon Kapeliouk:
**"Falta um país
 no mapa da região"**

Para o jornalista israelense,
 a solução no Oriente Médio
 passa pela criação de um
 Estado palestino independente

José Carlos Gondim

Sabra e Chatila — campos de refúgio de palestinos em Beirute — são um dos exemplos mais dramáticos da guerra no Líbano. No sábado, 18 de setembro de 1982, a opinião pública israelense e a de todo o mundo recebem estupefatas a notícia de que um massacre acaba de ser cometido nos campos de Sabra e Chatila. Três dias antes, já na etapa final de uma ocupação de vários meses, o exército israelense assumira o controle da parte oeste da capital libanesa. Quais as responsabilidades das forças de ocupação israelenses, já que "deixaram" que os militantes direitistas das chamadas Falanges cristãs libanesas entrassem nos campos e cometessem esse crime?

O livro "O massacre de Sabra e Chatila", de Amnon Kapeliouk¹ é altamente esclarecedor. Ele acompanhou passo a passo o desenrolar dos acontecimentos posteriores, reconstituindo o cenário exato desses trágicos dias. Considerado por um grande número de órgãos da imprensa eu-



ropéia como um trabalho exemplar de jornalismo, o livro responde de forma isenta e objetiva as questões que se colocam sobre o assunto, inclusive a atuação da Comissão Kahan, encarregada de investigar o acontecimento.

Kapeliouk diz que "ninguém pode negar a contribuição positiva desse relatório, que esclarece certos aspectos da cumplicidade e responsabilidade de vários che-

fes militares e civis israelenses nos acontecimentos que resultaram no assassinato a sangue frio de milhares de palestinos e libaneses que habitavam esses dois acampamentos", indefesos devido à saída das milícias da OLP do Líbano. Apesar de reconhecer seus méritos, Amnon Kapeliouk também deixa claro que o relatório da Comissão Kahan apresenta graves lacunas, principalmente no que diz respeito às verdadeiras responsabilidades no massacre.

Neste momento, em que a situação do povo libanês se agrava como resultado de novas agressões e a anexação do sul do Líbano por Israel, apoiado pelos Estados Unidos e rechaçado por todos os países democráticos do mundo, o livro é profundamente atual. Quando de sua passagem pelo Rio de Janeiro, para o lançamento do seu livro no Brasil, o jornalista israelense apresentou-nos algumas declarações sobre a situação do Oriente Médio, as quais vão resumidas a seguir.

Um fracasso israelense

Indagado sobre as repercussões e consequências da guerra, Kapeliouk afirma que ela, "pelo seu objetivo principal — que era de eliminar a OLP como força política — representa um grande fracasso para Israel. Os sionistas estavam seguros de que pelo uso da força acabariam com a OLP,

¹ Amnon Kapeliouk nasceu em Jerusalém (Israel), de família ucraniana emigrada para a Palestina. Jornalista, é correspondente em Israel do jornal francês *Le Monde* e é formado pela Universidade de Jerusalém, tendo feito cursos na Sorbonne (PhD em história e filosofia árabes). Judeu, filho de imigrantes russos — sua língua materna é o hebreu —, Kapeliouk é militante do Movimento da Paz, que defende a autodeterminação do povo palestino e luta pela criação de um Estado independente para essa nação espoliada. O livro foi recentemente lançado no Brasil pela Editora Vega/Novo Espaço, de Belo Horizonte (MG).

mas na realidade, embora os seus dirigentes tenham deixado o Líbano, ela continua forte, sendo a legítima representante dos interesses palestinos”.

E mais: apesar do enorme poder bélico israelense (um dos exércitos melhor equipados do mundo), o regime enfrenta uma forte oposição interna representada tanto pelos movimentos do tipo “Paz Agora”, como também pela luta política travada pelos habitantes árabes nos territórios ocupados. “Essa luta é muito importante e prova que a população não aceita a ocupação. A tal ponto que os israelenses criaram uma espécie de organismo colaboracionista no seio dos próprios árabes, no sentido de minar as bases da resistência palestina nessas áreas”, acrescenta.

Quanto à oposição interna em Israel, Amnon Kapeliouk não vê perspectivas de mudanças de fundo na eventualidade do trabalho chegar ao poder. “O Likud e o Partido Trabalhista brigam apenas em termos de ‘patriotismo’, ou seja, embora tenha posições mais progressistas, o trabalho também não pleiteia a autodeterminação do povo palestino”, assinala Kapeliouk. “Os trabalhistas não fariam nada que o regime de Begin fez: não ocupariam o Líbano, não bombardeariam a usina atômica iraquiana, não fariam assentamentos de colonos judeus em terras palestinas. Em compensação, também não apóiam a criação de um Estado palestino independente. O que falta entre os trabalhistas é um outro De Gaulle para dizer aos israelenses o que o general francês disse aos seus compatriotas quando da guerra da Argélia: ‘Deixemos as terras argelinas para os argelinos’. Infelizmente, não vejo por enquanto um De Gaulle no Partido Trabalhista de Israel”.

A via diplomática

“O apoio internacional aos

“Arafat unificou seu povo, Begin dividiu seu povo. Arafat conseguiu fazer de uma derrota uma vitória, Begin conseguiu fazer de uma vitória uma derrota”



Amnon Kapeliouk

palestinos é muito importante. Os norte-americanos — os maiores aliados do regime sionista — fazem de tudo para evitar esse respaldo. A pressão internacional pode fazer os Estados Unidos mudarem de postura”, diz-nos Kapeliouk a respeito das gestões diplomáticas feitas pela OLP junto à Organização das Nações Unidas.

Para o jornalista israelense, o caminho da luta armada foi fundamental para colocar a questão palestina, “já que antes das primeiras ações armadas o problema desse povo despojado de sua pátria era apenas mais um dentre as questões de refugiados no mundo”. Mas, para ele, “atualmente, no nosso momento histórico, a via diplomática talvez seja mais eficaz, já que a comunidade internacional está bastante mobilizada na defesa dos interesses palestinos”.

Ele cita a declaração de um estudante de direito israelense, feita na maior das manifestações contra Begin em Telavive, logo depois do massacre dos campos de refugiados em Beirute: “Arafat transformou um povo banido e rejeitado em uma nação respeitada e popular. Begin transformou uma nação respeitada e popular em um povo banido e rejeitado. Arafat unificou seu povo. Begin dividiu seu povo. Arafat

conseguiu fazer de uma derrota uma vitória, Begin conseguiu fazer de uma vitória uma derrota”.

Perspectivas alarmantes

Quais as perspectivas para a situação no Oriente Médio? “Estou vendo um quadro muito complicado e pessimista, diz Kapeliouk, que declara sempre ter sido um otimista. Porque, se há israelenses que acham que não será pela força que a solução virá, existem outros — não esqueçamos que o novo primeiro-ministro é mais duro ainda do que seu antecessor — que dizem que o problema está nesse pé porque faltou mais força contra os palestinos, que os israelenses devem ser mais duros ainda”.

Numa entrevista para o *Nouvel Observateur* em junho do ano passado, o ex-presidente libanês Bechir Gemayel (cuja morte numa violenta explosão ainda não devidamente esclarecida foi o motivo alegado pelos falangistas para perpetrarem o massacre de Sabra e Chatila) afirmou: “No Oriente Médio, há um povo que está sobrando: o povo palestino”. Sobre essa questão, Amnon Kapeliouk é taxativo: “A questão não é bem assim. Ao contrário, no Oriente Médio há um país a menos: falta um Estado para o povo palestino”.

A escalada diplomática da OLP

Os resultados da conferência das Nações Unidas sobre a Palestina, realizada em Genebra

Agustín Castaño

Uma nova batalha diplomática ganha não compensará o povo palestino pela guerra perdida contra uma força superior, mas mantém viva sua causa, acrescenta-lhe aliados e melhora a relação dos fatores políticos a seu favor. Esse seria, em síntese, o significado da Conferência Internacional de dez dias realizada em Genebra sobre a questão palestina, organizada pelas Nações Unidas.

O principal resultado da reunião, concluída a 7 de setembro com a participação de 137 nações, foi a convocação para uma Conferência Internacional em prol da paz no Oriente Médio. A ONU exortou a que "todas as partes interessadas" participem com igual *status* que as demais, em alusão às duas superpotências, a Israel e à Organização para a Libertação da Palestina (OLP), à qual se deveria reconhecer igual hierarquia que aos países membros das Nações Unidas. Nesse sentido, cabe destacar que Yasser Arafat, que pronunciou um importante discurso a 2 de setembro passado em Genebra, recebeu as honras de um chefe de estado.

Porém, a conferência foi boicotada por Israel, o que era previsível, e pelos Estados Unidos. A ausência do governo de Washington provoca uma série de dúvidas sobre a futura conferência e



Arafat: recebido como um chefe de estado

lhe tira o brilho, pois se se realizar sem a sua participação e apoio, suas resoluções não terão efeitos práticos.

Deve-se destacar que a OLP, apesar de seus graves problemas, tem superado todos os obstáculos que estavam a seu alcance para facilitar um diálogo com o ocupante israelense. Em Genebra, Arafat enfatizou que a conferência deveria impulsionar o processo de paz respeitando "todas" as resoluções das Nações Unidas. "Todas" implica as determinações emitidas em prol do

reconhecimento dos direitos nacionais de Israel.

Entretanto, de antemão, sabe-se da negativa dos Estados Unidos, cuja aliança com Israel e sua intervenção no Líbano quase lhe deram um papel de beligerante no conflito do Oriente Médio. Como ressaltou Arafat ao condenar a atitude norte-americana, os Estados Unidos, com uma mão lançam vetos que paralisam as Nações Unidas e, com a outra, dão uma ajuda militar ilimitada à "bárbara máquina de guerra" do exército de Israel, que graças a essa força militar domina a região a sangue e fogo.

Os verdadeiros interlocutores da OLP nessa fase são os países da Europa Ocidental, que por razões geopolíticas sabem que devem chegar a um entendimento com os países árabes e compreendem que isso deve passar pela resolução da questão palestina. Quase todos os países europeus estiveram presentes em Genebra na condição de membros plenos e não como meros observadores. Essa atitude envolve um respaldo diplomático valioso mas não suficiente para mudar as coisas.

É claro que se os países da Comunidade Econômica Europeia (CEE) se empenhassem seriamente em reivindicar os direitos nacionais palestinos, os Estados Unidos seriam colocados entre a espada e a parede. Seriam obrigados a seguir os europeus, sob pena de aceitar uma divisão política-diplomática entre Estados Unidos e Europa, inconciliável com a Aliança Atlântica.

É por isso que Arafat solicitou urgência à Europa Ocidental para desempenhar "seu verdadeiro papel até resolver os problemas no mundo e na realização de um esforço real para resolver o do povo palestino, com base no seu direito natural à autodeterminação e à independência nacional". Tocou no ponto sensível de seus interlocutores, ao estimulá-los "passar das palavras aos fatos, para que não percam a

confiança da nação árabe e para que ao final, não percam seus interesses”.

Esperar que daqui até a próxima conferência, um apoio capaz de pôr finalmente em marcha ne-

gociações sérias para um acordo Israel-palestino tenha amadurecido, seria muito pouco realista. Entretanto, se pode aspirar a que se dê outro passo importante no sentido de isolar Israel e respal-

dar o direito nacional palestino. O reconhecimento internacional desses direitos, se atingir um amplo leque de nações, não pode deixar de dar resultados políticos.

A PROPOSTA DE GENEBRA

☐ Depois de insistir na necessidade de reforçar o papel das Nações Unidas, a declaração considera que as propostas apresentadas sobre a questão, no quadro dos princípios do direito internacional, “tais como o Plano Árabe de Paz, aprovado pela ‘cúpula’ de Fez (Marrocos, setembro, 1982), devem servir de diretrizes”.

As diretrizes que permitam resolver a questão palestina devem incluir, de acordo com a declaração de Genebra, os seguintes pontos:

a) Realização, pelo povo palestino, de seus direitos inalienáveis e legítimos, inclusive o direito à volta, à livre determinação e a estabelecer um Estado independente próprio na Palestina.

b) O direito da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), única representante do povo palestino, de participar em igualdade de condições com as demais partes, em todos os esforços, deliberações e conferências sobre o Oriente Médio.

c) A necessidade de pôr fim à ocupação israelense dos territórios árabes, de acordo com os

princípios da inadmissibilidade da ocupação de territórios pelo uso da força e, consequentemente, a necessidade de assegurar a retirada israelense de todos os territórios ocupados desde 1967, inclusive Jerusalém.

d) A necessidade de resistir às políticas e práticas israelenses nos territórios árabes ocupados, inclusive Jerusalém, e rejeitar qualquer situação de fato criada por Israel.

e) A necessidade de reafirmar que são nulas e carentes de validade todas as medidas e legislações adotadas por Israel, potência ocupante, que modificaram ou pretenderam modificar o caráter e a condição da cidade santa de Jerusalém.

f) O direito de todos os Estados da região a existirem, dentro de fronteiras seguras e reconhecidas internacionalmente, com justiça e segurança para todos os povos, o que exige como condição *sine qua non* o reconhecimento e o exercício dos direitos legítimos e inalienáveis do povo palestino, enunciados no item (a).

A finalidade dessa conferência de paz, acrescenta, é chegar a uma solução global, justa e duradoura do conflito árabe-israelense, do qual um dos elementos seria o estabelecimento de um Estado palestino independente, na Palestina.

A DENÚNCIA DE FELICIA LANGER

☐ “A colonização dos territórios ocupados — em desafio à Convenção de Genebra — está levando a uma anexação *de facto* das terras palestinas por Israel”. Essa afirmação é parte da intervenção da conhecida advogada israelense Felicia Langer, vice-presidente da Liga dos Direitos Humanos e Civis de Israel, na Conferência Palestina de Genebra.

“A política de deportações, torturas, prisões maciças, castigos coletivos, assassinatos de civis (inclusive de crianças) e humilhação dos palestinos, é executada por Israel nos territórios ocupados nos últimos 16 anos”, continuou a advogada, que interveio na Conferência na qualidade de “personalidade eminente”, especialmente convidada pelas Nações Unidas.

“Israel assumiu o controle de todas as áreas subterrâneas nos territórios ocupados e controla

as águas de superfície, suspendendo frequentemente as permissões para a abertura de novos poços e controlando a quantidade de água em cada poço. O resultado é que um amplo setor da população local emigra para Israel em busca de emprego, particularmente os trabalhadores não-qualificados, o que fez com que a margem ocidental do Jordão se transformasse em dependente de Israel, inclusive em relação à produção agrícola”, continuou o testemunho da advogada israelense.

Em sua denúncia das violações aos direitos humanos, Felicia Langer destacou os casos que tinha constatado pessoalmente: “Eu vi, com meus próprios olhos, muitas vítimas de tortura com marcas em seus corpos. A última vítima que vi foi Walid el-Ard, um jovem professor de Jenin, que foi torturado para que confessasse ter sido o mentor e organizador de uma histeria de envenenamentos em Arrabeh e Jenin”, afirmou a militante israelense pelos Direitos Humanos.

UM ESTADO PALESTINO É ECONOMICAMENTE VIÁVEL

☐ Um Estado palestino independente não só é um projeto economicamente viável, como também poderia ser um elemento importante para a paz e a tranquilidade política no Oriente Médio. Essa afirmação está contida em um estudo das Nações Unidas. O documento, de 25 páginas, afirma que, paradoxalmente, um Estado palestino contribuirá para o bem-estar de Israel porque ajudaria a conseguir o reconhecimento, legitimidade e aceitação desse país no Oriente Médio. Apresentado na conferência da ONU em Genebra sobre a Palestina, o estudo foi preparado pelo doutor Atif Kambursi, da Universidade de McMaster, com sede em Ontário, no Canadá.

O problema que esse documento aborda é se um Estado independente integrado pelos territórios da margem ocidental do rio Jordão, Jerusalém ocidental e a Faixa de Gaza poderia ser economicamente viável.

Os problemas econômicos israelenses são crônicos e estruturais, segundo o relatório. Originam-se do limitado tamanho do território, da pequena disponibilidade de recursos hídricos e pelo fato de Israel, por sua inimizade e estado de beligerância com todos os países vizinhos, ser obrigado a comerciar com nações que são economicamente mais desenvolvidas e distantes, e com as quais fica-lhe cada vez mais caro pôr-se em contato, em razão dos elevados níveis do preço do petróleo.

Israel também sofre os efeitos de um excessivo orçamento de Defesa que ultrapassa os 44% de seu Produto Nacional Bruto (PNB), desde meados da década de 70. O documento diz que, com a paz no Oriente Médio, Israel teria possibilidades de integrar-se à região, abrir o comércio com seus vizinhos e reduzir o orçamento de Defesa.

Kambursi garante que um estudo detalhado dos efeitos da pacificação na região demonstrou que Israel poderia incrementar seu Produto Interno Bruto (PIB), aumentando suas exportações para os Estados vizinhos, cujas necessidades são perfeitamente complementadas pela sua produção.

Ao analisar as perspectivas econômicas a médio prazo de um novo Estado palestino, Kambursi considera que seriam necessários cinco anos para absorver os palestinos que retornem de sua atual "diáspora".



Os palestinos que regressem à sua pátria poderiam assentar as bases de uma burocracia eficiente, desenvolver sua adequada infra-estrutura e fornecer habitação, trabalho e benefícios sociais a uma população calculada em 3,5 milhões de habitantes. "A tarefa é enorme, cara e difícil", admite o autor. "O custo de instalação da infra-estrutura e o capital necessário para garantir a produção, sobe a sete bilhões de dólares", indica o documento. Para absorver a mão-de-obra, deverão ser gerados mais de 675 mil empregos em 1987, mais do dobro dos necessários em 1982.

O estudo aponta que o sucesso final desse projeto depende menos da disponibilidade de recursos financeiros do que do entusiasmo, do espírito de compromisso e da perseverança dos palestinos e seus vizinhos. Não menos importante será a capacidade e habilidade dos palestinos para constituir um sistema eficiente de governo. Os palestinos residentes nos territórios da margem ocidental e da Faixa de Gaza têm governos municipais rudimentares que talvez resultem muito mais avançados do que seus equivalentes nos demais países da região.

O grande número de palestinos capacitados (70 mil formados em universidades) que residem em diferentes países e nos territórios ocupados é uma força suficientemente capaz de fornecer os recursos humanos necessários. "O desafio é grande, mas o compromisso dos palestinos em levar uma vida digna e pacífica em sua própria pátria também o é", conclui o documento. (Thalif Deen)

A situação em Israel está mudando

A correlação de forças no Oriente Médio analisada pelo ex-prefeito de Hebron, Fahed Kawasme

Em suas primeiras declarações depois de sua designação, o novo primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Shamir, afirmou que seus planos são de continuar a política de assentamentos judeus em territórios ocupados, apesar dos protestos internacionais. E, segundo transpareceu, pouco depois o governo dava sua aprovação à criação de três novos assentamentos de colônias israelenses na Cisjordânia, nas cercanias das cidades palestinas ocupadas de Hebron, Nablus e Jericó.

Como acontece em outros aspectos, também em relação à política de assentamentos judeus em terras árabes ocupadas, não há diferenças substanciais entre as propostas do ex-primeiro-ministro Menahem Begin e seu sucessor.

Entretanto, nem tudo será fácil para a linha extremista da nova administração Shamir, como o demonstra — entre outras evidências significativas — o êxito da recente Conferência das Nações Unidas sobre a Palestina, em Genebra. Apesar do boicote de Israel e dos Estados Unidos, a conferência reafirmou o compromisso da comunidade internacional pela criação de um Estado palestino independente (ver matéria nesta edição).

Que nem tudo será cor-de-rosa para Shamir também é a opinião do ex-prefeito de Hebron, Fahed Kawasme, destacado dirigente palestino, célebre

por sua militância em prol dos direitos civis do seu povo e pela insistência com que pleiteia perante as autoridades israelenses seu direito de voltar à sua cidade, Hebron, na Cisjordânia ocupada.

Beatriz Bissio



Kawasme: "não temos medo do atual expansionismo israelense"

"A situação dentro de Israel está mudando", afirma Kawasme. "A força da linha política de Begin em 1980 não é a mesma de hoje, em 1983, quando Shamir assume o poder. Os setores da sociedade israelense que exigem a paz já não são hoje os mesmos de a três anos atrás. Não temos medo do atual expansionismo israelense — acrescenta. Os nazistas também se expandiram e ocuparam toda a Europa. Chegaram até as proximidades de Moscou. No entanto, eles não

controlavam nem mesmo Berlim".

Conversamos com o ex-prefeito de Hebron acerca de muitos aspectos e problemas do Oriente Médio. Fahed Kawasme estava em viagem pela América Latina e considerava um sucesso significativo os acordos de cooperação e intercâmbio que assinou em diferentes países latino-americanos — inclusive o Brasil — entre a cidade de Hebron e várias prefeituras locais. "Essas prefeituras e as populações que elas representam reconhecem que Hebron é uma cidade palestina. Você não acha que é uma vitória?", pergunta-nos, respondendo ao nosso pedido para que avaliasse sua estadia na América Latina.

"O ramo de oliveira é nosso objetivo"

Fontes árabes informaram recentemente que a OLP tornava a considerar a possibilidade de organizar um governo palestino no exílio. A questão teria estado na agenda de uma reunião realizada em Túnis entre Yasser Arafat e algumas personalidades palestinas independentes (isto é, que não pertencem a nenhum dos grupos que compõem a Organização) e em especial, Fahed

terceiro mundo - 69

Kawasme e Mohammed Milhen (o ex-prefeito de Haloul, também expulso da Cisjordânia pelas autoridades israelenses). Há quem interprete que a eventual criação de um governo palestino no exílio seria uma vitória dos setores mais moderados da OLP e que favoreceria a opção diplomática, em detrimento dos setores que defendem a luta armada como a forma mais eficaz de enfrentar Israel.

Consultamos Kawasme sobre essa dualidade da luta palestina — a ação no plano diplomático e no palco da guerra, com armas nas mãos — citada nas agências internacionais como uma das origens das divergências no seio da *Al Fatah* (ver cadernos nº 56 e 57): “O povo palestino deseja uma solução pacífica para o seu problema, mas defende a utilização das armas para conquistar o direito à paz”, afirma o ex-pre-

feito de Hebron. E acrescenta: “Não queremos que nossos filhos morram, nem que morram os filhos dos sionistas. Mas a intransigência das autoridades israelenses obriga-nos a empunhar as armas e lutar. Nosso líder, Yasser Arafat, ainda em 1974, levou à ONU um ramo de oliveira em uma das mãos e um fuzil na outra. Achamos que o ramo de oliveira fala com mais força do que o próprio fuzil. Ele é o

PERFIL DE YITZHAK SHAMIR

☐ A biografia de Yitzhak Shamir, sucessor de Menahem Begin, se parece bastante com a do ex-primeiro-ministro.

Como Begin, seu sucessor também nasceu na Polônia, em 1915, e ainda muito jovem decidiu militar pelo sionismo. Em 1935, inscreveu-se no *Irgun Zvai Leumi*, grupo armado de Begin, juntamente com quem organizou a luta contra a Grã-Bretanha e a população árabe da Palestina, para onde havia emigrado clandestinamente.

Em Israel, Shamir é considerado um duro e líder dos “falcões”. Sempre foi um ardoroso partidário do “Grande Israel”, isto é, de constituir um Estado hebreu segundo suas fronteiras bíblicas.

Em 1978, Shamir não vacilou em desafiar a autoridade de Begin, pronunciando-se energeticamente contra os acordos de Campo David e de paz com o Egito. O passado terrorista de Shamir é talvez mais aventureiro do que o do próprio Begin: em 1940, em plena guerra mundial, Shamir figurou entre os promotores de uma divisão do grupo armado *Irgun*, cujo extremismo era insuficiente, na sua opinião. A seguir, Shamir cria a *Lehi*, uma organização dissidente que ganha rápida celebridade graças a seus atentados terroristas contra objetivos britânicos e árabes.

Preso em 1941 e em 1946, Shamir conseguiu fugir em ambas as ocasiões. É deportado para a Eritreia, volta a escapar e se refugia em Djibuti, onde pediu e obteve asilo político da França.

Durante longos anos Shamir desapareceu do cenário político, para reaparecer só em 1970, junto com Begin, com quem figura entre os principais líderes da componente majoritária do bloco conservador *Likud*, que a 17 de maio de 1977 venceu as eleições legislativas, depois de quase 35 anos de domínio trabalhista em Israel.

Três anos depois, por causa da renúncia de



Shamir, o novo primeiro-ministro: mais duro do que Begin

Moshe Dayan por diferenças com a intransigência de Begin, Shamir se transforma em ministro das Relações Exteriores. Nesse cargo, Shamir promete trabalhar por uma aproximação com a China e principalmente com os países africanos que, majoritariamente, tinham rompido relações diplomáticas com Israel depois da guerra de 1967. Ele consegue, efetivamente, melhorar as relações diplomáticas de seu país com o Zaire e, recentemente, com a Libéria.

Juntamente com o ministro da Defesa Ariel Sharon, Shamir foi um dos promotores da invasão israelense ao Líbano e figura entre os dirigentes questionados pelo relatório da Comissão Kahan que investigou os massacres dos campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila. O veredicto da comissão imputa a Shamir a responsabilidade de “não ter adotado disposições adequadas”. Quer dizer, não ter detido o massacre nos campos palestinos. (*Dina Nascetti*)

objetivo, o fuzil é um meio.

"Quanto à dissidência no seio da *Al Fatah* — aponta —, o que está acontecendo poderia ter sido resolvido em uma semana, se não se interpussem interesses árabes, alheios à OLP. Como palestino, porém, tenho certeza de que nosso povo rechaça esses meios, esses tipos de manobras. Somos uma revolução democrática e em nossas instituições nos dirigimos pelo diálogo. Nosso povo — como ficou claramente demonstrado nos territórios ocupados — recusa-se a ser instrumento de interesses estranhos e rechaçou a atitude dos dissidentes, porque não respeitaram os princípios essenciais da revolução palestina.

"Os dissidentes são considerados, entre o povo palestino, como aliados ou dependentes de alguns regimes árabes. Por isso, ou eles voltam às fileiras de nossa revolução ou serão desligados da Organização.

"Sofremos crises piores que esta, com os massacres de 75, 76, 77 e 78 e com os crimes praticados em 1982, no Líbano. Entretanto, conseguimos superar tudo isso. Nós somos mais fortes que todos os nossos inimigos."

"Não vamos aceitar uma paz injusta"

A preocupante situação no Oriente Médio, as explosões de violência no Líbano, o impasse nas negociações de paz na guerra entre o Irã e o Iraque, a difícil conjuntura palestina, foram analisados por Kawasme, com uma perspectiva histórica. Para ele, "o que está acontecendo no Oriente Médio demonstra a debilidade atual dos países árabes. Muitos desses regimes são impotentes", acrescentou, "e vão cair".

"Os Estados Unidos e Israel estão fazendo pressões evidentes para levar os árabes a aceitarem uma capitulação. Mas isso não servirá de nada. É verdade que



Repressão às manifestações
palestinas em Israel: controle "às vezes rigoroso", dizem as agências

atravessamos alguns momentos difíceis, com o aumento da presença norte-americana na região e o avanço da força militar israelense. Isso não significa, porém, que vamos aceitar uma paz injusta. Podemos esperar cinco anos, dez anos. Temos a segurança de que a situação interna nos países árabes está mudando e as classes dirigentes também sentem isso. Mas não só isso: a correlação de forças também está mudando dentro de Israel. Se hoje essa correlação de forças não favorece os palestinos, estará a nosso favor no futuro."

Perguntamos se a saída da OLP de Beirute tinha criado problemas sérios para a revolução palestina: "A Organização luta pela criação de um Estado palestino em terras palestinas e não em outro lugar", respondeu Kawasme. "Nossa presença no Líbano estava enquadrada na luta global pela criação de um Estado palestino. De forma que, ao sair de Beirute, simplesmente nos distanciamos de uma das posições onde combatíamos, para continuar a luta a partir de ou-

tras posições. Vou dar um exemplo: nos territórios ocupados, somos mais de dois milhões de palestinos. Logicamente, a população desses territórios luta, com os meios de que dispõe, contra a ocupação. E ela está organicamente ligada à OLP, como várias vezes já ficou evidente. Estamos decididos a lutar pelo Estado palestino nesses territórios. E nunca haverá paz na região sem a autodeterminação de nosso povo.

"Pela lógica, o tempo está do nosso lado. Porque somos os legítimos donos da terra. A utilização da força sempre foi um fracasso. Essa é a lição que temos aprendido do processo histórico do povo palestino.

"Por isso, estou seguro de que os Acordos de Campo David, por exemplo, vão cair. O próprio Egito um dia renegará esses acordos. Porque o problema nunca foi o Sinai. O problema essencial é a questão palestina."

"Minha função é voltar"

Apesar da importância de Kawasme nas fileiras palestinas —

terceiro mundo - 71

suas inúmeras viagens e entrevistas do mais alto nível em todos os continentes são uma prova disso —, ele se empenha em não se atribuir outra meta maior do que a de reivindicar seu direito a voltar para Hebron: “Minha função é voltar”, afirma.

Talvez essa missão que ele assumiu com tanto empenho — e até se poderia dizer, com teimosia (ver quadro “Tenho a certeza de que voltarei”) — é que dê um sentido muito particular ao seu trabalho político. Seu testemunho retrata a situação dos direitos humanos nos territórios árabes ocupados.

“Há palestinos que saíram de nossa Pátria há 35 anos e estão fazendo tudo o que está ao seu alcance para poderem voltar. Como é que eu, com apenas três anos, posso me desesperar? Eu sou o prefeito de Hebron e é a Hebron que meu destino está ligado. Enquanto eu não puder regressar, irei de um lado a outro do mundo, procurando apoio.”

E Hebron? Como será essa cidade de que Kawasme fala com tanto carinho? “Em Hebron a gente tem a História universal completa, desde Adão até o presente. Adão era de Hebron. Por nós, passaram todos os tempos,

todos os invasores, todos os colonizadores. No entanto, eles saíram e Hebron continua lá”.

Hebron é a segunda cidade da Palestina (depois de Jerusalém). Lá, está o túmulo de Abraão, “pai dos profetas”. Justamente em honra a Abraão, Hebron também é conhecida como *Al-Khalil* (o amigo). Juntamente com Jericó, é um dos mais antigos agrupamentos humanos de que se tem notícia. Atualmente, tem cerca de 100 mil habitantes, mas existem 500 mil no exílio, espalhados em diversos países.

No plano cultural, Hebron tem uma antiga tradição como

“TENHO A CERTeza DE QUE VOLTAREI”

□ Até 1976, houve eleições na Cisjordânia ocupada, a nível municipal.

Fahed Kawasme, filho de Hebron, nascido em 1939 — casado, cinco filhos — e formado em engenharia pela Universidade do Cairo, com o grau de Doutor, foi eleito prefeito por esmagadora maioria na sua cidade, com uma chapa claramente identificada com a Organização para a Libertação da Palestina, OLP.

“Começamos então a desenvolver as atividades de serviços para a população, e também a transmitir ou expressar os sentimentos do nosso povo às autoridades israelenses, isto é, a nossa rejeição à ocupação. A nossa rejeição, também, a todos os meios utilizados para a colonização da nossa terra, a destruição das nossas casas, a expulsão dos nossos cidadãos.

“Quando sentiram que não podiam nos atrair, que nada poderia nos mudar, começaram a nos atemorizar, nos atormentar, a impedir a nossa movimentação e nossos contatos com os elementos liberais e progressistas da sociedade judaica.

“A situação piorou quando a nossa população, como aconteceu em todos os territórios ocupados, começou a se mobilizar para rejeitar os Acordos de Campo David. Nós formamos a chamada Comissão de Orientação Nacional, que objetivava derrotar esses acordos.

“Essa comissão utilizou os meios disponíveis para combater os acordos: greves, manifestações, envio de telegramas. Isso incomodou muito. E as autoridades militares israelenses decidiram se livrar dos prefeitos, a quem consideravam os líderes da população dos territórios.

“No dia 3 de maio de 1980, à meia-noite, um oficial das autoridades de ocupação israelenses chamado Egall me pediu para acompanhá-lo para um encontro com o comandante militar de Hebron. Pedi para transferir a entrevista para a manhã seguinte. Mas o oficial insistiu. Tentei levar meu carro, mas fui impedido. Fui levado num carro militar até o quartel-general do comandante militar de Hebron. Mas lá eles mudaram de opinião: já não mais iria me entrevistar com aquele chefe militar. ‘Vamos até Telavive, para encontrar Ezer Weizman (o então ministro da Defesa). Fomos de helicóptero. Aí eu comecei a sentir que havia qualquer coisa estranha...’”

Um sequestro

“Era uma espécie de sequestro. O helicóptero estava cheio de soldados armados. Taparam-me os olhos. Três horas depois, fui informado da decisão da minha expulsão. E estávamos exatamente no sul do Líbano, na zona controlada pelo major Saad Haddad. De lá fui levado até Beirute.”

Aí começou a peregrinação de Kawasme para regressar. “Tentei voltar por todos os meios disponíveis. Inclusive através do Conselho de Segurança da ONU, que se reuniu no dia 8 de maio de 1980 e por unanimidade - 15 a 0 — decidiu o

centro de estudos, ao sul da Palestina. Sua universidade (a Universidade Palestina de Al-Khalil) ganhou notoriedade quando, em julho passado, foi invadida por colonos israelenses que assassinaram três estudantes palestinos e feriram outros 40, supostamente para incitar a população palestina a abandonar os territórios ocupados.

A Prefeitura de Hebron tem mais de 150 anos. Da mesma forma que em outras cidades da Cisjordânia, depois da ocupação militar por parte de Israel, numerosos monumentos históricos foram dinamitados assim como



“O uso da força sempre foi um fracasso, e isso nós aprendemos com o processo do povo palestino”

edifícios antigos, de tradicional arquitetura árabe. As terras mais férteis foram confiscadas e diversas casas de militantes palestinos foram destruídas.

“Mas os habitantes de Hebron são fortes como os rochedos da região”, diz Kawasme. “Ao longo de sua história milenar, nunca souberam o que seja capitulação.” (Beatriz Bissio) ●

meu retorno ao meu país, minha terra. Escrevi essa resolução em árabe e em inglês, em faixas, em panfletos, em cartazes, e fui até a fronteira da Palestina. Eles não me permitiram entrar”.

“Retornei outra vez ao Conselho de Segurança. Obtive outra resolução a meu favor em 21 de maio de 1980. De lá, comecei a trabalhar em duas frentes — dentro e fora dos territórios ocupados, para apoiar o meu regresso.

“Visitei mais de 27 países, tanto na Europa como nas Américas. Os seus chefes-de-estado, ministros, parlamentares e prefeitos mandaram telegramas apoiando o meu retorno. Alguns chefes-de-estado intervieram pessoalmente através de contatos diretos com as autoridades israelenses, como foi o caso de Mitterrand e Bruno Kreisky, além do ex-secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim. Tudo foi em vão.

“Pedi à minha esposa, que permaneceu em Hebron, que apresentasse um requerimento perante o Supremo Tribunal em Israel, pedindo o meu regresso. O Supremo Tribunal decidiu a favor. No dia 16 de outubro de 1980, fui autorizado a voltar à Palestina. Mas em lugar de retornar à minha cidade, ao meu lar, me colocaram numa cela na fronteira, submetido a julgamento militar.

“O julgamento durou cinco dias. Em consequência da decisão desse julgamento, fui levado à presença do chefe militar, que me expulsou outra vez. Fiz uma greve de fome por doze dias. A pedido da minha advogada, Felicia Langer (militante judia dos direitos humanos), suspendi a greve de fome, porque o julgamento continuou. Após 52 dias de prisão, a votação no Supremo Tribunal não teve unanimidade: tive um voto contra e dois votos a favor da minha expulsão, como um ato legal. Mas como o problema era

mais político do que jurídico, eles decidiram passar a responsabilidade para outra instância.

“Aí eles transferiram o processo para o ministério, para o gabinete. O gabinete se reúne e decide pela minha expulsão mais uma vez. Isso tudo, a despeito de a expulsão não ser legal dentro das leis israelenses, nem nos regulamentos jordanianos; também não é legal conforme o Tratado de Genebra — que foi assinado por Israel. Eles utilizaram um mecanismo previsto no mandato britânico que vigorava antes de 1948.

“Outra vez me encontrei na área ocupada pelo major Haddad, sem sequer ter podido chegar até a minha terra, ou encontrar a minha família. Pela terceira vez retornei ao Conselho de Segurança da ONU. Mais uma vez consegui uma resolução a meu favor, em 20 de dezembro de 1980, por unanimidade, apoiando o meu retorno à minha terra. Declarei greve de fome dentro da sede da ONU. Finalmente suspendi a greve a pedido de Kurt Waldheim, dos países não-alinhados e de vários países amigos. Neste momento, estou buscando o apoio do mundo inteiro, para o meu retorno. Eu não pratiquei nenhum crime, e se o tivesse cometido, há tantas prisões dentro de Israel, por que não estou lá?

“Esse é mais um exemplo de que as autoridades israelenses não respeitam a legitimidade internacional, as mesmas leis que criaram o Estado de Israel. Assim foram tratados também outros prefeitos, aos quais inclusive tentaram matar, como demonstra o atentado em que perdeu as suas pernas o prefeito de Nablus, Bassam Shakaa. Muitos prefeitos estão em prisão domiciliar. E colocaram interventores militares israelenses. Mas estou convicto de que haveremos de vencer. Tenho a certeza de que voltarei...”



TAA

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA



ANGOLA AIRLINES

A informática no Brasil

Soberania versus transnacionais

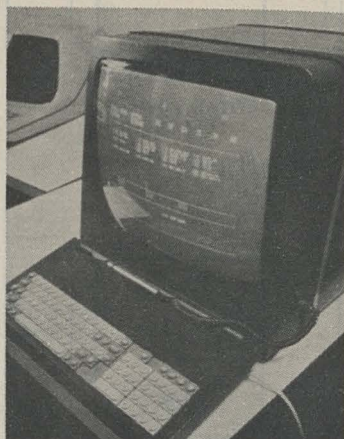
Em poucos anos, a indústria nacional de computadores começou a disputar o terreno com a todo-poderosa IBM

Nelson C. Quelé *

A grande imprensa vem dedicando nestes últimos anos um espaço cada vez maior ao tema Informática. E, recentemente, o senador do PDS Roberto Campos descarregou baterias sobre a política de informática, em especial na política de reserva de mercado. Prontamente, parlamentares, como Fernando H. Cardoso, Cristina Tavares e outros, cerraram fileiras com profissionais, pesquisadores da área e alguns empresários nacionais na defesa dessa política. E isso, porque nesse debate há muita coisa em jogo. Discute-se a soberania nacional, na área da informática, que cada dia adquire importância maior. Está em questão também uma estratégia brasileira para diminuir a dependência tecnológica num setor dominado até agora pelo império IBM.

Informática no Brasil

A Informática é uma área relativamente nova que experimentou um crescimento enorme nos últimos anos. Atualmente encontramos computadores permeando quase todas as atividades humanas. O computador está pre-



sente num projeto de pesquisa espacial, num lançamento de foguetes, nos *Exocets* da Guerra das Malvinas e em outros múltiplos aspectos da vida moderna.

Mas não pára aí. Vamos encontrar computadores na arrecadação do imposto de renda, na administração do Fundo de Garantia dos trabalhadores, no cálculo do INPC e nos registros policiais. Quem não se lembra dos terminais no aeroporto internacional? Ao mesmo tempo em que registra os palpites da loteria esportiva, começa a ameaçar os empregos na indústria, nas linhas de produção e nos escritórios. São inúmeros os exemplos de sua aplicação na atividade humana contemporânea, nem sempre,

entretanto, justificáveis socialmente.

No Brasil, até meados da década de 70, as transnacionais de informática monopolizavam inteiramente o mercado de computadores, impondo seus padrões e realizando grandes lucros na esteira do "Milagre Brasileiro". Foi justamente no período do milagre que as transnacionais ampliaram significativamente sua participação no mercado brasileiro. Durante essa época, o país assistiu à instalação e ampliação das atividades de numerosos monopólios estrangeiros fornecendo computadores inteiramente importados.

Contudo, desde o início dos anos 70, começaram a tomar forma esforços nos meios universitários, destinados a criar uma indústria nacional de computadores. No plano governamental, coexistiam projetos contraditórios: de um lado, profissionais oriundos dos centros de processamento de dados propunham a necessidade urgente de barrar a aquisição indiscriminada de computadores. Do outro, autoridades deslumbradas com a modernização a todo custo, adquiriam computadores caríssimos, agravando a tremenda dependência externa em relação às transnacionais como a IBM, que controlava mais de 60% do mercado na-

terceiro mundo - 75

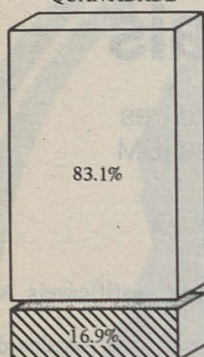
*Profissional de Informática

PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL NO PARQUE INSTALADO

SEI/SS/CID

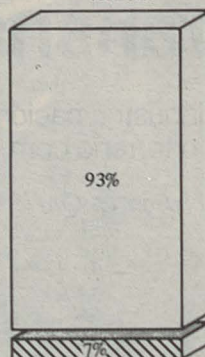
1980

QUANTIDADE



TOTAL: 8.844

VALOR



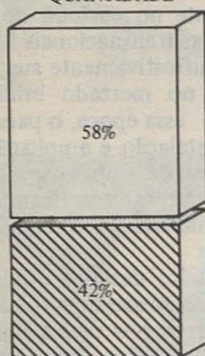
TOTAL: 1.649.190
US\$ MIL

□ Equip. Indústria Estrangeira

▨ Equip. Indústria Nacional

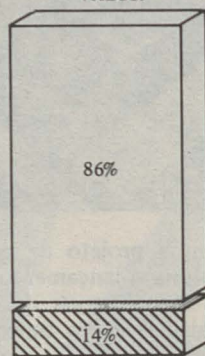
1981

QUANTIDADE



TOTAL: 14.249

VALOR



TOTAL: 2.140.230
US\$ MIL

□ Equip. Indústria Estrangeira

▨ Equip. Indústria Nacional

cional.

A comunidade técnico-científica e de profissionais, pouco a pouco, conseguia acumular forças, denunciando em congressos e simpósios da área a excessiva vulnerabilidade externa desse setor e as consequências econômicas, sociais e políticas dessa dependência. A crise do balanço de pagamentos veio reforçar os ar-

gumentos dos profissionais e pesquisadores brasileiros e colocou em xeque o modelo importador.

Foi instituída, a partir de 1976, a análise prévia dos pedidos de guia de importação de computadores. Estabeleceu-se também através do Conselho de Desenvolvimento Econômico, um teto anual máximo para as importações do setor. Coube à Comissão



Roberto Campos: alinhando-se aos interesses transnacionais

de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico (Capre) — órgão criado em 1972 para nacionalizar o uso de computadores instalados no Setor Público Federal — exercer o controle prévio dos pedidos de guia de importação. Esse órgão técnico, composto basicamente por profissionais de processamento de dados, começou a imprimir uma política nacionalista com o apoio da comunidade técnico-científica localizada especialmente nos centros de processamento de dados governamentais e nas universidades.

Rapidamente, a política de restrições de importações, com forte caráter nacionalista, entrou em rota de colisão não só com as transnacionais (IBM, Burroughs e muitas outras) mas também com interesses vinculados a elas, no seio do próprio governo.

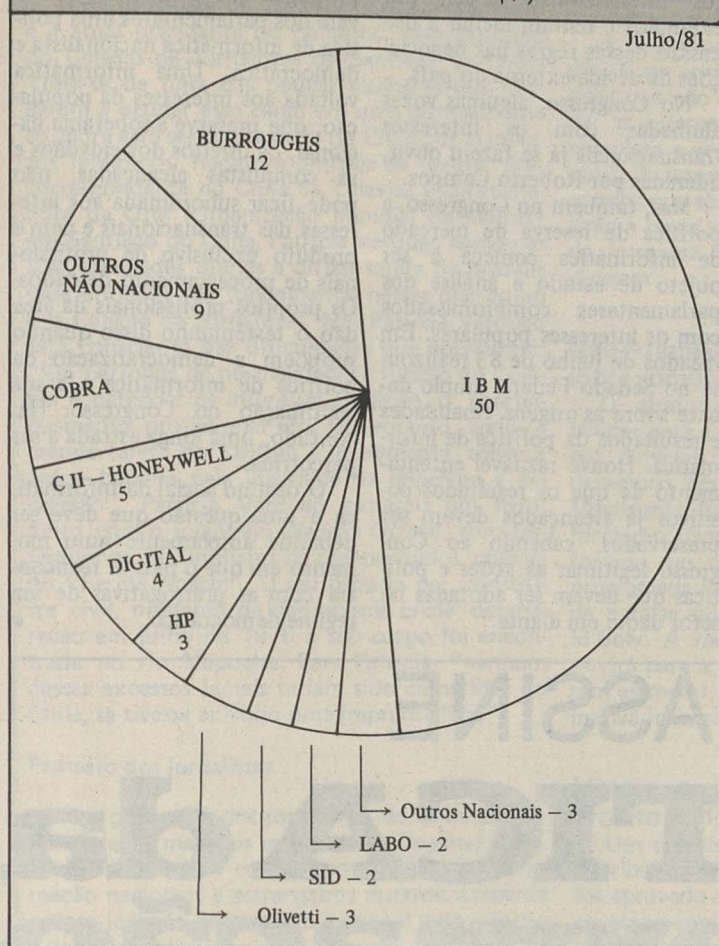
No entanto, algumas conquistas parciais foram obtidas. As principais delas foram, sem dúvida, o fortalecimento da Cobra (Empresa de Computadores Brasileiros, sob controle estatal) e a adoção de uma política nacionalista para a fabricação de minis e microcomputadores e periféricos no país.

O período 1976/1979 foi caracterizado por uma sucessão de choques, avanços e recuos e o resultado mais importante foi alcançado quando o governo, por pressão dos técnicos da Capre, junto com os profissionais e pesquisadores da área, não autori-

DISTRIBUIÇÃO DO PARQUE POR FABRICANTE (1981)

POR VALOR INSTALADO (%)

Julho/81



zou a IBM e outras transnacionais a fabricarem minicomputadores no país.

Nascida a partir da comunidade de profissionais e pesquisadores do setor que se organizaram em associações como a APPD (Associação dos Profissionais de Processamento de Dados), SBC (Sociedade Brasileira de Computação), que pressionaram sistematicamente o governo, a política nacionalista é ainda extremamente vulnerável às investidas dos setores comprometidos com interesses das transnacionais.

Entretanto, a conjuntura do

balanço de pagamentos e as alianças estabelecidas em todo esse período forçaram o governo a sustentar, em suas linhas gerais, algumas das principais propostas nacionalistas no campo da política industrial de informática.

A Cobra é hoje a terceira indústria de informática no país. A indústria nacional de computadores, inexistente até 1976, conseguiu em pouco tempo ocupar um significativo espaço no cenário brasileiro.

A quantidade atual de empregados nas empresas brasileiras equivale à dos empregados nas

transnacionais. Há cerca de 12 mil trabalhadores nas fábricas nacionais de computadores, entre engenheiros, técnicos, operários e funcionários administrativos. O perfil de atividades nas empresas nacionais apresenta por outro lado características distintas do observado nos monopólios de capitais estrangeiros. Estes últimos concentram seus esforços no Brasil nas atividades de *marketing*, destinando recursos ridículos em atividades de pesquisa e desenvolvimento, pois importam praticamente tudo o que montam no país.

A participação das importações no faturamento das empresas mostra o desempenho significativo do processo de nacionalização, gerando empregos no país. No período de 1979 a 1982, a participação das importações no faturamento global foi reduzida de 28% para 7,5% nas indústrias nacionais. As transnacionais, no mesmo período, mantiveram essa relação em 35%.

Como consequência, também, temos a evolução da participação dos produtos desenvolvidos com tecnologia nacional no faturamento das empresas nacionais. Em 1979, 31% do faturamento dessas empresas eram provenientes de produtos de tecnologia nacional. Em 1982, 60% do faturamento das empresas brasileiras de informática resultaram de produtos de tecnologia nacional.

O nascimento de cerca de 100 empresas sob controle totalmente nacional, desenvolvendo tecnologia, num setor praticamente monopolizado a nível mundial pela IBM é, sem dúvida, um fato surpreendente. Surpreende mais ainda saber que isso transforma o Brasil num dos poucos países do Terceiro Mundo que tem parte de seu mercado atendido por empresas nacionais de informática. Na América Latina, Cuba é o único outro país a dispor de indústria própria. E isso pode representar um exemplo perigoso para as transnacionais.

Há quem afirme, com certa dose de exagero, que a informática será o petróleo do futuro. Certamente, como esse recurso natural, a informática está irrigando grande quantidade de atividades e promete ainda mais. Os resultados obtidos no Brasil através da conjugação de numerosas condições conjunturais, não são desprezíveis.

Os dirigentes das transnacionais avaliaram mal, no início, a viabilidade política de uma proposta nacionalista para esse setor no Brasil. Não acreditaram na sua permanência.

Mas, hoje, mudaram de tática. Reclamam da inexistência de regras claras. Querem saber o que podem e o que não podem fazer. Como querem fazer tudo e à moda deles, ignoram ou fingem não compreender que se queira exercer uma parcela de soberania nacional. Como as regras vigentes não vêm sendo, neste setor, aquelas que estão acostumados a

ditar, consideram-nas pouco claras.

Preparam-se para agir em fóruns internacionais (Gatt, por exemplo) e tentam incluir a discussão dessas regras nas negociações da dívida externa do país.

No Congresso, algumas vozes alinhadas com os interesses transnacionais já se fazem ouvir, lideradas por Roberto Campos.

Mas, também no Congresso, a política de reserva de mercado de informática começa a ser objeto de estudo e análise dos parlamentares comprometidos com os interesses populares. Em meados de junho de 83 realizou-se no Senado Federal amplo debate sobre as origens, finalidades e resultados da política de informática. Houve razoável entendimento de que os resultados positivos já alcançados devem ser preservados, cabendo ao Congresso legitimar as ações e políticas que devem ser adotadas no setor daqui em diante.

Outra não era a posição dos profissionais de processamento de dados que, desde o início, propugnavam e mesmo cobravam dos parlamentares uma política de informática nacionalista e democrática. Uma informática voltada aos interesses da população, que preserve a soberania nacional, os direitos dos cidadãos e as conquistas alcançadas, não pode ficar subordinada aos interesses das transnacionais e nem é produto exclusivo de profissionais de processamento de dados. Os próprios profissionais da área dão o testemunho disso quando propõem a democratização da política de informática e a sua legitimação no Congresso. Há, contudo, uma longa estrada a ser percorrida.

O destino social da Informática é uma questão que deve ser debatida amplamente num momento em que o país se reencontra com as prerrogativas de um regime democrático.

ASSINE CRÍTICA da Informação

Você gosta de cinema, tv, rádio, jornais e revistas? Ou você está insatisfeito com o que estes meios têm apresentado ao público? De uma forma ou de outra, é necessário conhecê-los melhor. Por dentro.

Como funcionam. Qual a lógica que está por trás de seu conteúdo. Uma das maneiras de obter este entendimento é ler Crítica da Informação.

Nome:
Endereço:
CEP.: Cidade: Estado:
Data: .../.../...
Assinatura:

**CFA — Costa Filho Editores
Associados**
R. Morgado Mateus, 579
04015 — São Paulo — SP
**Fones: 549-5106/66-9384/
67-0098**

Estou enviando cheque nominal para Costa Filho Associados no valor de Cr\$ 3.600,00 para receber seis edições de Crítica da Informação a partir do nº

comunicação

CHILE: mulher como presidente dos jornalistas

Uma jornalista de 35 anos, Patricia Verdugo, é a atual presidente do Conselho Metropolitano do Colégio de Jornalistas de Santiago do Chile. Trata-se de uma das poucas mulheres que chegaram a ocupar esse cargo em uma profissão que só agora está sendo ocupada no Chile por elementos femininos. Redatora política da revista *Hoy*, correspondente no Chile da Televisa e coordenadora da OIM (Organização Mundial da Mulher) em Santiago do Chile, Patricia Verdugo somou às suas atividades diárias a difícil tarefa de presidir uma entidade tão fundamental nesses dias como é o Colégio de Jornalistas. Mas Patricia Verdugo está consciente das dificuldades que encontrará: "Em períodos de normalidade, a função do Colégio é defender os interesses sindicais, o aperfeiçoamento profissional etc. No entanto, agora a grande tarefa do Colégio é, claramente, travar a árdua batalha pela liberdade de imprensa e expressão". Patricia Verdugo escreveu um livro, junto com o sociólogo Claudio Orrego, com testemunhos de familiares de desaparecidos, chamado "Ferida Aberta". O seu próprio pai, construtor civil, militante da democracia cristã, desapareceu em julho de 1976 e seu corpo foi encontrado no rio Mapocho. Para Patricia, "nenhum desses excessos jamais teriam sido cometidos no Chile, se tivesse existido uma imprensa livre".

Protesto dos jornalistas

A organização dos jornalistas do Chile condenou "da forma mais enérgica" as "agressões flagrantes cometidas contra profissionais da informação nacionais e estrangeiros durante a recente quinta jornada de protesto nacional pelo retorno à democracia".

Numa declaração pública, a organização repudiou "agressões policiais" contra jornalistas de diversos meios informativos do país, a detenção de vários correspondentes estrangeiros num bairro da capital chilena e a proibição de ingresso no país ao subsecretário do jornal *El País* da Espanha.

"Os fatos desmentem as declarações do ministro secretário-geral do governo, que declarou que no Chile existe absoluta liberdade de imprensa e de informação", assinala a declaração. E acrescenta: "fica pelo menos grotesco, as forças policiais, que recebem ordens da mesma autoridade (que fez aquela afirmação) reprimirem com paus, bombas de gás lacrimogêneo e jatos d'água, aqueles que buscam exercer a livre expressão através

de protestos e aqueles que querem exercer sua liberdade de trabalho e de imprensa".

A organização sustenta que existe uma "relação direta entre esses atos de força e uma autoridade que não deseja que a opinião pública nacional e internacional seja informada oportuna, completa e verdadeiramente do que acontece no país". E acrescenta: "Como consequência lógica, cremos que só mudanças de fundo no país permitirão a plena vigência da liberdade de expressão e da imprensa que os jornalistas e os cidadãos desejam".

Não-Alinhados: reunião sobre comunicação

O diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), Amadou Mahtar M'Bow, inaugurará em 9 de dezembro, em Nova Délhi, Índia, a Conferência do Movimento Não-Alinhado sobre os Meios de Informação (Namedia). A secretaria da Namedia informou, no início do mês, que a conferência, programada inicialmente para setembro, foi adiada para se ajustar ao calendário de atividades de M'Bow. A reunião, de quatro dias de duração, servirá para a análise dos meios de se concretizarem as metas, no contexto da Nova Ordem Informativa Internacional, assinalou esse comunicado.

Unesco: aprovado o projeto andino de televisão

Um projeto para a criação de um sistema de distribuição de programas andinos de televisão foi aprovado na quarta sessão do Conselho Intergovernamental do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (PIDC) que se realizou na cidade de Tashkent, na União Soviética.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) instituiu o PIDC em 1978 para desenvolver as infra-estruturas de comunicação dos países do Terceiro Mundo. O projeto andino, que engloba a Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, tem uma duração de três anos e um custo total de um milhão 800 mil dólares dos quais o PIDC se propõe a dar 430 mil.

A criação do sistema andino permitirá produzir uma série de programas sobre temas de História Contemporânea da América Latina, transmissões infantis e reforçará a rede de distribuição da sub-região.

Os meninos da Malanga

Um poeta moçambicano relembra os seus tempos de criança durante o colonialismo

Etevaldo Hipólito

Uma das canções políticas mais populares em Moçambique lembra que ninguém deve esquecer “o tempo que passou”. A letra da música fala das humilhações e vexames sofridos pelos moçambicanos durante o período colonial português. Lembrar sempre o passado é uma das preocupações principais de Raul Alves Calane da Silva, o poeta autor do livro “Os meninos da Malanga”, que acaba de ser lançado em Moçambique. Em quase todos os seus poemas, Calane da Silva associa as lembranças do passado colonial com a necessidade de desmontar um modelo de sociedade e formas de pensar, que mesmo eliminadas no plano político-institucional, sobrevivem ainda no cotidiano.

Raul Alves Calane da Silva é filho de pai português e mãe mestiça de indiano e negro. O colonialismo marcou a sua infância e adolescência porque foi obrigado a viver sempre discriminado em relação à elite de origem europeia. Quando foi tentar emprego num jornal, teve que assinar as provas de seleção apenas com os seus dois primeiros nomes, sendo assim confundido com um português. Depois da independência, Calane da Silva assumiu toda a sua identidade, como participante do esforço dos moçambicanos de implantar uma sociedade radicalmente nova, sem discriminações e opressão interna.

80 - terceiro mundo



Calane da Silva: deve-se desmontar o modelo de sociedade colonial e suas formas de pensar

A resistência cultural

Num de seus poemas, ele fala da mãe branca que batia em seu filho para impedir que ele falasse o *landim*, a língua usada pelas crianças negras. “O poema reflete a existência de dois mundos radicalmente diferentes — diz Calane da Silva. Dois mundos culturais num país que era extremamente estratificado. Os portugueses viviam em casas de alvenaria construídas por nós, que morávamos em casebres. Havia uma fronteira clara, que muitas vezes era violada. Os filhos dos portugueses brincavam com crianças

negras, burlando a vigilância familiar. A violação da linha divisória racial era punida com castigos para evitar a assimilação da cultura alheia. Nós também sofremos um processo de assimilação cultural. Nas escolas só nos ensinavam a religião, os costumes, as tradições e a história de Portugal. Mas nós, sempre que podíamos, recorriamos intuitivamente à nossa própria cultura. Usávamos sempre a nossa língua mãe para cantar, dançar e contar histórias. E isso fez com que desenvolvêssemos o sentido da resistência cultural”.

Calane da Silva concebe os

no. 59 — outubro — 1983

seus poemas como um testemunho, em linguagem simples e direta. Sem floreios, ele descreve de forma clara e até brutal a realidade que o cercou durante a infância e adolescência. É o caso das divergências entre negros e mulatos, uma das sequelas deixadas pelo colonialismo português que ao longo de quatro séculos de dominação, sempre procurou jogar os moçambicanos uns contra os outros.

Negros e mulatos

“Conquistada a independência e feita uma opção livre pelo socialismo, nem por isso, os males do colonialismo acabaram de uma vez por todas. Muitos mulatos e negros moçambicanos ainda não se libertaram dos complexos impostos à suas mentes pelos portugueses. O que acontece agora, é que os problemas são discutidos abertamente. Ao longo da história colonial de nosso país, o mulato sempre reivindicou a cultura africana. Ele bebeu do seio da mãe negra, de quem a grande maioria herdou

a sua realidade cultural. Daí a razão dos aplausos de cem mil pessoas ao presidente Samora Machel quando ele declarou recentemente num comício, que o mulato é um negro. A questão do mulato não é um fato isolado, é sobretudo uma questão política. No passado, ela sempre foi usada pelos portugueses para dividir os moçambicanos de origem indiana, europeia e outras procedências. Esse mesmo fenômeno foi o responsável pelo ‘tribalismo’ e pelo ‘regionalismo’, tão estimulados na era colonial.”

O autor do livro “Os meninos da Malanga” acredita que o intelectual não deve viver confinado em escritórios, rodeado de livros e distante da realidade externa. Para Calane da Silva, o intelectual tem obrigações políticas concretas porque deve ser o receptor mais amplo da cultura popular nas *machambas* (fazendas estatais), nas fábricas e nas aldeias comunais. “O intelectual revolucionário não se limita a descrever a realidade que o rodeia, os fenômenos que observa,

e as dificuldades do povo. Ele é um agente ativo de transformação da sociedade. Deve ir à fábrica e às aldeias, ouvir as histórias dos mais velhos, reunir as fábulas do nosso patrimônio literário oral e depois retransmitir tudo isso aos mais jovens. Com isso, estamos dando os primeiros passos para criar uma nova literatura moçambicana. Isso tudo serve também para enriquecer o escritor, que nesse processo recolhe para si mesmo uma vivência mais real do mundo que o cerca, complementando-o como um participante de uma sociedade em transformação”.

Calane da Silva também deixa claro que o intelectual não pode ser neutro, que em vez de *slogans* estereotipados, deve usar como arma de combate o seu conhecimento e a sua capacidade de entender o povo e a realidade que o cercam. “A neutralidade não existe quando está em jogo a defesa da cultura e da soberania nacional. Nesse sentido, a literatura passa a ser uma trincheira”, completa o escritor. ●

DOS MENINOS DA MALANGA

Mukhokweni
não é só lugar de cocos.
Mukhokweni
também tem história
retida na íris
dos meninos da Malanga.
Vivíamos a monte
entre coqueiros, pamas e piteiras
e tínhamos tudo!
Crianças sempre esfarrapadas
mulheres grávidas todos os anos
xibalos-carregadores
e magafas endinheirados
que os mabandido por vezes
esfaqueavam.
A polícia também investia
para metralhar corpos
a efetuar prisões
mas em Mukhokweni
sobretudo
vivíamos entregues a nós mesmos.

Vinte e quatro anos são passados
sobre os coqueiros, pamas e piteiras
de Mukhokweni ora urbanizado.
Mas os gritos
pragas e imagens continuaram
doidamente condensados
nos nossos corações já amadurecidos.
Jacinto, Fernanda, Madala
e tu Kadir?

Não me mente
este tempo historiado!
Agora
meninos totalmente diferentes
vivem em Mukhokweni
sem coqueiros, sem pamas e sem piteiras.
Porém
quando passo no lugar
quase sem rancor
choro
milhares de pessoas
que Mukhokweni marcou para sempre!

(1969)

Costa-Gavras faz um filme sobre a Palestina

O famoso realizador
relata as atitudes dos israelenses
diante do fato da guerra

Um filme europeu que estreou na França no início de setembro (*Hanna K.*, de Costa-Gavras e Franco Solinas, apresentado em *première* mundial no Festival de Veneza a 4 de setembro passado), escolheu o conflito do Oriente Próximo como tema principal, basicamente pela perspectiva do despojamento dos palestinos de suas terras.

"O ruído dos motores se aproxima. Os jipes param nervosamente. Os soldados descem, se espalham e dão aos habitantes a ordem de evacuarem o local, sabendo que têm o poder de fazer isso. A família se reúne mais ao longe, do lado de fora, e olha, espera. Alguns homens desenrolam os carretéis de pavios, colocam a carga e se retiram. Uma ordem. Um silêncio. E a explosão, a casa voando em pedaços e tornando a cair, um monte de ruínas. Os soldados vão embora, como depois de uma operação de comando bem sucedida."¹

Essas são as primeiras imagens na tela. Sobre o fato real, a imprensa oficial divulgará que o exército israelense dinamitou uma casa árabe cujos ocupantes eram suspeitos de terem escondi-

do "terroristas".

O êxodo, os campos de refugiados, o surgimento da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que Israel vê como seu principal inimigo, têm suas raízes nessa dura guerra pela terra, sempre eclipsada pelos espetaculares confrontos árabe-israelenses ou pelas rivalidades interárabes.

Obra de dois autores famosos no mundo inteiro — Costa-Gavras ("Z", "Estado de sítio", "A confissão", "Desaparecido") e o último trabalho de Franco Solinas antes de sua morte ("O bandido Giuliano", "A batalha de Argel", "Queimada"), *Hanna K.*, nos chega depois de filmes cujo sucesso já estava garantido em parte devido à familiaridade do público com os temas tratados, seja a Grécia dos coronéis, a América Latina ou a Tchecoslováquia.

Desta vez, com o Oriente Próximo, o realizador escolheu um problema complexo e de difícil solução, principalmente depois da guerra no Líbano, iniciada no verão de 1982.

Simbologia e realidade

Avançando em terreno minado, Costa-Gavras e Solinas contam uma história banal: uma mulher (*Hanna*, que dá nome ao fil-

me), israelense, é encarregada de defender um palestino perante a Justiça e, no fim, fica apaixonada pelo seu "cliente". Com poucas personagens, a intriga romanesca, em torno de um processo já menos banal, serve de pano de fundo para a descrição da complexa situação na qual se debate hoje a sociedade israelense.

Nesse filme, a arte do diretor consiste em multiplicar os símbolos, como essa casa árabe, símbolo da terra árabe, que seu antigo proprietário se obstina em querer recuperar há cinco anos. Cada uma de suas entradas clandestinas nos territórios ocupados figura como suspeita de terrorismo (argumento radical para não se ter escrúpulos) e faz com que ele seja levado ao tribunal militar e à prisão.

Um outro símbolo é a inexistência jurídica desse palestino (Sélim Akkar, no filme), que vem de lugar nenhum, sem identidade e que, no entanto, está ali, diante de seus juízes e de sua advogada.

"Hanna, a heroína principal, tem uma evolução psicológica que faz compreender que as coisas não são tão simples ou sórdidas. De origem norte-americana, jovem e bela, é ela — e não, paradoxalmente, os juízes militares — que encarna a sociedade israelense". A injustiça, para ela, fica evidente quando ela constata *in loco* a existência desta casa palestina transformada em museu, plantada como um espinho na nova colônia israelense no território ocupado, cujos habitantes — judeus vindos da Rússia — "construíram com suas próprias mãos..."

Micheline Paunet, em sua análise do filme, afirma: "No momento em que um povo oprimido fica forte e comete uma injustiça contra um outro povo, Costa-Gavras procura quebrar os tabus. E o faz com uma grande sobriedade de linguagem, que atesta seu domínio do assunto e o seu sangue-frio político".

¹Extraído do artigo "La dépossession et le refus", escrito pela jornalista francesa Micheline Paunet, *Le Monde Diplomatique*, setembro de 1983.

BRASIL: "1º Festival de Música do Terceiro Mundo"

Já não se fazem festivais como antigamente... Felizmente! Pouco a pouco o plano da cultura, e em particular o da música, começa a dar sinais de sintonia com transformações e reordenamentos que se processam em outras estruturas brasileiras como a política e a econômica. Uma prova disso é o festival que está sendo organizado na cidade do Rio de Janeiro pela Funarte, através do Instituto Nacional de Música, que leva o nome de "1º Festival de Música do Terceiro Mundo".

Será uma série de cinco palestras e cinco concertos com música de países da América Latina, África e Ásia. A idéia do festival é esboçar um panorama da criação musical dos povos terceiro-mundistas diferenciando-se das iniciativas que têm como objetivo estar em dia com as últimas novidades musicais dos grandes centros do poder mundial, que depois nos impõem sua produção a partir das transnacionais do disco.

O Festival não será um evento exclusivamente dedicado ao que se convencionou chamar de "música contemporânea", já que compreende manifestações no campo da música tradicional, como a apresentação do citarista indiano Arwind Parikh, ou mesmo na área etno-musical, como o trabalho que vai ser apresentado pelo grupo Karawara-Tatá-Upá, do Pará, sobre a cultura musical indígena. Todos os concertos estão sendo realizados às segundas-feiras, às 21h na Sala Funarte Sidney Miller e se estenderão durante todo o mês de outubro. As palestras e mesas-redondas estão sendo realizadas às 18:30hs na Sala do Conselho Curador da Funarte, na rua Araújo Porto Alegre, 80.

No dia 29/10, às 14h, na Sala Guiomar Novaes (Sala Cecília Meireles) será a palestra "Introdução à Música Clássica da Índia", ministrada pelo prof. H. J. Koellreutter. Às 16:30hs, também na Sala Cecília Meireles, apresentação dos artistas indianos Arwind Parikh (*sitar*) e Mohammad Ahmed (*tabla*). Todas as atividades têm entrada franca.

HAITI: Denunciam desaparecimento do poeta e cineasta Rossoul Labuchin

O poeta e cineasta haitiano Rossoul Labuchin foi preso em 29 de agosto passado em Porto Príncipe e seu paradeiro não foi revelado pela polícia haitiana, denunciaram recentemente na capital mexicana.

Labuchin, cujo verdadeiro nome é Ives Medard, regressou a seu país em julho passado de-

pois de um longo período de exílio no México, confiando nas garantias que lhe deu o governo do Haiti, segundo informou Paul Laraque, secretário-geral da Associação de Escritores Haitianos.

O governo de Duvalier ainda não reconheceu o fato nem explicou as razões da detenção.

PORTUGAL: Congresso sobre a língua portuguesa

Durante alguns dias, congressistas vindos de várias partes do mundo discutiram, em Lisboa, a situação atual da língua portuguesa. Patrocinado pela Unesco e pelas autoridades governamentais portuguesas, o congresso teve como impulsores professores universitários e foi assistido por 850 participantes, representando vários pontos do globo onde se fala a língua portuguesa. Pretendeu-se questionar o português falado por 150 milhões de seres, por meio de:

1. levantamento das comunidades de língua portuguesa no mundo e análise dos seus problemas lingüísticos e sócio-culturais;
2. estudo das formas de preservação e alargamento da presença da língua e da cultura portuguesa no mundo;
3. desenvolvimento dos modos de cooperação e intercâmbio científico, cultural e pedagógico entre todos os que se dedicam ao estudo, ensino e pesquisa da língua portuguesa;
4. exame dos problemas de ordem científica e didática que se colocam ao ensino do português como primeira língua nas comunidades de emigrantes ou como segunda língua nos países de expressão oficial portuguesa e outras comunidades ou, ainda, como língua estrangeira (casas de cultura portuguesa, departamentos universitários etc.);
5. estudo e valorização da língua portuguesa, como instrumento de criação literária nas modalidades da sua dinâmica atual.

Algumas intervenções marcaram o encontro, presidido pelo presidente português Ramalho Eanes, demonstrando que, por toda parte onde o português é falado, tenta-se fazer esforços no sentido de sua não-adulteração, por um lado, e no sentido do respeito pela sua própria diversidade, por outro.

O professor Celso Cunha, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, declarou: "Conservemos as nossas particularidades, as nossas diversidades, mas que sejam discretas e nítidas, para não impedir a circulação do idioma e para que se faça ouvir a voz de cada pátria".

Nicarágua

A história da Frente Sandinista

Tomás Borge relata o surgimento, os fracassos e as vitórias do movimento que vanguardizou a luta do povo nicaraguense

"Barricada"



Borge: o único fundador sobrevivente

O Comandante Tomás Borge, ministro do Interior da Nicarágua, focalizou a história da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), a partir de sua fundação em 1961, até seu triunfo revolucionário e a ascensão ao poder em 1979, durante o 2º Seminário Nacional de instrução política "Comandante Iván Montenegro Báez", realizado em maio passado em Manágua.

Publicamos a seguir os trechos mais significativos da sua intervenção, com a certeza de que ela ajuda a compreender melhor a revolução da Nicarágua e a estratégia e táticas de luta da FSLN, vanguarda histórica do povo nicaraguense. Borge é o único sobrevivente dos fundadores da FSLN. A reflexão constitui uma primeira avaliação crítica e didática acerca do movimento revolucionário nesse país centro-americano.

Quem matou Sandino pensou ter matado a Revolução e até a possibilidade da Revolução. Essa espécie de superstição, parecida com o fetichismo, da qual todo mundo tem sido de alguma forma vítima, não é alheia à dimensão com que se pretende situar os indivíduos acima da história ou convertê-los em arquétipos exclusivos da história.

A outra face da moeda é negar o papel dos indivíduos na história. Entretanto, a história — que não é um simples ruído como afirmava Montaigne — se dá sob determinadas condições e é regida por leis que atuam independente da vontade individual. Erraram portanto, mais uma vez neste caso concreto, aqueles que pretenderam reduzir ao pó da amnésia aquele que se converteu em algo mais do que o exemplo do povo nicaraguense. As condições materiais que haviam permi-

tido que Sandino se santificasse para apontar o caminho das lutas do povo continuaram vigentes, depois de sua morte, com a dominação política e econômica dos Estados Unidos.

O domínio de um órgão brutal de repressão e a morte de Sandino transformam o período que vai de 1934 a 1956 num obscuro e triste parêntese que se expressa, na prática, em um declínio do movimento revolucionário. O povo continuou lutando com insistência, débil, fraco no orgânico e no ideológico. O que fazia falta naquele momento? Faltava, sem dúvida, uma direção revolucionária. As condições objetivas eram visíveis e dramáticas: fome, miséria, desnutrição, analfabetismo, insegurança social, uma cultura ridícula, adocicada e importada como "chicletes Adams". As condições subjetivas, organização e consciência eram invisíveis por serem naquele momento virtualmente inexistentes. Essa contradição entre condições objetivas e subjetivas fez com que o povo descobrisse que sem uma vanguarda não era possível derrubar a ditadura somozista.

Com o cultivo do algodão a partir da década de 50, se concretiza historicamente o desenvolvimento do capitalismo na Nicarágua, que toma o estreito caminho da agricultura monoexportadora cuja estrutura produtiva está ligada à demanda do mercado mundial capitalista. O algodão impôs o selo ou deu um caráter agroexportador à economia nicaraguense e foi um sintoma importante no processo de desenvolvimento das relações de produção capitalista na agricultura.

Isso teve influência na consolidação do Estado e no desenvolvimento de algumas atividades industriais e comerciais relacionadas especialmente

com o deslumbrante e instável mercado do algodão. O resultado foi uma maior polarização dentro de uma realidade histórica que, via de regra, se quer negar nas tribunas e nas tertúlias da burguesia. Uma polarização das classes exploradas e dos exploradores, que coloca em nosso país, num extremo, a burguesia agroexportadora e os grupos comerciantes e industriais e, no outro, os trabalhadores agrícolas. É assim que se consolida o processo de proletarianização que se iniciou em fins do século 19 com o cultivo do café e que ajudou para uma maior concentração da terra e, finalmente, para o desenvolvimento tecnológico da produção algodoeira. Através do governo somozista e suas leis agrava-se a luta de classes entre exploradores e explorados.

A crise econômica de 56, iniciada nos mercados capitalistas, submete a economia nicaraguense às oscilações cíclicas da demanda externa (queda no preço do café e do algodão e diminuição dos volumes de exportação). A crise do modelo agroexportador golpeia as taxas de lucro e aumenta o mal-estar popular. Entretanto, o proletariado agrícola e o semi-proletariado, surgidos junto com as flores do algodão, assim como o nascente proletariado urbano, não são capazes ainda de responder coletivamente à repressão e à miséria.

Isso explica porque não há uma organização política com lucidez estratégica para superar a paralisção, o mutismo e a inanição. Dentro do quadro dessas condições é que ocorre a execução de Somoza García, o velho, por Rigoberto López Pérez que, em 21 de setembro de 1956, marcou o princípio do fim da ditadura. Depois de Rigoberto, 20 movimentos armados surgem ao longo da crise rompendo esse parêntese fatal.

A partir dos anos 60, começa-se a dar impulso ao projeto de integração econômica centro-americana. Esse projeto se inscreve, com um sorriso mais amplo que os recursos comprometidos, dentro da estratégia desenvolvimentista.

A Aliança para o Progresso correspondia a um novo período expansionista do investimento estrangeiro norte-americano. Este se dirigia agora principalmente ao setor industrial já que a concepção original do Mercado Comum Centro-Americano procedia da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e sua concepção desenvolvimentista de como superar o subdesenvolvimento. Os planos iniciais previam um processo gradual de substituição de importações e desenvolvimento industrial equilibrado. Esse projeto foi rapidamente distorcido pelas condições impostas pelo financiamento. O Mercado Comum não era mais do que o marco político institucional que permitia a transferência e o remanejamento do capital local e estrangeiro no setor industrial, como uma tentativa



Sandino: pioneiro e exemplo de luta

*"Erraram aqueles
que pretenderam reduzir
ao pó da amnésia aquele que
se converteu em algo
mais do que o exemplo do
povo nicaraguense"*

de solidificar as bases de acumulação desse setor. Tentativa distorcida, porque dentro da estratégia integracionista não se considerava a Reforma Agrária e a redistribuição da renda como uma pré-condição do desenvolvimento industrial. A ação de Rigoberto, tal como se tem repetido muitas vezes, não foi um ato terrorista, porém não podemos nos resignar a dizer isso e nada mais; temos que dizer também que obedecia às condições do subdesenvolvimento e atraso econômico e cultural sob as quais se tende a individualizar os conflitos sociais. A uma expressão individualizada tão dramática como a de Somoza correspondia, naquele momento, uma resposta desse mesmo caráter. Isso explica também por que uma ditadura pessoal militar era

um instrumento adequado para garantir a dominação estrangeira e oligárquica.

A ação de Rigoberto deixou claro que o ditador não era fisicamente invulnerável e isso foi o primeiro passo para que a consciência do povo conseguisse perceber as forças sociais que se escondem por detrás do poder aparentemente pessoal.

A Revolução Cubana, como observa Carlos

*"A Aliança para
o Progresso correspondia
a um período expansionista
do investimento estrangeiro
norte-americano"*

Fonseca, influiu na Nicarágua mesmo antes de seu clímax vitorioso. Como assinalamos no folheto "Carlos, o amanhecer já não é uma tentativa": "A vitória da luta armada em Cuba, mais do que uma alegria, é o descerrar de inumeráveis cortinas, fogos que iluminam para mais além dos dogmas ingênuos e tediosos do momento. A revolução cubana foi, certamente, um calafrio de terror para as classes dominantes da América Latina e um violento choque às subitamente tristes relíquias com as quais havíamos iniciado nossos altares. Fidel foi para nós a ressurreição de Sandino, a resposta a nossas dúvidas, a justificação dos sonhos, das heresias de algumas horas atrás".

Porém, as ações repressivas da ditadura eram a nível político apenas a expressão de um dos rostos da contradição. As classes populares procuraram, entre gritos recém-treinados, sua expressão política na Juventude Patriótica, em greves de professores, greves dos trabalhadores, manifestações estudantis, na invasão de terras, na criação de sindicatos e confederações trabalhistas e camponesas e, pouco depois, nessa espécie de preâmbulo que se chamou de Nova Nicarágua.

Dessa agitação popular participaram setores que nunca haviam se manifestado abertamente contra o regime somozista. A agitação colocou em destaque a incapacidade congênita da burguesia nicaraguense, ou mais exatamente, a ausência de uma burguesia nacional com capacidade para assumir a direção do movimento anti-somozista.

Os movimentos armados cobriram de sangue e reforços a geografia nicaraguense embora não tenham conseguido incorporar naquele momento todo o povo à luta armada. Todas as ações espontâneas com que as massas iluminaram essa fase inicial de ascensão revolucionária, nos serviram para detetar o potencial revolucionário do povo nicaraguense e destacou a necessidade de um comando

e de uma organização revolucionária.

Em julho de 1961, surge a Frente Sandinista de Libertação Nacional. Esse acontecimento histórico representou a alternativa popular oposta à alternativa burguesa reformista na luta contra o somozismo. Não podemos falar de uma vanguarda sem uma teoria de vanguarda. Ao nos referir à criação da vanguarda devemos sublinhar o resgate, feito por Carlos Fonseca, de Sandino e de suas idéias revolucionárias. Carlos viu em Sandino e suas idéias não um símbolo etéreo, não um símbolo abstrato, mas um guia para a compreensão da realidade nicaraguense e sua transformação revolucionária.

Poderíamos dizer que o pensamento de Sandino se resume em duas grandes idéias resgatadas por Carlos Fonseca:

Só os operários e camponeses são capazes de lutar até o fim contra o imperialismo e seus representantes políticos locais. Com isso, a intuição de Sandino captou antes de tudo o caráter classista do movimento revolucionário, a luta de classes como motor da história. Além de apontar os operários e os camponeses como os elementos fundamentais dessa luta, captou a forma popular que o movimento revolucionário na Nicarágua necessariamente devia adotar. Nas condições econômicas, sociais e políticas da Nicarágua, a luta armada era a única via que podia conduzir à transformação revolucionária da sociedade.

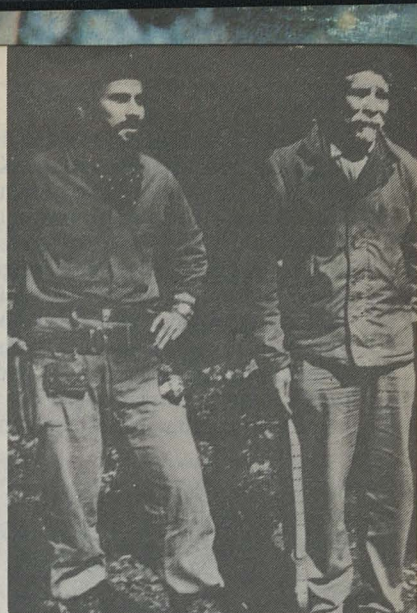
Isso dito agora parece uma afirmação muito óbvia, porém, naquele momento, quando as contradições conceituais estavam desempenhando seu papel, era muito importante resgatar esta idéia essencial de Sandino: "A liberdade não se conquista com flores, mas à bala", disse o general e isso se tornou para nós um ótimo lugar-comum, um axioma para a formação de um exército popular.

Nestas duas grandes idéias se resume a estratégia que nos conduz à vitória: a combinação da luta guerrilheira com o movimento de massas, através de uma dialética pela qual os guerrilheiros se tornaram povo e o povo, exército.

Essas idéias eram incontestáveis, de raízes enteradas na Nicarágua, conjugadas com a teoria revolucionária na qual se sintetizam as experiências de todas as revoluções. E foi a aplicação dessa concepção, sem dogmatismos, que levou um punhado de homens revolucionários a fundarem a Frente Sandinista de Libertação Nacional em 1961. O surgimento da Frente Sandinista confirmou a veracidade das palavras de Sandino quando afirmou: "Nós iremos para o sol da liberdade ou para a morte, e se morrermos não importa, nossa causa continuará vivendo, outros nos seguirão". A causa de Sandino efetivamente continuava vivendo e a Frente Sandinista não fazia outra coisa senão assumi-la sob condições materiais distintas e sob o comando de uma



Grupo de combatentes da Frente Revolucionária Sandino, criada em 1959



O comandante Martínez (à esq.), junto com o coronel Salinas

teoria revolucionária.

A luta armada se inicia com a guerrilha do Rio Coco e Bocay em 1963 e foi a primeira ação preparada por um grupo revolucionário mais ou menos homogêneo do ponto de vista militar e do ponto de vista político-ideológico. Deve-se levar em conta que nessa época na América Latina havia se divulgado uma interpretação esquemática da revolução cubana que isolava a guerra de guerrilha do movimento de massas. Já nos referimos à concepção bem diferente na qual se baseava a Frente Sandinista de Libertação Nacional e este assunto deveria ser estudado algumas vezes para analisar um pouco a luta dos povos na América Latina, suas dificuldades, seus fracassos, seus sucessos. Entretanto, a unidade entre a teoria e a prática não é algo que acontece desde o começo e de uma vez por todas; antes, é preciso conquistá-la através da luta, e este princípio teve que ser reconhecido pela vanguarda desde o primeiro momento, desde a primeira experiência armada.

Em Rio, Coco e Bocay havia-se preparado uma infra-estrutura mínima de massas em apoio à guerrilha, não dentro da área onde se iniciou a luta guerrilheira, porque alguns esforços que se fizeram nesse sentido se chocaram contra a teimosia de algumas concepções mecanicistas. O erro tático, dentro de uma correta concepção geral, se tornou para nós uma primitiva e difícil aprendizagem que nos reafirmou a justeza da concepção geral e revelou desde o começo a importância do trabalho entre as massas e com as massas.

A experiência do Rio Coco e Bocay constituiu uma derrota, não exatamente uma derrota do ponto de vista militar, porque os principais problemas que aí ocorreram não se originaram nos confrontos

armados. Os problemas decorriam da falta de condições imediatas no local para a sobrevivência da guerrilha: não existiam linhas de abastecimento, a natureza lá é muito inclemente, faltava até comida, roupa e finalmente faltavam armas. Isso nos levou, pois, à decisão de regressar à base original.

Essa experiência, porém, coincidiu (e também influenciou) com um descenso temporário do movimento anti-somozista. Isso se deveu, também, a

“O surgimento da Frente Sandinista confirmou a veracidade das palavras de Sandino, quando afirmou: ‘Nós iremos para o sol da liberdade ou para a morte, e se morrermos não importa, nossa causa continuará vivendo’”

que no plano econômico fosse um período de auge, a melhor época do somozismo desse ponto de vista, e isso tudo foi aproveitado cabalmente pelos grupos mais dinâmicos da burguesia. Esses grupos eram capazes de combinar seus interesses agroexportadores e comerciais com a nova conjuntura de industrialização ligada à política econômica estatal.

No campo político, os condicionamentos da nova estratégia desenvolvimentista do imperialismo

para a América Latina, a chamada "Aliança para o Progresso", foram a resposta que Kennedy deu à revolução cubana na América Latina. Porém, essa famosa Aliança, que foi tão propagandeada, alterou a fachada externa de muitos lugares na América Latina e, no que se refere à Nicarágua, deu certa roupagem à ditadura somozista. Assim, surge — como variante da forma de dominação política da ditadura — este regime civilista e mascarado de René Schick, cuja permanência no poder possibilita antes de tudo a reorganização da política burguesa no quadro de uma luta estritamente eleitoral.

*"A partir de 1967,
a FSLN estabeleceu um
contato direto com o povo,
utilizando para isso
seus próprios mecanismos
de base clandestinos"*

Essa situação produz um certo pessimismo em relação à possibilidade de dar continuidade à luta armada, porém a FSLN já existia, com sua vontade de lutar, e tinha se organizado por cima dos fatores estritamente guerrilheiros, diferente de outros agrupamentos exclusivamente guerrilheiros, que desaparecendo como guerrilha, desapareciam também como organização. Nós crescemos acima de uma concepção guerrilheira, ultrapassamos esse limite, e quando a guerrilha desapareceu temporariamente, continuou existindo a Frente Sandinista de Libertação Nacional.

A experiência do Rio Coco (ou *Wankí*, como dizem os *miskitos*) e Bocay constituiu uma derrota que coincidiu com uma diminuição temporária do movimento anti-somozista. No entanto, conseguiu-se estabelecer, entre 1963 e 1966, um certo contato com as massas em bairros, centros de trabalho, meios estudantis e sindicatos no campo. Esse trabalho entre as massas foi levado à frente não só através dos organismos intermediários da FSLN — tais como os Comitês Cívicos Populares e a famosa Frente Estudantil Revolucionária —, mas também através de uma aliança temporária com o Partido de Mobilização Republicano, que deixou de existir logo depois, e o Partido Socialista Nicaraguense, que ainda existe.

A partir de 1967, a FSLN estabeleceu um contato direto com o povo, utilizando para isso seus próprios mecanismos de base clandestinos, a partir de onde se desenvolvem os mecanismos abertos.

No decorrer do ano de 1966, a FSLN procede à preparação da ação guerrilheira de Pancasán, divulgando um comunicado assinado por dirigentes da Frente Sandinista, entre os quais estava a assinatu-

ra da companheira Doris Tijerino, que se assinava Conchita Alday. Pela primeira vez, nessa experiência, a guerrilha conseguiu desprender-se do caráter invasor que a tinha definido: em Pancasán, as ações armadas foram organizadas não em Honduras, mas nas montanhas do centro do país. Foi em Pancasán e Fila Grande que se centraram os trabalhos da preparação guerrilheira, com o apoio de camponeses da região e onde começam a se destacar companheiros como Oscar Turcios e Rigoberto Cruz — que já tinha estado (este último) na incursão armada de 1963 — e outros companheiros.

Nessa jornada, a vanguarda sofreu uma derrota militar que depois foi analisada com muita propriedade por Ricardo Morales. E quando nós começamos a analisar mais profundamente essa história, teremos de levar em consideração toda essa bibliografia que coleta essas situações.

No entanto, essa experiência teve um significado imenso para a luta revolucionária; a luta armada é reafirmada, ao se confirmar a impossibilidade de se conseguir a derrubada da ditadura militar por meios pacíficos. Quando digo é reafirmada, é porque o povo nicaraguense adquire consciência de que só a luta armada é capaz de derrotar a ditadura somozista. Isso significa um total descrédito para os chamados métodos cívicos de luta, que depois ficaram famosos, apesar de tudo, desde os púlpitos de nossas igrejas católicas por parte de alguns hierarcas, que sempre insistiram na necessidade da luta cívica até os últimos instantes da ditadura somozista. No entanto, na consciência do povo, essa posição fica desacreditada e aí a necessidade da luta armada adquire força.

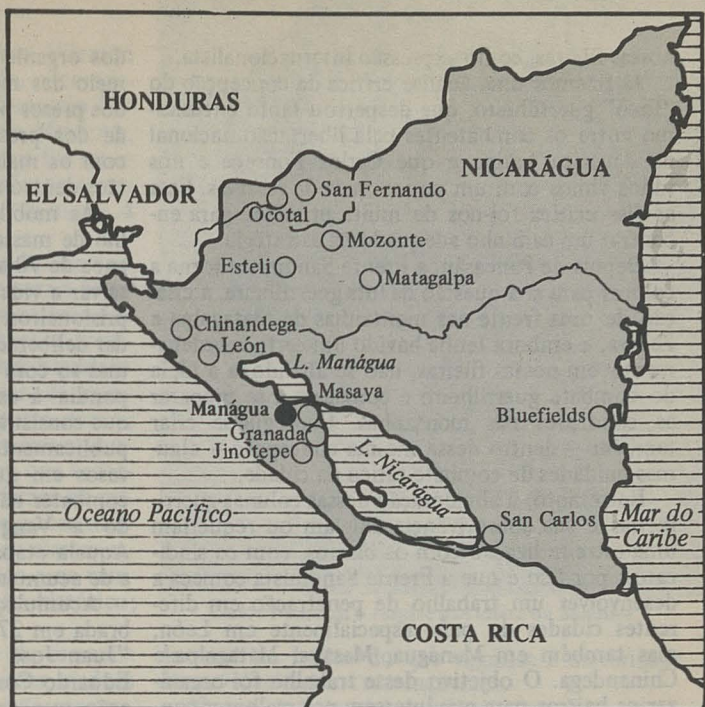
A 22 de janeiro, a oposição burguesa leva o povo ao massacre e se inicia o último capítulo da vigência da burguesia como setor social condutor da luta anti-somozista em nosso país. Nesse dia, junto com os camponeses que morreram, é sepultada a possibilidade de a burguesia nicaraguense poder conduzir a luta anti-somozista. Não só pelo que aconteceu aí, como também porque depois do massacre de centenas de nicaraguenses, essa oposição burguesa se acomodou e compactuou com o regime somozista.

No ano de 1971, Fernando Agüero assinou um pacto com Somoza, que foi chamado de *Kupia-Kumi*. E o objetivo fundamental desse famoso pacto *Kupia-Kumi*, não era recuperar a paz na Nicarágua (que, do ponto de vista das possibilidades da burguesia, não estava de forma alguma em perigo), mas significou o projeto de esmagar o movimento revolucionário nicaraguense.

É por isso que apesar da derrota militar que Pancasán e Fila Grande representaram, para a Frente Sandinista essa luta teve um enorme significado já que conseguiu conquistar definitivamente a influência sobre o povo nicaraguense, conven-



“A alimentação das colunas guerrilheiras exigia uma estreita ligação com bairros e sindicatos; e a FSLN penetra em diversas cidades do país, especialmente em León, Manágua, Masaya, Matagalpa e Chinandega”



cendo-o (apesar de que eram só quatro desconhecidos que naquele momento encabeçavam a luta) de que a nossa era a única organização verdadeiramente capaz de representar os interesses populares e a única força capaz de enfrentar seriamente a ditadura somozista, o que elevou a autoridade moral e o prestígio político da Frente Sandinista de Libertação Nacional.

Já para esse período, a Frente Sandinista conseguiu a criação do destacamento de vanguarda que sobreviveu, apesar dos sérios golpes que recebemos. Já tínhamos um aparelho clandestino na cidade, que nos permitia alguma propaganda armada e ações de expropriação econômica, que nos ajudavam a suportar a enorme escassez de recursos que tínhamos naquele momento.

Havia dias em que os combatentes na clandestinidade não tinham nem para o “pão nosso de cada dia”, nem para a *tortilla*¹; também não havia recursos para transportes, para levar as coisas à montanha nem para manter os guerrilheiros. O extraordinário espírito de sacrifício que alguns companheiros mostraram nesse momento, assim como o tinham mostrado antes, em 63, é digno de ser recolhido nas páginas da história de nossa organização.

A propaganda sandinista já tinha certa difusão política, já tínhamos feito algumas pequenas, bem pequenas escolas de treinamento, que depois da

ação de 27 de dezembro adquiriram um novo nível; já tínhamos posto à prova os incipientes mecanismos de contato com as massas por meio daquilo que nós começamos a chamar — acho que desde aquela época — de “organismos intermediários”: os Comitês Cívico-Populares e a FER, que aliás desempenhou um papel extraordinariamente importante.

“Fizemos uma análise crítica da concepção do foco guerrilheiro, que despertou tanto entusiasmo entre os combatentes pela libertação nacional na América Latina”

Em 1967, fizemos um esboço de programa e uns estatutos e apontamentos sobre a linha estratégica da Frente Sandinista, que posteriormente serviram de base para um maior desenvolvimento desse programa e desses estatutos. Inclusive, já tínhamos atividade internacionalista, porque foi nessa época que morreu, heroicamente em defesa dos interesses do povo palestino, o companheiro Patricio Argüello; da mesma forma, o companheiro Victor Tirado também já estava incorporado às

¹ Alimento de origem indígena, à base de milho

nossas fileiras, como expressão internacionalista.

Já fizemos uma análise crítica da concepção do "foco" guerrilheiro, que despertou tanto entusiasmo entre os combatentes pela libertação nacional na América Latina e que Carlos Fonseca e nós todos vimos com um pouco mais de reservas. Essa análise crítica foi-nos de muita utilidade para encontrar um caminho adequado na estratégia.

Depois de Pancasán, a Frente Sandinista torna a colocar para si a questão da luta guerrilheira, a criação de uma frente nas montanhas de Matagalpa e Zelaya, e embora tenha havido um certo reordenamento em nossas fileiras, não se abandona a idéia do combate guerrilheiro e começam a se preparar as condições nas montanhas. Consegue-se criar também — dentro dessa mesma concepção — algumas unidades de combate tático na cidade.

Entretanto, a alimentação dessas colunas guerrilheiras e sua sobrevivência exigiam ou requeriam uma estreita ligação com os bairros, com os sindicatos, por isso é que a Frente Sandinista começa a desenvolver um trabalho de penetração em diferentes cidades do país, especialmente em León, mas também em Manágua, Masaya, Matagalpa e Chinandega. O objetivo desse trabalho foi organizar os bairros para que lutassem por melhores condições de vida a partir de reivindicações imediatas, quer dizer, lutando por água, luz, serviços médicos etc., sem cair na reivindicação como um fim em si mesma.

*"A estratégia
desses anos consistia
em acumular forças sem
aparecer publicamente
e não dar combate senão
em casos em que
isso fosse inevitável"*

Diferentemente dos outros grupos que faziam da reivindicação um objetivo em si mesmo, para nós era realmente um meio de buscar, de detetar dentro do povo os seus melhores homens e inculcar-lhes a idéia de que deviam se organizar para a tomada do poder. Isso é algo muito importante, porque nós tivemos olfato do poder desde o primeiro instante e esse olfato foi sendo desenvolvido e transmitido a nossos quadros mesmo quando os arregimentávamos através das lutas reivindicativas. Tratava-se, enfim, de conseguir um vínculo estreito entre o trabalho nos bairros e o trabalho na montanha, ao qual eram proporcionados naquele momento os maiores esforços.

A vinculação com as massas se manteve através

dos organismos intermediários como a FER e por meio das mobilizações de massas para a liberdade dos presos políticos. Em torno da luta pela liberdade dos presos políticos, pusêmo-nos em contato com os mais sensíveis e combativos núcleos cristãos dentro do movimento estudantil.

As mobilizações, produto de um amplo trabalho de massas que a vanguarda realizou durante os anos de 70 a 75, foram o fator que tornou possível salvar a vida de muitos companheiros que estavam prisioneiros. Nessa etapa, a Vanguarda atuava sem dar deliberadamente combate às tropas somozistas, mas só com a tática de evitar o combate. Isso respondia à estratégia militar adotada nesses anos, que consistia em acumular forças mas sem aparecer publicamente e a de não dar combate senão nos casos em que isso fosse inevitável. Tratava-se de combater não quando o inimigo queria, mas quando a Vanguarda considerava isso conveniente. Aquela etapa é hoje amplamente conhecida como a de acumulação de forças em silêncio.

Acumulação de forças em silêncio que foi quebrada em 27 de dezembro de 1974 pelo comando "Juan José Quezada", dirigido pelo comandante Eduardo Contreras, membro da Direção Nacional, ação que descarregou um duro golpe à ditadura militar somozista. E com a tomada por assalto da casa de um somozista, a Vanguarda rompeu a etapa de acumulação de forças. Com a ação de 27 de dezembro de 74 acelerou-se o processo de decomposição do regime. O desenvolvimento da Frente Sandinista, de fato, deixou clara a fragilidade da ditadura, que se viu obrigada a libertar os presos, a publicar um pronunciamento revolucionário pelo rádio, televisão e até nos jornais, a entregar um milhão de dólares e a ceder um avião que transportou o comando vitorioso e os réus libertados para Cuba.

Essas vitórias da FSLN atestaram que a nossa organização era a única força de vanguarda do nosso povo e tiveram uma enorme repercussão internacional. Isso contribuiu para o isolamento da ditadura e para que fosse conhecido mundialmente e crescesse o prestígio da Frente Sandinista. Inclusive homens como Torrijos começaram a nos ver com maior atenção e a nos prestar alguma ajuda e até nossos amigos estratégicos começaram a fixar-se com mais seriedade em nós.

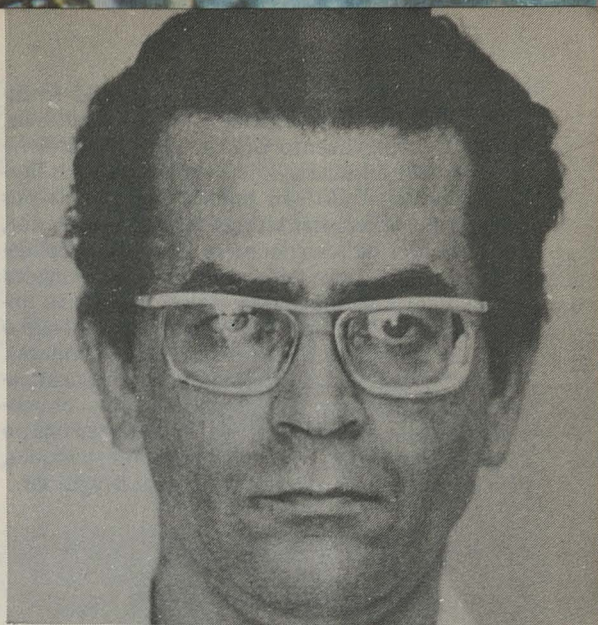
Desde 75, a luta popular, apesar da repressão somozista, não só se manteve, mas foi se intensificando cada vez mais. No que diz respeito à Vanguarda, a repressão não a permitiu realizar ações militares de envergadura. Foi uma época dolorosa porque caíram valiosíssimos militantes da Frente Sandinista, entre eles nada menos que Carlos Fonseca e, no dia seguinte, o próprio Eduardo Contreras; depois, esse grande combatente que se chamou Carlos Agüero, os camponeses Jacinto Hernández,

Pedro Aráuz, Carlos Roberto Huembes, Filemón Rivera, Mauricio Duarte, René Tejada, a companheira Arlen Siu, Edgard Munguía, Crecencio Rosales, Augusto César Salinas, Bonifacio Montoya, entre muitos outros. A morte de Carlos foi interpretada naturalmente como um triunfo pela reação. A ditadura considerou que, com sua morte, a luta sandinista praticamente cessava.

Volta a se repetir o fenômeno: quando Sandino morreu, pensaram ter terminado tudo para a Nicarágua, que a Nicarágua iria ser a eterna colônia dos norte-americanos. Morre Carlos Fonseca e consideram que a Frente Sandinista já está liquidada para sempre. Eu me lembro com que cara de triunfo chegaram para me informar da morte dele — quando eu estava na prisão. Pensavam que estávamos loucos, porque nós insistíamos em que a vitória era nossa. Por isso, quando nós dizíamos na prisão: “Carlos Fonseca é dos mortos que nunca morrem”, o que queríamos dizer é que as classes revolucionárias não morrem, os operários e os camponeses são imortais como seu projeto histórico; foi isso que quisemos dizer.

Carlos não podia morrer porque ele era uma síntese, uma idéia não só inteligível mas madura para ser colhida; Carlos morreu mas não morreu, isso é que os nossos inimigos não entendiam. Carlos não morreu porque são os povos que fazem as revoluções. As revoluções não são outra coisa senão a ressurreição dos heróis. À primeira vista, entretanto, os resultados da repressão justificavam as ilusões dos guardas nacionais e da reação. As necessidades de uma luta organizada haviam colocado uma espécie de divisão do trabalho que distribuía os militantes da FSLN em atividades complementares na montanha e na cidade, e em relação ao trabalho com as massas.

Os golpes da ditadura provocaram com essa divisão do trabalho, um relativo isolamento dos diversos elementos entre si. E a percepção da realidade através de experiências distintas condicionadas por essa divisão do trabalho, com base no isolamento, conduziram, entre outros fatores, à formação de três tendências no seio da Frente Sandinista de Libertação Nacional. Elas fazem parte de nossa história e temos que fazer esforço para analisá-las. Porque eu tenho visto alguns documentos nossos onde se analisa a história de nossa organização e parece que nunca houve tendências internas no seio da Frente Sandinista. E houve! E afinal, todo mundo sabe. É necessário analisar essa experiência e nós pensamos que o fator de isolamento é um dos elementos que contribuíram para a existência dessas tendências. A existência das tendências não deteriora a imagem da Revolução. A coisa mais importante desta Revolução é que tenhamos sido capazes de nos unir apesar das tendências e tenhamos dado o exemplo aos povos



Carlos Fonseca: o resgate das idéias de Sandino

da América Latina do que significa a maturidade dos revolucionários nicaraguenses.

Na realidade, as três tendências seguiram reivindicando o nome da Frente Sandinista, e o povo nunca deixou de reconhecer só uma Frente Sandinista. Todos sabem que os companheiros combatentes das três tendências daquele momento gritavam: Pátria Livre ou Morrer! Lutavam nas mesmas trincheiras e derramavam juntos seu sangue. O que é que há de estranho, então, no fato de nos termos unido?

“Carlos não podia morrer porque ele era uma síntese, uma idéia não só tangível mas madura para ser colhida”

Por isso, a necessidade da Unidade num plano superior, que sintetizasse as diferentes experiências, já estava colocada como uma primeira pedra com a continuação do movimento popular. Nas cidades continuavam as greves de fome pelos réus políticos e se agravaram os problemas trabalhistas, como produto do entreguismo nos maiores níveis de nossa economia e da voracidade do capital estrangeiro; continuaram os movimentos de protesto a favor dos direitos humanos, ocorreram invasões de terra em Tonalá, Sirama e San José de Obraje como resposta ao despojamento maciço dos camponeses do ocidente.

Os militantes sandinistas deram impulso a cam-

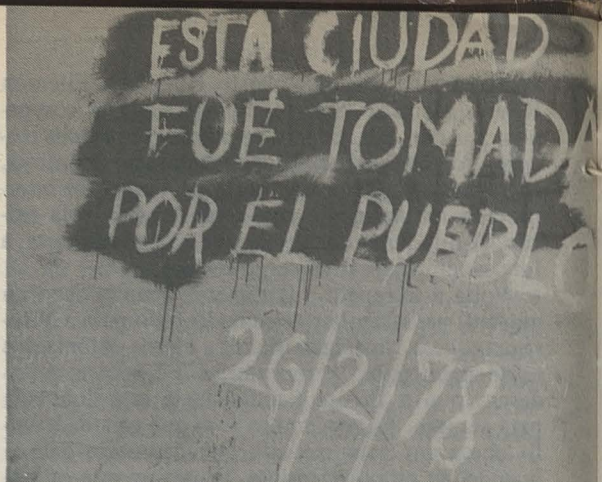
panhas de alfabetização, projetos de melhoramento da comunidade, movimentos juvenis e culturais, incluindo o movimento Gradas que foi considerado como um organismo intermediário que nos ligava às massas. Tudo isso tinha o objetivo de nos projetar nos diferentes setores sociais. No exterior, em diferentes países criaram-se Comitês de Solidariedade com o povo nicaraguense, impulsionados por militantes da vanguarda. Como resposta ao impulso popular, a reação e o imperialismo ativam o Conselho de Defesa Centro-Americano (Condeca). No tempo de Somoza, chegaram à Nicarágua assessores militares brasileiros, colombianos, centro-americanos, vietnamitas — do Vietnã reacionário daquele momento — e, imediatamente, ianques, para esmagar a luta armada do povo nicaraguense.

“Os militantes sandinistas deram impulso a campanhas de alfabetização, projetos de melhoramento da comunidade, movimentos juvenis e culturais, inclusive o movimento Gradas, que foi considerado como um organismo que nos ligava às massas”

O descenso relativo em que a Vanguarda caiu no plano militar depois de 1974, interrompeu-se em 1977 com a ofensiva sandinista que se inicia com a tomada do quartel San Carlos, continua com a ocupação do povoado de Mosonte, com o ataque ao quartel principal de Masaya e a tomada do quartel de San Fernando.

O Outubro de 1977 acontece graças a uma modalidade de caráter ofensivo que damos à luta armada num momento em que a crise do somozismo é muito aguda. Essa crise se iniciou depois do terremoto de 1972, e se acentuou ainda mais depois de 1974. A corrupção do somozismo afetou principalmente as massas, mas também tocou nos interesses da pequena e média burguesia, o que produziu a ampliação da base opositora à ditadura. Os mesmos setores empresariais começaram a perder a confiança na capacidade de Somoza, isto é, Somoza começa a ser obstáculo no desenvolvimento capitalista da Nicarágua inclusive para a preservação da ordem burguesa e é cada vez maior o questionamento internacional do regime por sua política burra e repressiva.

92 - terceiro mundo



“A insurreição de Monimbó elevou o moral do povo...”

Nas condições particulares de nosso país, a família Somoza e seus aliados (com uma grande voracidade de riqueza e de poder) começam a utilizar os aparelhos do Estado, em benefício dessa ambição. A ditadura somozista começa a crescer e adquirir toda sua projeção econômica em detrimento de um amplo setor da burguesia.

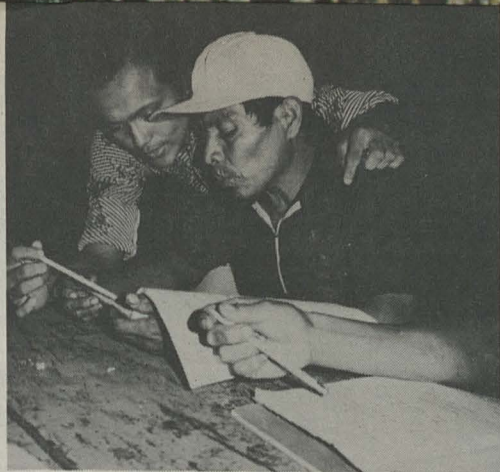
As isenções econômicas, a facilidade de empréstimos bancários, o contrabando inclusive, em benefício de um setor minoritário, provocam contradições com um setor da burguesia que tende — para substituir a ausência de facilidades — a modernizar-se. Essa contradição econômica se expressa depois em termos políticos. Nós escrevemos da prisão uma carta dizendo: “Está para surgir um partido da burguesia, embora seja muito tarde para ela”.

Pouco depois, surge um partido conhecido como MDN, que efetivamente chegou tarde demais. A burguesia, realmente não tinha um partido. O Partido Liberal era um partido dos Somoza e respondia aos interesses de uma oligarquia muito centralizada em volta de uma família; o Partido Conservador era dos latifundiários, uma espécie de partido da anti-história. Um partido moderno da burguesia não tinha aparecido no país e nasce no momento em que o regime burguês está em plena agonia.

Imobilizada a burguesia entre a voracidade do imperialismo (que sob as circunstâncias da crise reduzia a sua cota de lucro), a perda de atividades econômicas em favor dos grupos somozistas (construção, seguros, urbanização, bancos, financiamento, etc.), por um lado, e o auge da luta popular, por outro, não restou a essa classe outra alternativa senão a de mudar desesperadamente suaroupagem e procurar tomar o comando da luta anti-somozista.

Os Robelos e demais senhores do Cosep (Conselho Superior da Empresa Privada) foram levados

no. 59 — outubro — 1983



...que logo demonstrou grande maturidade política

Ramón Amora

para expressar, com violência revolucionária, o seu repúdio. Nessas manifestações é expressa, de maneira aberta e pública, a identificação das massas com a Frente Sandinista de Libertação Nacional: o povo reitera que a Frente Sandinista é a única possibilidade de enfrentamento com a ditadura somozista.

"A burguesia realmente não tinha um partido. O Partido Liberal era dos Somoza e respondia aos interesses de uma oligarquia muito centralizada"

pela força dos fatos a se inserir dentro do esquema do desenvolvimento da luta popular que para eles foi uma espécie de camisa de força. Enquanto a ditadura perdia terreno tanto nacional como internacionalmente, a guerrilha travava uma tenaz luta com o objetivo de contra-atacar a iniciativa militar que desde fins de 1975 o somozismo lhe havia tirado.

Essa atividade guerrilheira, conjugada com a atividade diária da FSLN a nível nacional, motivou o fracasso dos planos do inimigo orientados para a liquidação da vanguarda. Diante da aguda crise da ditadura somozista, o imperialismo e a reação manobram com o objetivo de dar-lhe uma saída. Procuraram fazer certos ajustes no sistema somozista mas sem tocar em nada nas bases de sustentação do sistema: o poderio econômico e a Guarda Nacional. Foi assim que Somoza se viu obrigado a suspender o estado de sítio e a lei marcial e a convocar eleições municipais.

Com essas medidas, o regime tentava melhorar sua desacreditada imagem perante a opinião pública. Quando em outubro de 1977 passamos à ofensiva militar, nosso objetivo é fazer fracassar as manobras do inimigo. De tal forma que ganhássemos a iniciativa. E efetivamente, quando em outubro recuperamos essa iniciativa, não voltamos mais a perdê-la.

Outubro foi um ganho histórico porque fez fracassar as manobras do inimigo e porque essas ações fortaleceram a hegemonia da vanguarda nas massas e a confiança destas em suas próprias forças. Todas essas razões levaram o somozismo a cometer um de seus erros mais graves: assassinar Pedro Joaquín Chamorro. Ele tinha se transformado em líder da incipiente burguesia nacional, e através da atividade jornalística de muitos anos, havia ganho a simpatia de amplos setores de nosso país. O crime motivou as massas a lançarem-se às ruas — vocês viram melhor do que eu, porque eu estava preso —

Tanto as ações de outubro como as ações armadas que a vanguarda desenvolveu em fevereiro de 1978 (ações de Granada e Rivas e a tomada do acampamento antiguerrilheiro em Santa Clara, Nueva Segovia), perseguiram o objetivo de manter vivo o espírito de luta do povo, o que foi conseguido, já que o ânimo das massas para o combate estava se multiplicando como os pães no deserto.

Todo o impacto dessas ações teve sua expressão máxima na insurreição de Monimbó. Monimbó foi uma resposta diante do incentivo das tomadas de cidades que a FSLN havia realizado dias atrás. A insurreição de Monimbó multiplicou a moral e os esforços de todo o povo, estimulado pela ação crescente das unidades de combate da FSLN no campo e na cidade. Tudo estava pronto para a insurreição.

Outro fator significativo que contribuiu para elevar a moral combativa do povo e demonstrou a incapacidade do regime somozista para deter o avanço da luta popular, foi a tomada do Palácio Nacional no dia 22 de agosto de 1978, pelo comando sandinista "Rigoberto López Pérez". Essa operação, denominada "Morte ao somozismo, Comandante Carlos Fonseca Amador", foi dirigida por Edén Pastora, hoje, o traidor.

Assim como um dia desses Humberto Ortega declarou, numa interessantíssima e integral análise que fez sobre a atividade desse sujeito, originalmente quem estava programado para dirigir a ação do Palácio era Germán Pomares, mas Pomares não pôde assumir essa responsabilidade por motivos de saúde.

A tomada do Palácio teve um grande impacto, não só no povo, como também na opinião pública internacional. Porém aí aconteceu algo que não se conhece muito bem ou que não tem sido explicado o suficiente: é que nesse momento Pastora revela

sua falta de consistência ideológica e política, porque quando nós chegamos da prisão de Tipitapa, nos encontramos com ele e nos demos conta de que havia um grupo de companheiros nossos que não estavam incluídos nas listas de prisioneiros libertados, não porque tivessem sido omitidos deliberadamente, mas por culpa de certa desordem. Nesse momento, dissemos a Pastora que já que tínhamos os reféns aí, tínhamos a possibilidade real de tirar também os outros companheiros da prisão. E ele se negou. Nós insistimos.

"A tomada do Palácio teve um grande impacto, não só no povo como também na opinião pública internacional"

Depois ele declarou que havíamos tido uma primeira briga e isso foi verdade, tivemos uma discussão muito séria, porque nós insistíamos em que fosse solicitada a libertação desses companheiros, cujos nomes haviam sido omitidos da lista.

Mas ele tinha alcançado seu objetivo: transformar-se naquilo que agora Reagan chamaria de "um paladino". Ele havia atingido seus objetivos e eu estabeleci uma comparação entre a sua atitude e a do comandante Eduardo Contreras ou dos outros companheiros que participaram da tomada do Palácio, como Hugo Torres, Walter Ferreti e Dora María Téllez. Todos andavam com seus lenços e ele, sorridente, posando na escada do avião. No entanto, o principal responsável militar da ação foi o traidor. O erro não é dele, e sim nosso, por não termos tido a visão, o olfato que nos faz falta, às vezes, para detetar os traidores.

Diminuída a imagem do ditador, pressionado pelas mudanças que, através de uma obscura política dos direitos humanos, o presidente norte-americano Jimmy Carter trata de impor, o somozismo precisa cada vez mais utilizar da força bruta contra o povo. Ele conduz ações como a de setembro de 1978, que abre o caminho da vitória. Ocorrem as insurreições de Estelí, Masaya, León, Chinandega e levantes populares em alguns bairros de Manágua. O povo, através dessas lutas, começa a perder o medo à Guarda Nacional. É a luz a que eu me referia nas histórias em quadrinhos que fizemos para crianças, quando o velho barbudo recomenda a João-Sem-Medo que se transforme em luz e a luz é a ausência do medo.

Então, o povo começa a forçar para a frente e passa à ofensiva; embora, em setembro a ditadura ainda não tivesse sido derrubada, de alguma forma foi uma vitória estratégica nossa. Foi um ganho



"O povo passa à ofensiva, cresce em armas, em decisão e confiança"

histórico porque a Vanguarda saiu de lá fortalecida, crescida, cheia. Seu nível de arregimentação se elevou a um povo inteiro; cresceu em armas e, mais que em armas, cresceu em decisão e em confiança.

No auge, a luta estava vanguardizada por uma organização revolucionária e por causa disso o imperialismo e a reação começaram a ver, com temor, o perigo em que estavam seus interesses. Então inventaram a mediação que consistia em tirar o ditador e manter um somozismo sem Somoza.

Somoza, que era um prepotente, não aceita e propõe realizar um plebiscito, o que nunca chegaria a acontecer. A mediação unia, através de conluios, os interesses do partido corrupto de Somoza, a genocida Guarda Nacional, os partidos políticos de oposição burguesa e a iniciativa privada. Pretendia unir as forças opressoras e exploradoras que se encontravam dispersas e em oposição a Somoza. Dessa forma, buscavam isolar e destruir o movimento popular revolucionário.

Essas manobras de mediação se chocaram contra a unidade da Vanguarda, com a aliança política de partidos e organizações revolucionárias do país que a FSLN orientava, através do Movimento Povo Unido (MPU), com a ampla aliança do MPU com os partidos e organizações antiimperialistas e antiditatoriais, que formaram a Frente Patriótica Nacional. Chocaram-se contra a unidade de toda a nação que se estruturou em torno da Frente Sandinista que continua combatendo, dentro de sua vocação, com as armas na mão até o final. As indecisões que existiam foram neutraliza-



"Começamos a elaborar planos insurreccionais com base nas experiências de luta alcançadas pelo povo, onde se combinaram as ações militares dos destacamentos armados, os levantes populares e a greve geral"



das pela vontade de combate por parte da Frente Sandinista.

Então, começam-se a elaborar planos insurreccionais com base nas experiências de luta alcançadas pelo povo, onde se combinaram as ações militares dos destacamentos armados, os levantes populares e a greve geral (que desempenhou um papel complementar e muito importante). A insurreição final se inicia no mês de maio de 1979. A greve geral convocada pela Frente e a combinação da mesma com a sublevação das massas, deram finalmente ao povo aquilo que lhe correspondia historicamente. Todos os fatores exatos tinham se conjugado no momento oportuno e nos lugares oportunos, para se chegar à vitória do povo nicaraguense.

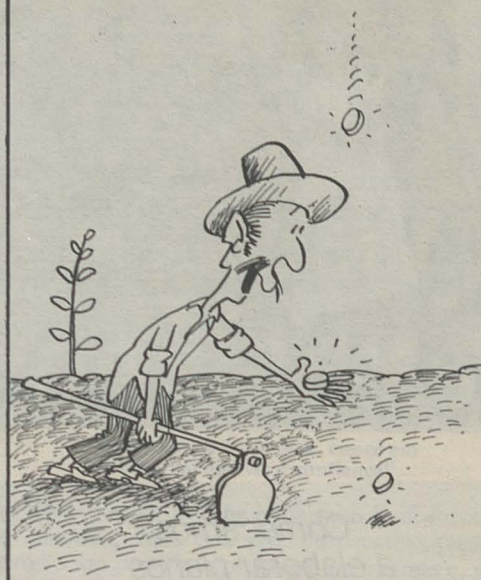
O dia 19 de julho foi possível, graças à luta que

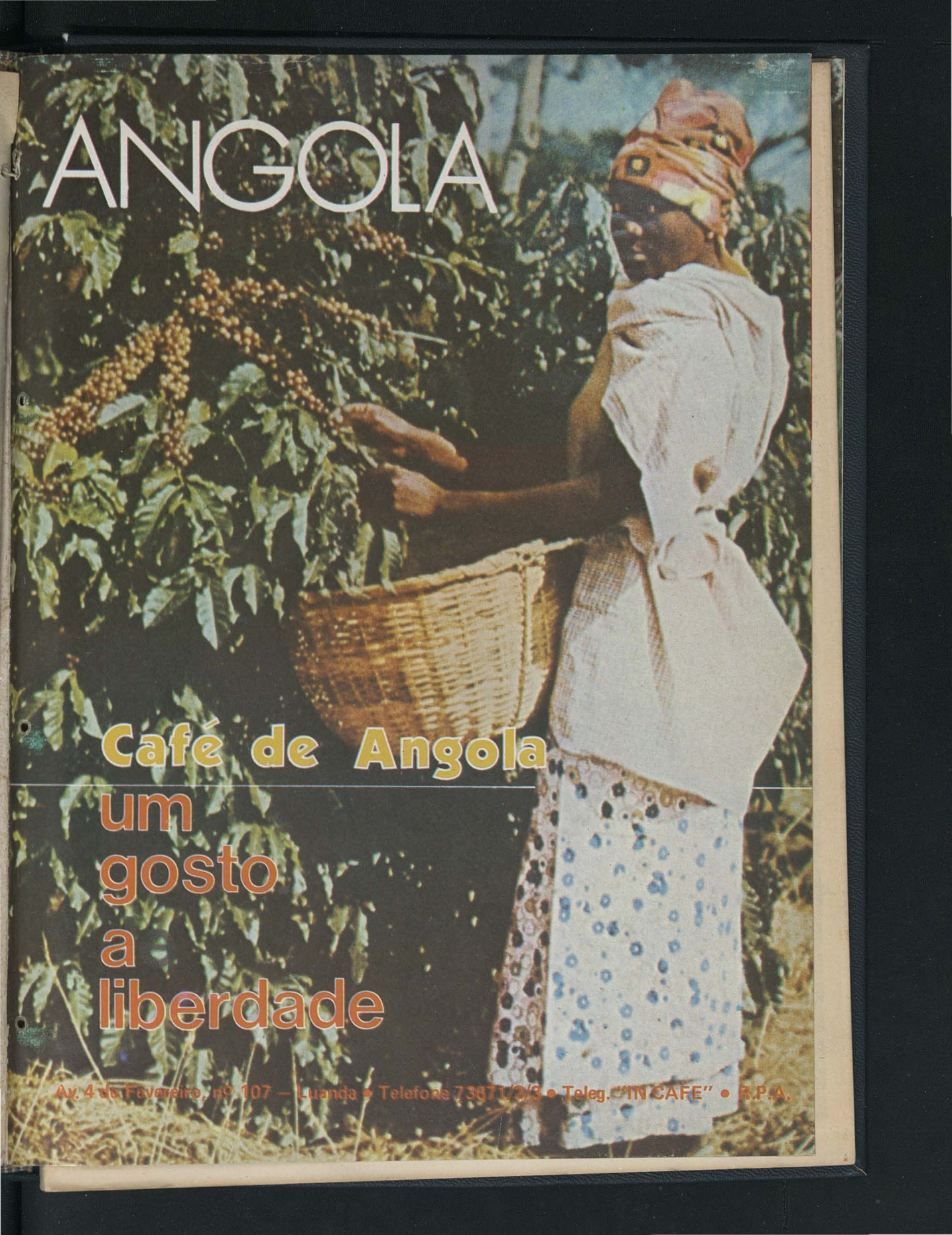
durante muitos anos nosso povo travou contra a ditadura militar somozista. Foi possível por causa do aparecimento de uma vanguarda revolucionária cujo principal fundador, Carlos Fonseca, foi colocado, com toda justiça, no lugar em que só cabem os santos, os heróis, os imortais.

O dia 19 de julho foi possível porque tivemos um importante momento de maturidade histórica, deixando de lado a busca do poder pessoal em honra da unidade revolucionária, colocando acima de tudo os interesses da pátria. Porém o 19 de Julho foi apenas o começo. Ainda nos esperam grandes perigos no caminho, o individualismo espreita escondido nas dobras da noite, o poderoso imperialismo trata de inventar a máquina que faça retroceder a marcha da história e, enquanto isso, nos arranha e morde com ferocidade de tigres.

Nós temos confiança nos trabalhadores, nesse povo que nasceu para fazer história e que é um especialista em forjar novas vitórias.

PÁTRIA LIVRE! OU MORRER!



A woman wearing a colorful headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans from a large bush. She is holding a woven basket. The background is a dense green field of coffee plants.

ANGOLA

Café de Angola
um
gosto
a
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "IN CAFE" • R.P.A.

AS COISAS ESTÃO MUDANDO.



CADERNETA BANERJ

**GARANTIA DO GOVERNO FEDERAL,
DO GOVERNO ESTADUAL E DO BANERJ.**

